



**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL -
MESTRADO**

TATIANE MARTINS

**A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DAS E DOS
ASSISTENTES SOCIAIS NO CONTEXTO DO NOVO
SINDICALISMO NO ESTADO DO PARANÁ (1983-1994)**

TOLEDO

2023

TATIANE MARTINS

**A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DAS E DOS
ASSISTENTES SOCIAIS NO CONTEXTO DO NOVO
SINDICALISMO NO ESTADO DO PARANÁ (1983-1994)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado. Área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho Profissional.

Orientadora: Prof^ª Dra. Esther Luíza de Souza Lemos

TOLEDO

2023

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE - Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB - 9/924

Martins, Tatiane

A organização político-sindical das e dos assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo no Estado do Paraná (1983 - 1994) / Tatiane Martins; orientadora, Dra. Esther Luíza de Souza Lemos, 2023.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2022.

1. Classe Trabalhadora, 2. Assistentes Sociais, 3. Organização Político-Sindical.

TATIANE MARTINS

**A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DAS E DOS
ASSISTENTES SOCIAIS NO CONTEXTO DO NOVO
SINDICALISMO NO ESTADO DO PARANÁ (1983-1994)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado. Área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho Profissional.

Orientadora: Prof^ª Dra. Esther Luíza de Souza Lemos

Banca Examinadora

Prof. Dra Esther Luiza de Souza Lemos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Prof. Dr. Maurílio Castro de Matos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ

Toledo (PR), 07 de dezembro de 2022.

Dedico este trabalho

À minha filha amada, Bruna Martins Kichel e meus Pais Luiz Carlos Martins e Neusa Terezinha Martins, os quais sempre estiveram iluminando meu caminho com todo amor do mundo;

Todos os/as Assistentes Sociais da vanguarda que construíram bravamente a história da organização sindical no Estado do Paraná em defesa intransigente da profissão e da classe trabalhadora e de uma outra sociedade mais justa para todos.

AGRADECIMENTOS

Esse é um dos momentos mais felizes da minha vida, pois é mais uma etapa da vida que está sendo sobreposta por meio do enfrentamento de muitas dificuldades encontradas neste processo e o mais importante é poder perceber o mundo sob novos horizontes e como profissional estar constantemente acreditando que as respostas para determinadas situações no cotidiano, seja pessoal ou profissional podem se apresentar sob diversas formas e contextos, talvez inimagináveis para aqueles que lançam apenas um olhar superficial.

Reconheço e início meus agradecimentos à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – **UNIOESTE**, instituição pública, laica e de qualidade, comprometida com formação profissional de seus acadêmicos, quer nas diversas situações de enfrentamento para garantia de seu não sucateamento e futura privatização, consegue oferecer um curso de Mestrado por meio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social com acesso gratuito.

Assim, estes docentes dedicam seu tempo e seus esforços na luta pela garantia do espaço democrático e principalmente gratuito no interior da universidade, demonstrando seu comprometimento com o projeto ético-político da profissão.

Deste modo, a vida ofereceu oportunidades que, sem dúvidas, não valeriam a pena sem ter aqueles que me oportunizaram o suporte emocional para seguir em frente. Por isso que, neste momento, de modo simples e significativo, não posso me vangloriar porque não estive em nenhum momento sozinha.

Primeiro foram meus pais, que pelas mãos iluminadas, confortaram-me, compreenderam-me e simplesmente me amaram sem pedir nada em troca. Apenas torciam para que eu vencesse, não para eles, mas por meio deles. Acho que nunca vou conseguir pagar tudo que fizeram e fazem por mim. Estão sempre esperando por mim, mostrando-me o caminho com sua sabedoria. Mas um dia serei assim, tão grande quanto meus pais, pois hoje, estou apenas engatinhando.

Agradeço a minha filha Bruna, que é a razão da minha vida, é meu anjo da guarda, é um sonho que se tornou realidade, é a esperança de um futuro que começou a brilhar no momento em que nasceu.

Ao Moacir Lopes diretor do SINDPREVS/PR e da FENASPS, quem admiro pela sua experiência e capacidade intelectual de leitura e interpretação da realidade, sendo um exemplo histórico de militância, coragem e determinação. Nunca esqueço suas palavras de motivação nos momentos difíceis, quando diz que somos apenas soldados na guerra contra o capitalismo e outras gerações devem vir e mudar os rumos da história garantindo um outro modelo de sociedade que não a de exploração do capital sobre o trabalho.

A professora orientadora Dra. Esther Luiza de Souza Lemos que aceitou o desafio de me orientar sempre de forma muito carinhosa e com todo cuidado com minha dissertação, me chamou muitas vezes

a atenção para o aprofundamento das leituras, estudos e contribuiu de forma significativa para a difícil tarefa que é o processo de escrita. Admiro seu amplo conhecimento e comprometimento com a formação profissional como também com a profissão. Sempre me deixou muito à vontade em todas as orientações, correspondendo muito às expectativas, enquanto acadêmica, e da mesma maneira, espero ter alcançado minimamente expectativas e obrigada por ter tido paciência e compreensão com minhas várias limitações.

Às professoras Dra. Eugênia Aparecida Cesconeto e Maria Isabel Formoso que ministraram a disciplina de Pesquisa e que junto com a orientadora desta dissertação foram fundamentais na construção e submissão do projeto de pesquisa no Comitê de Ética por meio da Plataforma Brasil.

Aos membros da banca examinadora, Dr. Alfredo Aparecido Batista e o Professor Dr. Maurílio Castro de Matos pelas contribuições realizadas desde a qualificação.

À Carmem Lucia Bordiguini e a Sandra Regina Belotto secretárias do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, que sempre estiveram dispostas a ajudar e esclarecer as dúvidas.

A Rosangela Aparecida de Souza Costa Adrean, amiga e companheira de militância na defesa da profissão e que contribuiu de forma significativa, sendo sua dissertação de mestrado sobre a “Organização política das assistentes sociais em Londrina - 1960/1984” PPGSS- UEL, uma das principais referências bibliográficas utilizadas nesta pesquisa.

À professora Rosana Mirales pela amizade, carinho e atenção.

Aos sujeitos entrevistados, por terem aceitado participar da pesquisa.

À turma do mestrado que fiz parte, apesar de termos nos distanciado da convivência presencial por conta de vivenciamos o estado de pandemia por COVID-19, ainda assim conseguimos estabelecer espaços de discussão e compartilhamento de saberes e angústias.

MARTINS, Tatiane. **A organização político-sindical das e dos assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo no Estado do Paraná (1983 - 1994)**. 2023. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR.

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho tem como tema a organização política das e dos assistentes sociais, na particularidade do novo sindicalismo no Estado do Paraná. A delimitação do problema pergunta: **no contexto do novo sindicalismo brasileiro, quais fatores influenciaram a tomada de decisão pela criação e posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Paraná nos anos 1983 e 1994?** Para buscar responder à pergunta foi definido como objetivo geral: analisar a influência da organização político-sindical das(os) assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo que influenciaram a criação e a suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Paraná. Tendo como base teórico-metodológica a análise marxiana e a tradição marxista, o estudo se baseou em pesquisa bibliográfica nas produções de autores que discutem a temática, como também em pesquisa documental e de campo com entrevista semiestruturada com protagonistas que vivenciaram este processo. Para análise dos dados foi utilizado como procedimento a análise de conteúdo. A análise teve como referência a compreensão de que as e os assistentes sociais são integrantes da classe trabalhadora e que a tomada de decisão de suspensão das atividades teve por base uma estratégia de fortalecimento da classe. Ao mesmo tempo, considera-se que a criação do sindicato da categoria e posterior suspensão das atividades sindicais naquele período precisa ser alvo de mais estudos e aprofundamento. A crescente precarização e flexibilização das condições e relações de trabalho em detrimento dos interesses do capital são desafios cotidianos das e dos assistentes sociais como parte da classe trabalhadora. Compreende-se que a perspectiva coletiva de incorporação das categorias profissionais nos espaços sindicais de luta geral da classe trabalhadora, apresentada e defendida pela CUT (1986), permaneceu inconclusa, não sendo sustentada em seu desdobramento sócio-histórico no Brasil, como também pela categoria profissional no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Classe Trabalhadora; assistentes sociais; organização político-sindical.

MARTINS, Tatiana. **The political-union organization of social workers in the context of the new unionism in the State of Paraná** (1983 - 1994). 2023. 136 f. Dissertation (Master in Social Work), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR, 2023.

ABSTRACT

The object of study of this work has as its theme the political organization of social workers, in the particularity of the new unionism in the State of Paraná. The delimitation of the problem asks: in the context of the new Brazilian unionism, what factors influenced the decision-making for the creation and subsequent suspension of the activities of the Union of Social Workers in the State of Paraná in the 1980s and 1990s? In order to answer the question, the general objective was defined: to analyze the influence of the political-union organization of social workers in the context of the new unionism that influenced the creation and suspension of the activities of the Union of Social Workers in the State of Paraná. Based on the theoretical-methodological basis of the Marxian analysis and the Marxist tradition, the study was based on bibliographic research in the productions of authors who discuss the theme, as well as on documentary and field research with semi-structured interviews with protagonists who experienced this process. For data analysis, content analysis was used as a procedure. The analysis had as a reference the understanding that social workers are members of the working class and that the decision-making of the political-union organization by branch of activity was a strategy to strengthen the class. At the same time, it is considered that the creation of the union of the category and subsequent suspension of union activities in that period needs to be the subject of more studies and deepening. The growing precariousness and flexibility of working conditions and relations to the detriment of the interests of capital are daily challenges for social workers as part of the working class. It is understood that the collective perspective of incorporation of professional categories in the union spaces of general struggle of the working class, presented and defended by CUT (1986), remained unfinished, not being supported in its socio-historical unfolding in Brazil, as well as by the category professional in the State of Paraná.

Keywords: Working class; social Workers; political-trade union organization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Eliane Nazareth de Oliveira (In Memoriam).....	64
Figura 2 - Maria de Fátima de Azevedo Ferreira (In Memoriam)	64
Figura 3 - Boletim informativo do CRAS	70
Figura 4 - Cópia de Materiais Históricos Volume II. SINDASP	71
Figura 5 - Cópia do dossiê “SINDASP- Processo de Extinção”, CRESS 11ª Região sob o protocolo nº 4566 ...	71
Figura 6 - Jornal do SINDASP.....	75
Figura 7 - Boletim Eleitoral nº 02 - Julho/1993	80
Figura 8 - Folder de divulgação do IV Congresso Estadual dos Assistentes Sociais do Paraná.....	85
Figura 9 - III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantitativo de trabalhadores associados no Serviço Social em 1994	82
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Local de formação	90
Gráfico 2 - Ano de formação	90
Gráfico 3 - Participação de algum movimento social no período da graduação	91
Gráfico 4 - Titulação no âmbito da Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> e <i>Stricto Sensu</i>	92
Gráfico 5 - Ano que se formou	93
Gráfico 6 - Idade quando começou a trabalhar como Assistente Social	93
Gráfico 7 - Tipo de vínculo.....	94
Gráfico 8 - Situação funcional	94

LISTA DE SIGLAS

AI- Ato Institucional

ABESS - Associação Brasileira de Escolas do Serviço Social

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ANAS - Associação Nacional de Assistentes Sociais

APAS - Associação Profissional dos Assistentes Sociais

APASP - Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná

APASSP - Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo

ASSEF - Associação dos Servidores Públicos Federais do Brasil

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BADEP- Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná

CASLA - Casa Latino Americana

CELATS - Centro Latino-Americano de Trabalho Social

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CGT - Central Geral do Trabalhadores

CBT-Confederação brasileira do Trabalho

CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONCUT - Congresso Nacional da CUT

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná

COB- Confederação Operária Brasileira

COHAPAR - Departamento de Habitação do Paraná

COPEL - Companhia Paranaense de Energia

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

CGTB- Confederação Geral do Trabalhadores

CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRAS - Conselho Regional de Assistentes Sociais

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DCE - Diretório Central dos Estudantes

ENCLAT - Encontro da Classe Trabalhadora

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes do Serviço Social

FASPAR - Fundação de Ação Social do Paraná

FMI - Fundo Monetário Internacional

MNU- Movimento Negro Unificado

MUT -Movimento Unitário dos Trabalhadores

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

SINDASP- Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná

SESSUNE Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes

SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná

SENALBA/PR - Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado do Paraná

PLADEP- Desenvolvimento Econômico no Paraná

PIB - Produto Interno Bruto

PUC/PR - Universidade Católica do Paraná

PT - Partido dos Trabalhadores

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

TELEPAR - Empresa de Telecomunicações do Paraná

UCPR - Universidade Católica do Paraná

UBM - União Brasileira de Mulheres

UNE - União Nacional dos Estudantes

"Se eu pudesse deixar algum presente a você,
deixaria aceso o sentimento de amor à vida dos seres humanos.
A consciência de aprender tudo o que nos foi ensinado pelo tempo afora.
Lembraria os erros que foram cometidos, como sinais
para que não mais se repetissem.
A capacidade de escolher novos rumos.
Deixaria para você, se pudesse, o respeito aquilo que é indispensável:
além do pão, o trabalho e a ação.
E, quando tudo mais faltasse, para você eu deixaria, se pudesse, um segredo.
O de buscar no interior de si mesmo a resposta para encontrar a saída."
(Mahatma Gandhi)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO ASSALARIADO E NOVO SINDICALISMO NO BRASIL	25
2.1 SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO: O TRABALHO ASSALARIADO EM QUESTÃO.....	42
2.2 CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÔMICA, CRIAÇÃO DA CUT E NOVO SINDICALISMO NO BRASIL.....	46
2.3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE CATEGORIA E AS TESES QUE ORGANIZARAM O MOVIMENTO SINDICAL: A APROPRIAÇÃO DO DEBATE PELO SERVIÇO SOCIAL.....	50
3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DA CATEGORIA NO PARANÁ NA DÉCADA DE 1984 E 1994	55
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS E DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ – APASP.....	59
3.2 CRIAÇÃO DO SINDASP E SEU FUNCIONAMENTO.....	65
3.3 O PROCESSO DECISÓRIO DE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DO SINDASP.....	72
4 PROTAGONISMO PROFISSIONAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: ASSISTENTES SOCIAIS NAS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA NO ESTADO DO PARANÁ	86
4.1 DE 1977 A 1983 – O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS E DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESTADO DO PARANÁ.....	95
4.2 DE 1983 A 1986 - A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E A POLITIZAÇÃO DA CATEGORIA COMO CLASSE TRABALHADORA.....	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICES	124
ANEXOS	130

1 INTRODUÇÃO

A organização político-sindical das/dos assistentes sociais como classe trabalhadora no movimento sindical no Brasil tem as marcas e raízes vinculadas diretamente à luta contra a ditadura e pela democratização das relações sociais na sociedade capitalista. Ao mesmo tempo se expressa no contexto do novo sindicalismo em uma realidade de crise estrutural, caracterizada pelo reordenamento do capital para recuperar seu ciclo produtivo a partir da exploração cada vez maior e sem limites do trabalho.

Deste modo, este trabalho dissertativo vem de encontro com várias aproximações vivenciadas pela autora com o objeto de estudo/pesquisa - **a organização político-sindical dos e das assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo no Estado do Paraná nas décadas de 1983 e 1994**. Este tema foi forjado ao longo do processo de formação profissional, como também no âmbito do exercício profissional iniciado em 2003. Com a participação em diversos espaços de mobilização e organização política da profissão, seja por intermédio das entidades de representação do Conjunto CFESS/CRESS, na condição de profissional de base ou compondo a Gestão das Coordenações do NUCRESS (2013/2017) e Seccional/Cascavel (2019/2020).

No âmbito da organização político-sindical, no ingresso como funcionária pública do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, na função de Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social a partir de 2012, foi possível vivenciar, de modo intenso, a militância sindical nas atividades do Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência Social e Ação Social - SINDPREVS/PR, como também da Federação Nacional dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS.

Vinculado à defesa da seguridade social, da profissão e das lutas gerais da classe trabalhadora, este movimento sindical possui a participação fundamental do Serviço Social na luta histórica de organização e fortalecimento dos sindicatos. A participação neste espaço correspondia com as expectativas pessoais e profissionais no sentido de contribuir na construção de outra sociabilidade, a partir da direção de uma nova história sem divisão de classes.

Deste modo, foi no ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, nível de Mestrado, com área de concentração em Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho Profissional, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA-, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste/*Campus* de Toledo, especificamente nos espaços de orientação acadêmica e da disciplina Pesquisa e Produção do Conhecimento em Serviço Social, foi possível identificar o tema da pesquisa e sua conexão direta com o movimento de *intenção de ruptura* com o conservadorismo, estabelecendo um caminho de aproximação e delimitação do objeto de estudo.

Destarte, em vários espaços coletivos de discussão e organização política da categoria profissional no âmbito da defesa do exercício profissional, foi possível perceber o desconhecimento sobre o movimento de criação e posterior suspensão das atividades sindicais da categoria profissional no Estado do Paraná, motivando a seguinte problematização: **no contexto do novo sindicalismo brasileiro, quais fatores influenciaram a tomada de decisão pela criação e posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Paraná nos anos 1983 e 1994?**

Diante da crise estrutural do capital, a partir da década de 1970, caracterizada pela rápida queda da taxa de lucro, a crise da superprodução e a subordinação ao capital levaram à estagnação econômica, com consequências determinantes aos países periféricos subordinados ao capital imperialista. Entre estes, o Brasil que na década de 1980, vivenciou o que chamaram de “década perdida” no âmbito da economia.

Em contrapartida eclodiu um intenso descontentamento das camadas sociais, tanto no espaço urbano como também no trabalho rural, que não possuía nenhum amparo legal. Ampliou-se assim, o poder reivindicatório de trabalhadores, estudantes, professores, intelectuais e artistas que lutavam também contra a repressão desenfreada.

Neste movimento de efervescência dos movimentos populares, os/as assistentes sociais também retomaram sindicatos e associações pré-sindicais, muitas destas entidades desativadas no país depois do golpe militar, como instrumento de luta por mudanças societárias, passando a questionar suas bases conservadoras. Neste processo deu-se o próprio reconhecimento como trabalhador(a) especializado(a), na condição de assalariado(a), inserido(a) na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2007, 2008), sofrendo os mesmos impactos de precarização e exploração do trabalho como classe trabalhadora. É no contexto de efervescência da classe trabalhadora na luta por direitos e democratização, num contexto de crise econômica, sendo que a reorganização política se coloca como necessidade.

A partir de 1977 os assistentes sociais realizam um intenso trabalho para reativar suas entidades pré-sindicais e sindicais em todo o país, até então desativadas pelo governo ditatorial e repressor. Em 1979 havia 22 entidades sindicais e pré-sindicais, denominadas como Associação dos Profissionais Assistentes Sociais - APAS. Em 1978 foi criada em São Paulo a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – CENEAS (1978-1983), representando o fórum máximo de deliberações, pois “não era mais possível dar continuidade aos encontros sem criar um mecanismo de articulação que encaminhasse e unificasse as lutas nacionais deliberadas no Encontro das Entidades.” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 128).

O marco histórico do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, historicamente chamado “Congresso da Virada” realizado em 1979 no Anhembi – São Paulo, foi fruto deste processo em ebulição no país. Com a insatisfação de um grupo considerável da categoria profissional, sob a direção do CENEAS, como estratégia política, foi construído um documento expressando o

descontentamento e denunciando o caráter conservador do então III CBAS. A estrutura burocrática e principalmente a presença de militares na mesa de abertura gerou reação das e dos participantes.

Nesta ocasião, dirigentes sindicais coordenados pelo CENEAS alteraram a lógica estabelecida e assumiram a organização do Congresso, expressando de forma pública a direção escolhida pela categoria profissional de ruptura com o conservadorismo, assumindo um posicionamento comprometido com a classe trabalhadora.

Durante o IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, ocorreu a deliberação pela realização da I Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais em 1982, sendo então fundada a Associação Nacional de Assistentes Sociais - ANAS (1983-1994), como representação político-sindical de pró-federação de abrangência nacional. Este momento expressou um salto na organização político-sindical da categoria profissional, neste momento vinculada à Central Única dos Trabalhadores – CUT, conforme Cardoso (2016).

Em 1986 aconteceu o II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CONCURT, considerada instância máxima de deliberação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Neste Congresso foi aprovada a criação de uma nova estrutura sindical de classe em substituição à estrutura corporativista, herdada do getulismo. Nesta nova proposta, os sindicatos seriam organizados por ramo de atividade ou produção econômica, os quais substituiriam os sindicatos por categoria. Tal deliberação objetivava mudar o perfil da organização, rompendo com o corporativismo e buscando a autonomia sindical. Nesse contexto, conforme Rodrigues (1990), a tarefa de implantação de uma nova estrutura sindical de classe se colocou aos trabalhadores, desde suas bases até as instâncias superiores.

Para o Serviço Social, a tese defendida e orientada pela Central Única dos Trabalhadores - CUT foi debatida pela categoria profissional na IV Associação Nacional de Assistentes Sociais - ANAS em 1987. No evento estavam presentes entidades sindicais e pré-sindicatos, as APAS, sendo deliberado por unanimidade a opção em aderir e assumir a grande e complexa tarefa de articular e estabelecer os caminhos para amplo debate e (re)organização em âmbito nacional, do processo de transição. A tarefa significava “implantar uma nova estrutura sindical da CUT por ramo de atividade econômica onde a inserção majoritária da categoria se dá no serviço público” (IV ANAS, 1989, *apud* ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 184).

A trajetória ascendente do sindicalismo na década anterior, passou a sofrer um significativo influxo a partir do início dos anos 1990, sofrendo o impacto das transformações com a implantação do neoliberalismo que se materializa em diversas dimensões da sociedade. A degradação das condições de vida da classe trabalhadora e a destruição dos espaços coletivos se intensificou. O sindicalismo mundial e brasileiro foi colocado na defensiva, onde uma das principais centrais sindicais do país, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, que na década de 1980 foi extremamente combativa e de confronto de massas,

passa a adotar, posturas de negociação e participação no desenvolvimento de tendências neocorporativistas.

O processo de transição dos sindicatos para a nova estrutura sindical por ramo de atividade econômica, a partir da decisão da Central Única dos Trabalhadores – CUT, foi distinta entre as diferentes categorias profissionais organizadas. A Associação Nacional de Assistentes Sociais - ANAS, na qual a categoria estava representada foi a única que extinguiu seus sindicatos, ocorrendo um recuo de outras categorias profissionais. O movimento de dissolução dos sindicatos de assistentes sociais ocorreu concomitantemente ao fortalecimento dos sindicatos gerais e por contratação no início dos anos 1990.

O processo de transitoriedade da organização sindical dos/as assistentes sociais ocorreu no período de 1989 a 1994, em âmbito estadual e federal. A extinção da Associação Nacional de Assistentes Sociais – ANAS ocorreu em 1994, mesmo ano que se efetivou a suspensão¹ do Sindicato de Assistentes Sociais do Paraná – SINDASP, processo analisado na presente dissertação.

Para maior aproximação com a resposta da problemática construída, foram elencados os objetivos que dirigiram o delineamento no processo da pesquisa. O objetivo geral visou analisar os fatores que influenciaram a criação e a posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Paraná nas décadas de 1983 e 1994. Os objetivos específicos buscaram: 1) apreender as particularidades do movimento histórico e teórico de organização político-sindical de assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo no Brasil; 2) contextualizar o movimento histórico de criação e posterior suspensão das atividades sindicais de assistentes sociais no Paraná; 3) analisar o protagonismo profissional de assistentes sociais no processo de organização político-sindical no Estado do Paraná nos anos de 1983 a 1994.

Desta aproximação parte-se da hipótese de que a criação e posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Paraná expressou um papel fundamental no contexto do novo sindicalismo no Brasil. Materializa a perspectiva coletiva apresentada e defendida pela CUT, a partir do Seminário da CONCUT em 1986, a qual orientou todos os sindicatos profissionais (enfermeiros, médicos, psicólogos, engenheiros, assistentes sociais, entre outros) à organização nos sindicatos por ramo de atividade e/ou produção e não mais por categoria profissional.

Ao não se efetivar esta deliberação na totalidade das categorias profissionais, o mesmo permaneceu inconcluso, não sendo sustentado seu desdobramento sócio-histórico no Brasil, considerando que apenas os assistentes sociais realizaram o processo de transitoriedade. Foi a única categoria profissional que extinguiu 24 sindicatos estaduais e o nacional com o objetivo de filiar-se aos sindicatos por ramos de atividade. A tomada de decisão pela suspensão das atividades do Sindicato de

¹ Com base na análise documental utiliza-se neste estudo o termo “suspensão” das atividades do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná – SINDASP, ocorrida em 27/08/1994. A tomada de decisão em assembleia deliberou pela desativação do sindicato, porém não a formalizou junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Este fato tornou possível sua reativação em 2008.

Assistentes Sociais no Paraná acompanhou a análise do processo organizativo da classe trabalhadora no Brasil naquele momento histórico.

Do ponto de vista metodológico esta pesquisa analisa o objeto de estudo a partir de uma visão de totalidade, buscando as contradições que atravessam as suas determinações objetivas e subjetivas. Aprender o movimento da realidade social é objetivo do conhecimento não se dando por intermédio do imediatismo do pensamento. Sua construção e reconstrução por meio de sucessivas aproximações, se expressa mediante o retorno ao ponto de partida apreendendo as múltiplas determinações contidas no processo.

Neste sentido utilizou-se Marx (1983; 2008), Marx; Engels (2007; 2010), para melhor compreensão da categoria trabalho como fundante do ser social e a centralidade que o trabalho adquire no capitalismo. Sobre as transformações históricas da sociedade e a organização sindical no Brasil, buscou-se as produções de Alvez (2003), Antunes (1985, 1995, 1994), Fernandes (1976), Netto (1989, 1992, 1993, 1996, 2005, 2007, 2015), Netto e Braz (2008), Moura (2014), Motta e Amaral (1998), Ramos (2020), Rodrigues e Cardoso (1993), Silva e Silva (1994), Sander (1988), Souza (1979), Serra (2001), Torres (2020), Vieira (2015). Sobre a história da organização político-sindical de assistentes sociais no Brasil as produções de Abramides e Cabral (1995), Abramides (2016, 2019, 2020), Cardoso (2016), Iamamoto (2007, 2001, 2014), Yazbek (2080), Souza (1979), Santos (2007) e Rodrigues (1990). No que diz respeito ao contexto histórico da profissão no estado do Paraná, utilizou-se como referência Battini (2009, 2012), Silva e Battini (2008) e Wachowicz (2010) e Andread (2020).

Percorrer este caminho, segundo GIL (2008), é responder aos problemas da realidade social, utilizando procedimentos científicos que permitam conhecer o processo de transformação do sujeito. Este, enquanto constrói a história como sujeito, interage e é determinado pelo contexto social, econômico, político e cultural de seu meio. Neste sentido a organização metodológica foi baseada na pesquisa exploratória, expressando a primeira aproximação da pesquisadora ao tema por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Desta forma, para alcançar os objetivos, utilizamos a abordagem qualitativa, o que não descarta a possibilidade de utilização dos dados quantitativos, considerando que nesta, conforme Minayo (2009), a relação da quantidade é também uma das qualidades dos fatos e fenômenos que se apresentam com relevância na pesquisa à medida que interage dinamicamente aos dados qualitativos.

No primeiro momento a aproximação com o objeto de estudo foi realizado levantamento bibliográfico de produções existentes sobre a temática. Estas possuem aproximação aos fundamentos da teoria social de Marx, a qual se desenvolve sobre a base crítico-analítica, sendo "espiral ideal que circunscreve que se pode referir com legitimidade à pluralidade de correntes legatárias do pensamento marxiano" (NETTO, 1989, p. 95).

Após a redefinição do projeto de pesquisa, em 19 de março de 2021, sob a supervisão da orientadora do trabalho dissertativo submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, iniciou-se a etapa aproximativa do objeto por meio da pesquisa de campo e documental por meio da coleta de dados em fontes primárias e secundárias, permitindo maior aproximação da pesquisadora com a realidade sobre a qual formulou o trabalho.

Nos levantamentos iniciais da pesquisa, identificou-se que atualmente o Sindicato de Assistentes Sociais do Paraná - SINDASP desativou suas atividades em fevereiro de 2020, não sendo possível realizar a pesquisa documental no seu acervo/arquivo. Todavia, o sindicato durante algum tempo, desenvolveu suas atividades dividindo o mesmo espaço físico junto a sede do CRESS/PR, onde foi possível, após a devida autorização, ter acesso ao acervo documental.

A pesquisa documental teve como base 240 (duzentas e quarenta) atas, relatórios, ofícios, jornais e boletins informativos, sendo importante destacar o grande volume de material utilizado na pesquisa e que poderão ser utilizados para futuras pesquisas quanto a história da organização sindical no Estado do Paraná.

No segundo momento, considerando a inexistência de fontes de pesquisa pública para identificação dos membros da diretoria do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná - SINDASP, nos debruçamos na pesquisa documental identificando que o período foi constituído por 4 (quatro) diretorias que realizaram a gestão, sendo a primeira no período de 1977-1986 (Ata: 21/06/83), a segunda de 1986 - 1989 (ata: 20/05/2021), a terceira de 1989 - 1992 (ata: 27/07/1989, prorrogado até 1993) e a quarta de 1993 - 1996 (Boletim Eleitoral nº2 - Julho de 1993), quadro disponível no Apêndice A.

Em seguida, em consonância com o projeto de pesquisa, foi realizada a aplicação dos critérios para escolha dos sujeitos da pesquisa, com base na análise do Estatuto da entidade, de 21/11/1979, que dispõe sobre a composição da diretoria das 4 (quatro) gestões analisadas. Esta é composta pelo(a) presidente, secretário(a), tesoureiro(a), conselho fiscal e seus respectivos suplentes. Desta composição, chegou-se a um universo de 68 (sessenta e oito) sujeitos. Como critério de seleção da amostra, definiu-se assistentes sociais membros da diretoria que permaneceram mais de uma gestão no sindicato; que fizeram parte da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná - APASP; que fizeram parte do período de criação e suspensão das atividades do sindicato; que assumiram cargos de presidente e militantes da base. E no processo de aplicação da pesquisa outro critério foi incorporado pela indicação dos próprios sujeitos pesquisados que foram assistentes sociais que participaram como militantes de base no período da pesquisa.

Desta forma chegou-se ao universo que compõem a pesquisa de 58 (cinquenta e oito) assistentes sociais, sendo possível contactar 26 (vinte e seis) assistentes sociais e destes, foram realizadas 14 (quatorze) entrevistas, sendo 11 (onze) com membros das gestões do SINDASP (1983-1996) e 3 (três) militantes de base na condição de convidados. Neste caso, utilizou-se o método da amostragem, que

consiste em obter um juízo sobre o total (universo), mediante a compilação e exame de apenas uma parte, a amostra, selecionada por procedimentos científicos, conforme Lakatos e Marconi (2001).

O tipo de coleta de dados adotado foi o da entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas. Nesta o pesquisador tem maior liberdade para responder sobre o tema proposto, permitindo um relacionamento direto entre ambos a partir de um assunto sobre o qual o entrevistador elabora um roteiro prévio. O roteiro da entrevista encontra-se no Apêndice C.

Para realização das entrevistas foi disponibilizada pelo CRESS/PR, a lista de contatos pessoais (e-mail e número de telefone) de parte dos membros da diretoria do sindicato referente ao período pesquisado, os quais em sua maioria encontram-se com sua situação cadastral junto ao CRESS/PR desatualizada. Então, alguns dos entrevistados tinham o contato de outros assistentes sociais que foram das diretorias do SINDASP. Também conseguiu-se fazer contato inicial por meio das redes sociais como *Facebook e Instagram*.

O primeiro contato com os entrevistados ocorreu de modo informal, com 30 (trinta) dias de antecedência, sendo explicado os objetivos da pesquisa, a fase da pesquisa de campo e que devido ao estado de pandemia mundial por COVID19 no período, após o aceite e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE no Apêndice B, por segurança, as entrevistas ocorreram de forma virtual pela Plataforma *Google Meet*, sendo gravadas para registro fiel das informações adquiridas, transcritas e posteriormente remetidas aos entrevistados para anuência. A entrevista,

[...] é a técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados [...] que possibilita [...] uma interação entre o pesquisador e pesquisado. [...] O pesquisador visa apreender o que os sujeitos, pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2007, p. 124).

Por questões éticas, optou-se em referenciar as/os profissionais/sujeitos da pesquisa com nomes fictícios para preservar o anonimato. O codinome escolhido visou homenagear membros da família da pesquisadora, buscando em cada personalidade características com os sujeitos pesquisados.

No processo de transcrição, a análise e interpretação dos relatos utiliza-se da análise de conteúdo que, conforme Chizzotti (2001), amplia as possibilidades de estudo e interpretação das manifestações do objeto. Assim a análise teve como ponto de partida a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados que compreende a análise e interpretação².

² Segundo Bardin (1977, p. 125) a **análise de conteúdo** está estruturada em três etapas importantes: sendo a primeira a *pré-análise*, sendo um momento em que ocorre a verificação das ideias iniciais do projeto através das hipóteses e dos objetivos, passa a elaborar os indicadores que fundamentam a interpretação; a segunda a *exploração do material*, que compreende a codificação de informações a partir das unidades de registro, núcleos de sentido caminhando na direção do que está explícito para o que é implícito, do texto para o subtexto, levantando as categorias de pesquisa; e por fim a terceira etapa que compreende o *tratamento dos resultados*, sendo a inferência e a interpretação, classificação dos elementos que tenham significados e sejam válidos segundo semelhanças e diferenciação, com posterior reagrupamento, a partir de características comuns.

Na fase de pré-análise as entrevistas, como também a pesquisa documental, foram agrupadas em categorias e eixos de análise, sendo estas referentes a trajetória de vida, projeto profissional e inserção na militância político-sindical da classe trabalhadora e dos/as assistentes sociais; protagonismo e os caminhos para criação, organização e suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais - SINDASP; articulação do sindicato com a organização político-sindical, exercício profissional e movimento estudantil e articulação do Sindicato dos Assistentes Sociais - SINDASP com o movimento sindical mais geral da classe trabalhadora.

Na análise utilizou-se o recurso de planilha eletrônica Excel, por meio da produção de gráficos e tabelas sobre dados coletados. Alguns elementos aproximativos dos sujeitos da pesquisa foram elencados e serão descritos a seguir: quanto à identificação: idade, sexo, estado civil, se possui filhos, naturalidade, município de residência; participação em movimento social (partido político, sindicato ou outro); quanto à formação profissional: local de formação, ano de formação, titulação, idade ao se formar e ao começar a trabalhar; se na graduação participou de movimento social; quanto aos dados funcionais: local de trabalho, município, tipo de vínculo empregatício.

Desde o ponto de partida ao ponto de chegada na exposição da presente dissertação, buscou-se estabelecer as relações entre a realidade e vivência dos sujeitos, as categorias elencadas na análise das entrevistas e sua relação ao objeto, pois

Partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital [...] é na vida real que começa, portanto, a ciência real, positiva, a análise da atividade prática, do processo, do desenvolvimento prático dos homens (MARX, 2008, p. 19-20).

Seguindo os procedimentos metodológicos, esta dissertação como produto aproximativo do processo de investigação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado “Serviço Social, trabalho assalariado e novo sindicalismo no Brasil”, apresenta as particularidades do movimento histórico e teórico de organização política e sindical do Serviço Social no contexto do novo sindicalismo no Brasil. Recupera o curso histórico que marcou a ascensão e protagonismo operário, dos movimentos sociais, na efervescência da luta de classes no Brasil, consequência das contradições e antagonismos entre o capital e o trabalho no modo de produção capitalista.

Neste cenário se estabelecem as condições para o exercício da profissão de Serviço Social sob a perspectiva de análise da dimensão política da profissão na condição de trabalhador/a assalariado/a que também vivencia e é impactado(a) pelas contradições da sociedade. Neste processo, tem a possibilidade de alcançar um avanço para outro patamar da consciência de classe a partir das heranças do Movimento

de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (1965 – 1975), apreendendo o significado social da profissão e sua condição de assalariamento na divisão social e técnica do trabalho.

Considerou-se relevante descrever sobre a conjuntura histórica de criação da CUT, a qual foi vital na direção da luta de classes no contexto do novo sindicalismo no Brasil. Destacou-se o contexto histórico de organização e luta da classe trabalhadora na transição democrática, na ruptura com o movimento sindical de cunho corporativista e atrelado ao Estado e sua virada nos anos 1990 para um sindicalismo negociado.

No segundo capítulo, intitulado “A organização político-sindical da categoria no Paraná na década de 1980 e 1990”, buscou-se contextualizar a particularidade histórica do desenvolvimento econômico, político e social, as lutas da classe trabalhadora e sua relação com a organização político-sindical dos e das assistentes sociais no Estado do Paraná.

A partir da análise documental e entrevistas, foi possível a construção do caminho histórico do processo de criação e organização sindical dos/as assistentes sociais no Estado do Paraná e sua conexão com o movimento nacional de retomada da organização sindical da ampla classe trabalhadora, especialmente da categoria profissional, identificando as razões que motivaram a criação do Sindicato de Assistentes Sociais do Paraná - SINDASP em 1983 e o cenário histórico que levou a decisão de suspender as atividades do Sindicato de Assistentes Sociais do Paraná- SINDASP em 1994.

No terceiro capítulo, intitulado “Protagonismo profissional e organização política: assistentes sociais nas lutas da classe trabalhadora no Estado do Paraná” objetivou-se analisar o protagonismo profissional na luta de classes dos/as assistentes sociais no processo de organização político-sindical no Estado do Paraná nos anos de 1983 e 1994, identificando os limites e avanços históricos impostos em cada período histórico. Identifica as particularidades no que diz respeito às escolhas pessoais, de formação profissional e a própria militância dos sujeitos pesquisados.

A finalização da dissertação não expressa a finalização do processo de investigação nem sua totalidade, mas a exposição sistemática, baseada no rigor científico e acadêmico, do estudo que explicita a produção de conhecimento sobre uma realidade específica e que este trabalho se propôs desvendar: a organização político-sindical dos/as assistentes sociais no Estado do Paraná nas décadas de 1980 e 1990. O caminho de chegada é também o de partida para novas e promissoras pesquisas, desejando que a presente dissertação enriqueça o debate e reflexões sobre os rumos históricos do sindicalismo no Brasil, sob a perspectiva de organização sindical por ramo de atividade econômica e a organização política da categoria no contexto da classe trabalhadora. Com a produção do conhecimento, o sentido é o de fortalecer a luta e a resistência da classe trabalhadora na direção de outro modelo de sociabilidade para além do capital.

2 SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO ASSALARIADO E NOVO SINDICALISMO NO BRASIL

**“Todo o começo é difícil”
Karl Marx**

Neste capítulo serão apresentadas as particularidades do movimento histórico de organização político-sindical do Serviço Social no contexto do novo sindicalismo³ no Brasil. Neste sentido, é necessário reportar o curso histórico que marcou um novo tempo para o processo de ascensão e protagonismo da classe trabalhadora, dos movimentos populares, na efervescência da luta de classes, consequência das contradições e antagonismos entre o capital e o trabalho no modo de produção capitalista Marx (2008).

No Brasil, no decorrer da história, a organização da classe trabalhadora alcança um novo patamar de ordenação dos movimentos operários, sociais e populares com o auge a partir de 1978, marcado com o vigoroso movimento grevista do ABC⁴ Paulista, avançando na década de 1980, com expressivas reações do movimento sindical, os quais buscavam sua autonomia e independência em relação ao Estado. No início da década de 1990 o movimento sindical sofreu um influxo juntamente com a reversão ideológica das centrais sindicais, frente à implementação do neoliberalismo, marcando o recorte temporal proposto neste estudo.

Neste sentido, objetiva-se estabelecer um caminho histórico para melhor compreensão do processo de organização sindical da classe trabalhadora no Brasil e os desdobramentos históricos do “novo sindicalismo” e sua refração na organização política de assistentes sociais.

O processo histórico de organização da classe trabalhadora, influencia diretamente a organização político-sindical do Serviço Social como profissão, a qual se constitui como parte desse processo quando decide retomar sua organização, ativando suas entidades pré-sindicais, a partir de 1977. Este cenário histórico marca um importante processo de unificação da luta junto a ampla classe trabalhadora contra a ditadura militar, em um movimento de distensão rumo à abertura política e a ruptura com governo com base na repressão e autoritarismo.

Tomando como base teórica a compreensão de Karl Marx e Engels (2010) no Manifesto Comunista em 1948, quando apontam que o papel central da classe trabalhadora na transformação da sociedade, se baseia sob a perspectiva de uma democracia socialista revolucionária frente a sociedade

³ A denominação Novo Sindicalismo, no final dos anos 1970, advinha da contraposição ao sindicalismo pelego, de sustentação da ordem do capital e da ditadura. É importante lembrar que o sindicalismo combativo esteve presente em toda trajetória do sindicalismo durante o século XX. Neste sentido, o uso do termo no presente trabalho tem como referência a análise de Abramides onde entende que “[...] não se trata de um novo sindicalismo, posto que o sindicalismo classista de outrora estava sendo retomado nesse momento após anos de repressão ao movimento sindical. Essa designação passa a ter influência na teoria dos chamados “novos movimentos sociais”, que questionam os movimentos clássicos da classe, o sindicato e o partido”. (2016, p.463)

⁴ Siglas significam a junção Santo André (A), São Bernardo do Campo (B), São Caetano do Sul (C) e posteriormente Diadema (D), formando a região metropolitana de São Paulo.

capitalista. Esta deve ser substituída por uma sociedade sem exploração e opressão, demarcando a importância das lutas imediatas que tem a possibilidade de se converterem em lutas mais gerais de classe contra o capital.

Neste cenário contraditório, as e os assistentes sociais como categoria profissional tiveram a possibilidade de avançar na tomada de consciência do projeto coletivo, reconhecendo-se como profissionais especializados, inseridos na divisão social e técnica do trabalho, conforme Yamamoto (2014), parte integrante da classe trabalhadora. Esta possibilidade permitiu se movimentarem no seu processo de auto-organização político-sindical.

Conforme Netto (1992) o Serviço Social como profissão, junto à classe trabalhadora, vivenciou o movimento de transformações sociais, políticas e econômicas no país com impactos significativos na conquista de direitos, a partir da segunda metade da década de 1960, consolidando seu processo de institucionalização pela mediação do mercado de trabalho.

Esse fenômeno ocorreu em sintonia com as alterações sócio-históricas e geopolíticas no mundo bem como na América Latina, em torno do aprofundamento dos interesses do grande capital que, ao longo do tempo, vinha golpeando e buscando controlar os protagonistas que resistiram a esta reinserção mais subalterna no movimento de contrarrevolução burguesa.

Neste sentido Fernandes,

[...] denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa. (FERNANDES, 1976, p. 203).

Estas transformações incidem na relação básica de transformação da natureza, pois, a partir da análise de Marx (1983) acerca da categoria trabalho, este se expressa por meio da interação entre o/a homem/mulher e a natureza bem como entre si. Este ser humano que trabalha ao produzir os meios de vida, materializa sua vida material e sua luta pela sobrevivência fazendo com que desenvolva sua capacidade de transformação a partir da criatividade, permitindo idealizar o ato e transformá-la em ação por meio do próprio trabalho. Assim o homem e a mulher se humanizam e se distanciam das barreiras naturais.

O homem e a mulher são, portanto, natureza historicamente transformada, sendo o trabalho a categoria vital que irá propiciar essa transformação, situando os sujeitos para além de sua condição natural, constituindo o papel principal como ser social. Neste sentido, segundo Netto e Braz (2008), o trabalho se constitui em um ato de criação e interação social, sendo modificado pelo mundo e este modificado por si, por meio das mais variadas formas.

Nesse viés, criam-se necessidades sociais o que transforma profundamente as relações sociais, a moral, os costumes, a religião, a organização familiar e o lazer, afetando todo o modo de vida e de trabalho da sociedade. Este modo de produção vigente impacta diretamente a vida do(a) trabalhador(a), pois passa a vender sua força de trabalho como uma outra mercadoria qualquer para garantir sua sobrevivência. Este passa a não se reconhecer em sua criação, alienando-se cada vez mais neste processo de descaracterização entre criador e criação.

O trabalho como processo de produção social dos meios de vida e de sociabilidade contribui para formação de uma consciência coletiva e vem assumir-se como condição básica da história da humanidade. Porém, no modo de produção capitalista, a sociedade se volta totalmente para o processo de produção e consumo ininterruptamente. Na sociedade capitalista o trabalho deixa de ser uma atividade vital do ser humano e passa a ser assalariado, alienado, fetichizado, forma de gerar riqueza Marx (2008).

Nesta realidade contraditória o capital com seus fundamentos baseados na propriedade privada dos meios de produção, torna o trabalhador cada vez mais vulnerável ao processo de exploração sem precedentes, impactando diretamente em sua vida e saúde. Esta é uma condição inerente ao modo de produção capitalista, que vai se apresentando com novas facetas ao longo da história, porém sem mudar seu objetivo: o lucro e acumulação do capital.

Ao tratar-se sobre a materialidade objetiva da condição dos trabalhadores, bem como suas formas de enfrentamento, condição de exploração em detrimento dos interesses do capital, Engels (2008), em sua análise sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra em 1845, documenta a realidade vivida e as reações operárias frente às condições de vida, degradação física, moral, social e intelectual em que eram submetidos pelo capital industrial. Tal processo foi enfrentado iniciando-se o movimento operário que antecedeu a forma de organização sindical.

Este movimento operário foi caracterizado pelo autor em três fases de rebeldia, a primeira partiu da manifestação do crime, com protestos individuais e inconscientemente resultantes do processo de industrialização.

O segundo momento foi caracterizado pela substituição dos operários pelas máquinas, gerando revolta no chão das fábricas a exemplo do movimento conhecido como Luddista com a quebra das máquinas como expressão contra a industrialização, que foi baseada na substituição do homem pela máquina. Este movimento caracterizou as primeiras experiências de organização operária ainda secretas.

No terceiro momento ocorreu um salto qualitativo no século XVIII, quando a liberdade de associação ganhou o reconhecimento jurídico em 1824. Resultando na organização proletária de associações livres de uniões operárias (*trade-unions*) organizadas por ramos de produção, “o objetivo era proteger o operário individual contra a sanha da burguesia. Essas associações espontâneas deram origem ao sindicalismo (TORRES, 2020, p. 104).

Segundo Torres (2020) Karl Marx e Friedrich Engels, reconhecidos como fundadores do socialismo científico, vivenciaram e influenciaram de forma significativa o processo de surgimento e a evolução do sindicalismo na Europa, como também reconhecem o papel fundamental dos sindicatos como também sua limitação de luta, a qual ainda restrita ao campo meramente econômico e corporativo no que se refere a perspectiva de superação da sociedade capitalista.

Assim, “para Marx, os sindicatos faziam parte da própria natureza do capitalismo industrial e da condição de trabalho assalariado” (ALVES, 2003, p.123) e tem como tarefa vital diminuir a desigualdade de condições entre patrão e empregado na regulamentação do contrato de compra e venda da força de trabalho.

Torres (2020), destaca que para Marx e Engels a mobilização dos trabalhadores não deveria limitar-se a pautas de luta reduzidas a emprego, salário e jornada de trabalho, ainda que fosse de extrema importância, deveria avançar no sentido de superação da lógica da exploração do capital sobre o trabalho, sendo necessário alcançar um novo patamar para a luta política revolucionária, para além da esfera salarial.

Deste modo,

Marx defende que tais lutas devem estar subordinadas a uma luta política geral da classe trabalhadora, à defesa da abolição do regime de assalariamento. Assim os sindicatos teriam o potencial de ser “centros de organização da classe operária”, cumprindo o papel de “alavanca”, ainda que somada a outros esforços políticos, para emancipação da classe. Tal unidade operária seria um preâmbulo para combater e não apenas resistir, ao “poder social concentrado do capital”. (TORRES, 2020, p. 122).

No Brasil a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo, ocorre de modo diferenciado em relação a Europa e demais países do mundo. Em 1850, período marcado pelo ponto final do período de transição do modelo de produção escravocrata para o capitalista, o país ainda vivenciava formas de produção baseada na escravização de homens, mulheres, crianças, negros e negras. A abolição do escravismo que ocorreu tardiamente, em 1888⁵, com o conseqüente novo modo de produção, engendrou uma particularidade histórica que até a atualidade não foi enfrentada no Brasil: o racismo estrutural⁶.

Num quadro econômico marcado pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, com repercussão no curso do desenvolvimento capitalista, o Brasil tem um cenário de acúmulo de endividamento subordinado ao capital externo. A medida que a modernização avançou, ocorreu a desvalorização do trabalho nacional, especialmente do negro e negra e o não branco, aprofundando ao longo do tempo a naturalização do racismo.

⁵ Lei Áurea, nº 3.353 de 13 de maio de 1888 declarada formalmente a extinção da escravidão.

⁶ A análise crítica sobre o racismo estrutural foi desenvolvida por Almeida (2018), sendo aspecto fundamental para o conhecimento da particularidade brasileira.

Na gênese da formação da classe trabalhadora brasileira, esta realidade passou a incentivar a exportação de mão de obra imigrante, especialmente a europeia, no sentido de fortalecer o processo de produção e ao mesmo tempo branquear a população conforme os interesses da classe dominante.

Segundo Moura, os escravos, [...] ficam excluídos desse processo de mobilidade social, branqueados pela sua condição e cor e de classe e por isso mesmo impossibilitados de competir nesse processo de modernização na área do trabalho. (MOURA, 2014, p. 52).

Parafraseando a palestra do Professor Cacau Pereira no curso de História do Movimento Sindical e Sociologia do Sindicalismo⁷, o processo de abolição do escravismo no Brasil ocorreu de forma mais lenta do que em comparação a outros países da Europa.

As experiências e expressões de resistência ao sistema de exploração e degradação da vida, vieram do movimento da população negra, muito antes da implantação do capitalismo no país. Parte desta população negra depois de libertada também se uniu a outros trabalhadores assalariados, que eram ainda minoria no país, buscando formas de organização e resistência contra a exploração do trabalho.

Deste modo, a história do sindicalismo no Brasil está ligada às transformações econômicas a partir do trabalho livre na Primeira República a partir de 1889, onde a economia escravocrata e latifundiária baseada predominantemente na exportação do café, foi sendo substituída por centros urbano-industriais. Nestes os(as) ex-escravos(as), com o trabalho livre, pelo menos, oficialmente livres, foram lançados no mercado de trabalho em “igualdade de condições jurídicas” com outros trabalhadores, brancos e imigrantes, com deslocamento para os centros urbano-industriais. Rapidamente cresceu o proletariado urbano e ao mesmo tempo as condições precárias de estrutura e condições de vida.

Na virada para o século XX os e as trabalhadores no processo de enfrentamento dos níveis cruéis de exploração cada vez mais aprofundados do capital sobre o trabalho, passaram a se organizar através das associações operárias livres, as conhecidas ligas operárias de resistência. Desde aproximadamente 1870, eram controladas pelas minorias militantes, sem caráter reivindicatório, ainda vinculadas à Igreja. Estas associações tinham por objetivo prestar assistência aos trabalhadores e suas famílias em momentos de dificuldade e tinham como princípio reconhecer que as greves eram o último recurso que dispunham.

Esta dinâmica de organização partia do princípio de não criar conflitos entre patrões e empregados. Porém a defesa da jornada de 8 (oito) horas de trabalho era central. Em seguida, foram criadas as Uniões Operárias (1880), que com o advento da indústria passaram a se organizar de acordo com seus diferentes ramos de atividade.

Neste contexto são criados os primeiros núcleos operários, instalados, fundamentalmente, na região de São Paulo e Rio de Janeiro. Foi neste momento histórico que surgiram as primeiras lutas operárias no Brasil.” (ANTUNES, p. 48, 1995).

⁷ Aula nº 01: A gênese dos sindicatos e história do movimento sindical. Realizada em 24 de março de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MCW8QH7GwJQ&t=2744s>. Acesso em: 03 maio 2022.

No ano de 1858 ocorreu a primeira grande greve, a dos tipógrafos do Rio de Janeiro. Estes se posicionaram contrários às injustiças patronais reivindicando melhores salários. Inaugurando-se a partir de então, várias outras greves que se expandiram para as demais categorias no país. Junto com as greves, também outras formas de organização da classe trabalhadora assalariada em formação foram implementadas.

Em 1892 ocorreu no Rio de Janeiro o I Congresso Socialista Brasileiro, em que um dos objetivos era a criação de um Partido Socialista, o que acabou não ocorrendo naquele momento. Posteriormente o movimento de organização do Partido Socialista, foi influenciado pelas ideias de Marx e Engels, sob maior influência do socialismo.

Em 1902 aconteceu em São Paulo o II Congresso Socialista Brasileiro, referenciando o Manifesto aos Proletários, dizendo que:

A história das sociedades humanas, desde que se constituíram e onde quer que envolvessem, é a história mesma da luta de classes; e desse pugnar incessante resultou, com decorrer dos tempos, a eliminação de algumas dessas classes, podendo-se atualmente considerar em campos adversos, inconciliáveis em seus interesses: tais são a classe da burguesia e a classe dos assalariados. (ANTUNES, 1995, p. 49 apud FONTES, 1977).

Segundo a análise de Antunes (1995) o país vivenciava um período intenso de greves operárias, por melhores condições de salário, jornada e regulamentação do trabalho, quando em 1903, no Rio de Janeiro, foi criada a Federação das Associações de Classe como dos artistas chapeleiros, alfaiates, sapateiros, marceneiros entre outros. As greves eram fortemente reprimidas pelas forças militares.

Em 1906 se organiza o primeiro Congresso Operário Brasileiro - COB no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, coordenado por trabalhadores de diversos Estados do país. Este Congresso foi influenciado pelo sindicalismo revolucionário. Depois de muitas lutas, com o Decreto Lei nº 1.637, de 05 de janeiro de 1907, os sindicatos foram legalizados.

O período entre os anos de 1917 e 1920 foi marcado por inúmeras greves, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, devido ao agravamento das condições de vida e de trabalho, consequência da Primeira Guerra Mundial. Os operários lutavam por melhores salários, jornada de trabalho de oito horas, direito a férias, fim do trabalho infantil, proibição do trabalho noturno para as mulheres, aposentadoria e assistência médica.

O sindicalismo no Brasil, também foi influenciado pelo anarquismo⁸ e pela social-democracia⁹, com influência da luta sindical trazida por trabalhadores imigrantes, alemães, espanhóis, portugueses e

⁸ O anarquismo no Brasil se expressa pelo anarco-sindicalismo, que vê o sindicato como um meio para o fim do sistema capitalista. Segundo Abramides e Cabral (1995) são de maioria italianos e se concentraram em sua maioria em São Paulo.

⁹ Partido que nasceu na Alemanha, com ideias apenas de reformas gradativas no capitalismo e, segundo Abramides e Cabral (1995), baseada no princípio de que apenas o Estado pode atuar pelos interesses da classe trabalhadora.

italianos, visando o fim do capitalismo, o que, segundo Abramides e Cabral (1995), levaria a vários embates entre os interesses da classe trabalhadora e os do capital.

Em 1912 ocorreu o IV Congresso Operário com inspiração oficialista numa ação de cooptar politicamente a classe operária e a criação de sindicatos ligados ao governo. Organizado pelo filho do presidente Marechal Hermes da Fonseca, o tenente Mário Hermes da Fonseca, conhecido como “congresso amarelo”, era representado apenas pelos patrões e pelo Estado. Neste contexto foi criada a Confederação Brasileira do Trabalho – CBT. Em contraposição a este Congresso, em 1913 a Confederação Operária Brasileira – COB, criada em 1908 no Rio de Janeiro, convocou um congresso com apoio de anarquistas/socialistas por meio de seus sindicatos e associações.

Dentre as deliberações:

repúdio às determinações legais que ferem a autonomia sindical ou individual dos associados; estrutura sindical por ofício ou direta; adoção de ação direta com greves, boicotes, ocupação de fábricas; rejeitar vinculação com partidos políticos; repúdio a lei Adolfo Gordo que autoriza a expulsão de estrangeiros que ameaçam a ordem política. Grupo conhecido como a vanguarda operária. (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 39).

Diante deste contexto, o Estado se encaminhou para incluir o sindicato em sua aparelhagem, mantendo sua oligarquia, partindo da concepção de que classe operária não possui organização autônoma.

Em 1917, com reflexos da Revolução Russa¹⁰ na organização da 1ª Greve Geral do Brasil, evidenciou-se um número expressivo de mulheres no movimento. Estas sofriam pela precarização e péssimas condições de trabalho, bem como assédio sexual nas fábricas. Este movimento parou as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e as organizações católicas apoiaram as reivindicações e a resolução pacífica de conflitos, porém eram contra as greves.

Exemplo emblemático deste período foi a greve geral ocorrida em 1917 em São Paulo:

[...] iniciada em uma fábrica de tecidos, e que recebeu a solidariedade e adesão inicial de todo setor têxtil, seguindo-se as demais categorias. A paralisação foi total, atingindo inclusive o interior. Em poucos dias o número de grevistas cresceu de 2.000 para 45.000 pessoas. A repressão desencadeada aos grevistas foi violenta levando, não raro, alguns operários à morte...”. (ANTUNES, 1994, p. 41).

As greves foram gradativamente se estendendo, entre os anos de 1918 e 1920, em todo o país, envolvendo diversas categorias e milhares de trabalhadores, mostrando a afirmação da classe

¹⁰ Iniciada em 1917, a Revolução Russa foi um marco para a organização da classe trabalhadora no mundo. Derrubou a monarquia russa e levou ao poder o Partido Bolchevique de Vladimir Lênin. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/09/12/a-revolucao-dos-camponeses-de-1917-especial-revolucao-russa/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

trabalhadora na cena política nacional. Tal fato marcou a agudização das contradições no país evidenciando a emergência da “questão social”.

Tendo como base analítica a obra marxiana, Yamamoto explicita que “A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.” (2007, p. 77).

Adensando seu reconhecimento como classe, no Brasil, em 1922 foi fundado o Partido Comunista Brasileiro – PCB. Este disputou a direção dos sindicatos sob influência anarquista, ocorrendo uma divisão no movimento operário em federações anarquistas, comunistas e amarelas. Em 1929 os comunistas criaram a Confederação Geral dos Trabalhadores - CGTB, a qual não teve muita atuação e ao mesmo tempo os anarquistas vão perdendo força.

Com os desdobramentos de lutas neste período, tem-se alguns avanços de intervenção do Estado:

[...] no mercado de trabalho, em 1919, o Estado cria a Lei 3.724, que ampara os operários vitimados em acidentes de trabalho; em 1923, a Lei Elói Chaves institui as caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários e, também o Conselho Nacional do Trabalho; em 1925, a Lei de 15 dias de férias e, em 1926 a Lei sobre trabalho do menor. (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 40).

Concomitantemente à atuação dos anarquistas e comunistas na década de 1920, o Estado buscou cooptar alguns setores da massa operária, ampliando a tendência chamada de “reformista amarela” dentro da organização sindical. Segundo Antunes (1995), ao criar o Conselho Nacional do Trabalho, o Estado visava controlar os sindicatos e torná-los órgão de conciliação de classes, tornando os sindicatos “amarelos” favorecidos por vantagens concedidas.

Desse modo, o movimento operário no Brasil sempre foi ameaçado, seja pelo Estado ou pelas próprias divergências internas de sua organização, em que a cooptação objetivou alcançar interesses privados em detrimento da luta geral da classe operária. Neste, a repressão foi a marca do Estado nas greves dos trabalhadores especialmente destinada aos dirigentes sindicais, prevalecendo os interesses do capital representado na elite dominante.

Com a crise de 1929 do capitalismo e a forte recessão econômica, consequência da quebra da Bolsa de Valores em Nova York, os atos repressivos levam ao desemprego e miséria no mundo e no Brasil. Este contexto repercute em ondas de desmobilização do próprio movimento que vive e sobrevive do seu trabalho.

Na conjuntura da República Nova, em 1930, marcada pela transição econômica agroexportadora para uma economia industrializante, assemelha-se ao que Lênin (1961) denominou de “Reformismo pelo Alto”, ou seja, conciliar interesses agrários e urbanos, excluindo formas de participação da classe operária. O que se materializou no governo de Washington Luiz (1926-1930) foi a criação do Ministério

do Trabalho, Indústria e Comércio por meio do Decreto-Lei 19.443, de novembro de 1930, atingindo além da repressão a intervenção de forma legal na organização sindical.

No final de outubro de 1930, Washington Luís foi deposto e Getúlio Vargas (1930-1945) tomou posse como presidente do Brasil. Em seu governo, a ação conjunta da ordem econômica, política e social acelerou a transformação da composição interna do proletariado, marcando um novo momento para o sindicalismo brasileiro.

Em 19 de março de 1931 foi promulgada a Lei nº 19.770, que regulamenta a sindicalização das classes operárias e patronais, o que contrariou a liberdade de associação sindical existente na Primeira República. Segundo Rodrigues (1968), esta orientava a mediação dos conflitos e determinava o afastamento dos dirigentes sindicais dos cargos de direção, além de estabelecer um único sindicato por categoria, excluindo a sindicalização dos funcionários públicos, que foi garantida somente com a Constituição Federal de 1988.

No período de 1923 a 1933 foram criadas as juntas de conciliação e julgamento voltados para mediação de conflitos e a colaboração entre o capital e o trabalho. Em seguida, em 1934, ano em que também foi promulgada nova Constituição, havia dois tipos de sindicatos: o oficial e o sindicato livre. Segundo Abramides e Cabral (1995), a política desenvolvida pelo Ministério do Trabalho favorecia o desenvolvimento dos sindicatos controlados pelo Estado e procurava neutralizar os sindicatos de militantes, tanto comunistas quanto anarquistas.

O Governo de Getúlio Vargas em 1934 a 1945, conhecido na pela história brasileira como “Era Vargas ou Estado Novo”, conhecido também regulamentou o direito de férias, a Carteira de Trabalho, a indenização por dispensa e a estabilidade no emprego criada em 1935. Em 1940 o Ministério do Trabalho criou o salário-mínimo e o imposto sindical, levando o Estado a ter mais controle sobre a organização sindical, estabelecendo a prática da manutenção de “pelegos”¹¹ em cargos de direção.

Dentre os marcos históricos do governo Vargas está a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, foi instituída por meio do Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. A organização sindical foi fortemente influenciada pela legislação trabalhista que em seu Título V - Da Organização Sindical, em seu artigo 511 definiu que

É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais, exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.

§ 1º A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica. (BRASIL, 1943).

¹¹ Expressão utilizada como alusão aos sindicatos e lideranças sindicais atrelados ao Estado não correspondendo aos interesses da classe trabalhadora que deveriam representar.

Na Consolidação da Lei Trabalhista - CLT evidenciou-se que a estrutura sindical ficou à mercê dos interesses do Estado. Em 1952 passaram a ser impedidas as candidaturas que tivessem como base ideologias contrárias aos interesses do Estado.

Após a queda de Getúlio Vargas em 1945, lentamente os sindicatos passaram a lutar por independência frente aos organismos governamentais. No governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), iniciou-se uma forte repressão ao movimento operário quando, em 1946, as greves foram proibidas e o Movimento Unitário dos Trabalhadores - MUT e a Central Geral do Trabalhadores – CGT, então criadas, foram considerados fora da lei. De acordo com o Instituto Observatório Social (2003), no governo provisório de João Fernandes Campos Café Filho (1955-1956), ocorrem inúmeras greves devido ao congelamento de salários, sendo reprimidas por força de violência e sem vitórias consideráveis.

Em 1956 Juscelino Kubitschek assumiu o governo fortalecendo o desenvolvimento industrial e a abertura ao capital estrangeiro, assim surgiram sindicalistas conhecidos como renovadores que se opõem ao “peleguismo”, reivindicando a democratização e autonomia da organização sindical.

Este momento histórico foi marcado pelas greves dos 500 mil trabalhadores têxteis, metalúrgicos, gráficos, entre outras categorias. Esta foi considerada uma greve ilegal pelo governo vigente, porém o ano de 1959 terminou com 954 greves, que envolveram mais de 1,5 milhão de trabalhadores. Pode-se afirmar que o período de 1960 a 1964 teve o maior movimento grevista operário desde a década de 1930.

Conforme Collier (1982), o contexto mundial de erosão do pós II Guerra Mundial (1939-1945), associado à Revolução Cubana (1952-1959)¹², incidiu na América Latina como um todo, fazendo emergir o campo de *esquerda* como tendência na região. O movimento sindical foi intensamente reprimido pelos governos. Era um movimento inaceitável para os Estados Unidos, pois se mostravam apreensivos com a expansão do comunismo no território, passaram a apoiar vários movimentos de tomada de poder pelos militares, a partir de “orientação intervencionista tecnocrática junto aos militares latino americanos” (COLLIER, 1982, p. 359).

Esta ação levou a ascensão de ditaduras e do autoritarismo que caracteriza a conjuntura da Guerra Fria, que dividia o mundo em dois blocos econômicos: Estados Unidos da América- EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, disputando a direção de interesses políticos, econômicos e ideológicos, respectivamente o capitalismo e o socialismo real.

Todo esse processo influenciou de forma expressiva a tomada do poder, constituindo-se uma autocracia burguesa na realidade brasileira por meio do Golpe Militar no ano de 1964. Nos anos subsequentes em outros países como Peru (1968), Chile (1973), Uruguai (1974) e Argentina (1976). Sob a pretensa ameaça do comunismo o “Golpe” depôs o presidente João Goulart (1961-1964), elevou à

¹²Processo revolucionário que aconteceu em Cuba, conduzido por Fidel Castro, líder da Guerrilha que derrubou o governo ditatorial de Fulgência Batista, em 1959. Ver especificamente em Collier (1982).

presidência da República o Marechal Castelo Branco, eleito por meio de eleições indiretas estabelecidas pelo Ato Institucional 1 (AI 1), do Supremo Comando Revolucionário, formado por ministros militares.

Segundo Ianni (1991), “nesse período, o poder público interferiu em praticamente todos os setores do sistema econômico nacional, reelaborando as condições de funcionamento dos mercados de capital e força de trabalho como “fatores” básicos do processo econômico” (1991, p. 229). Estabelecendo neste momento histórico o modelo político de Doutrina de Segurança Nacional¹³, foi caracterizado por um conjunto de medidas repressivas como a suspensão de direitos políticos, culturais (teatro, jornais, música), censura à imprensa e perseguição policial, interrogatórios, prisões e torturas. Os opositores do regime tiveram seus direitos políticos cassados. A ditadura civil-empresarial militar, que perdurou no Brasil até 1985.

Nos 20 anos de ditadura e repressão foi legitimada pela autocracia burguesa por intermédio de leis e atos institucionais sem aprovação do órgão legislativo, com características totalmente arbitrarias e autoritárias. A ditadura instituiu a própria legalidade na execução de um modelo de terrorismo militar no país. Com a vigência dos atos institucionais foi implantada a hegemonia absoluta do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo. “Os atos institucionais impuseram-se sobre os dispositivos da Constituição de 1946” (IANNI, 1991, p. 230).

Neste aparato jurídico, destaca-se o Ato Institucional nº1 - AI1 (1964) em que “caça” políticos e suspende direitos políticos; Ato Institucional nº2 - AI2 (1965) estabelece eleições indiretas para governadores e prefeitos, criando o bipartidarismo.

A partir de então, passou a existir dois partidos de representação nacional, a Aliança Renovadora Nacional - ARENA que representava os interesses do governo e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, que representava a oposição. Porém com limitação de atuação política por meio do Ato Institucional nº3 - AI3 (1966) no governo ditatorial de Artur da Costa e Silva (1967-1969), aprofundou “um padrão compositório e articulado de dominação burguesa” (FERNANDES, 1977, p. 209).

Neste sentido,

[...] o regime respondeu com a intensificação da violência, até chegar, a partir de 1968 (e o marco é a edição do Ato Institucional nº5, o ominoso AI5, de 13 de dezembro de 1968 (e o marco é a edição no mesmo ano), ao emprego metódico do terrorismo estatal, construindo um tentacular aparato de repressão política. Alcançando este patamar, a criminalização do dissenso político ultrapassou largamente as fronteiras do movimento dos trabalhadores (urbanos e rurais) - até então alvos preferenciais da ação repressiva e/ou intimidatória-, e a repressão tornou-se prática oficial e generalizada. (NETTO, 2009, p. 22).

¹³ Modelo de regime que objetivou eliminar todos os que questionavam criticavam o regime estabelecido, com perseguições inclusive aos sindicalistas e comunistas, destruindo o processo democrático.

Neste período, mundialmente a juventude e respectivos movimentos passaram a se constituir como sujeitos políticos. No Brasil, no final de 1968, houve o aumento das mobilizações estudantis por intermédio da União Nacional dos Estudantes - UNE com forte repressão militar. Amordaçar o movimento sindical foi condição fundamental para implementação de uma política econômica assentada no arrocho salarial e na redução de direitos sociais. Entre 1964 e 1968 os trabalhadores tiveram seus salários reduzidos em mais de 30% (Antunes, 1995). Neste contexto, as greves de Contagem em Minas Gerais e Osasco em São Paulo foram marcos importantes na história de lutas da classe operária, sendo as primeiras desde o período de repressão.

Na contradição da crise econômica e desemprego, “os movimentos de Contagem e Osasco representam, em graus diferentes, um mesmo processo de ruptura interna do sindicalismo populista” (WEFFORT, 1987, p. 85).

Entre os períodos de 1969 a 1971, a esquerda radicalizou suas ações com luta armada, sendo as organizações clandestinas fortemente reprimidas, com mortes e prisões de seus integrantes. Segundo Abramides e Cabral (1995), esses grupos não têm base de sustentação popular, mas entendem que a luta armada é a única via possível para o período de combate à ditadura militar e de construção do processo revolucionário.

Com o cenário do milagre econômico brasileiro¹⁴, cresceu a industrialização no país e ao mesmo tempo as mobilizações começaram a tomar forma a partir de 1975, fase de seu declínio. Organizadas por oposições sindicais, estas passaram a realizar atividades no chão de fábrica, especialmente no setor automotivo, tendo em vista que a principal reivindicação era a melhoria salarial.

Netto, destaca que

[...] o “milagre” não resistiu à sua primeira prova: foi a pique com a crise capitalista mundial que, deflagra com o chamado “primeiro choque do “petróleo” e agudizada em 1975-1976 (cf. Mandel,1990), rebate fortemente aqui, demonstrando a mistificação do mote “Brasil potência”, e colocando a nu a vulnerabilidade do país. (NETTO, 2009, p. 23).

Os anos de 1974 e 1975 são marcados pelas manifestações estudantis contra o custo de vida e pelos intelectuais, artistas e da Igreja expressando a contrariedade ao sistema. O governo foi forçado a iniciar o processo de abertura democrática iniciada por Ernesto Geisel (1974-1979) a partir de quando tomou posse, continuando depois, pelo governo de João Batista Figueiredo (1979-1985) em 1979.

Antunes (1995) argumenta que o movimento sindical nos anos 1978 e 1979, avançou em sua organização, pois não suportava mais o ônus do arrocho salarial. Nestes anos os e as trabalhadores iniciaram um intenso processo de mobilização lutando pela reposição salarial. Iniciaram paralisações

¹⁴ O crescimento econômico ocorrido no Brasil, neste período ocorreu entre os anos de 1968 à 1973, foi caracterizado pela aceleração do crescimento do PIB - Produto Interno Bruto, industrialização e inflação baixa.

que atingiram centenas de trabalhadores metalúrgicos, inicialmente no ABCD Paulista (cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema). Iniciou-se uma nova fase do amplo movimento de massas, retomando as comissões de fábrica, propondo um modelo de sindicato livre do Estado e rompendo com os pilares da política econômica antipopular instaurada desde 1964 no país.

A década de 1980, foi representada por mudanças significativas advindas da globalização e das tecnologias, o mundo do trabalho foi afetado por processos de profissionalização e qualificação de mão-de-obra, cada vez mais exigente e excludente. “Houve a redução do número de greves em vários países, porém aumentaram os casos de corporativismo, xenofobia, racismo na própria classe trabalhadora” (ANTUNES, 1996, p. 133). No Brasil, nesse período ocorreu o inverso, houve grandes movimentos grevistas e avanços no sindicalismo rural.

O regime democrático instaurado fortaleceu a economia privada, produzindo uma expressiva concentração de renda, restringindo cada vez mais o acesso da população a riqueza socialmente produzida, agravando-se cada vez mais, por meio do endividamento acumulado junto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Conforme Antunes (1996), refletindo uma sociedade desigual e subordinada aos ditames estabelecidos pelo capital financeiro internacional, claramente utiliza-se desta condição para estabelecer as regras e níveis de exploração em países periféricos e dependentes da América Latina, particularmente o Brasil.

Ao mesmo tempo, “ao longo dos anos 1980, [...] a dívida externa tornou-se dramática. A elevação da inflação, a alta dos preços e o aumento do desemprego deram-se as mãos, celebrando sólido e sinistro casamento” (VIEIRA, 2015, p. 365). As medidas de “arrocho salarial” aos trabalhadores tanto em âmbito privado quanto público, intensificaram as contradições, comprimindo a política salarial pois os reajustes não acompanhavam a inflação, deixando a desigualdade entre classes cada vez mais profunda e irreversível no país.

Fruto da intensificação das lutas sociais e mobilização dos setores populares da sociedade civil, depois da perda do Movimento Diretas Já em 1984, o processo de redemocratização ocorreu com a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985. Este faleceu antes de tomar posse e, em fevereiro de 1986, José Sarney assumiu a presidência anunciando a implantação do Plano Cruzado. No plano econômico, o Plano Cruzado iniciou uma série de intervenções da equipe econômica, constituindo-o como carro chefe do governo.

No plano político, as mobilizações e lutas sociais voltaram-se para as disputas da nova Constituição Federal. A Assembleia Nacional Constituinte foi instaurada em 1986 e a nova Carta Magna em 5 de outubro de 1988 (FAUSTO, 2002).

Entre os anos de 1987 a 1989 representa a oscilação dos níveis de emprego e renda, consequências de um processo inflacionário provocando o aumento da pobreza e miséria que se adensa frente a uma política que conjuga perversa distribuição de renda e redução de salários reais. Segundo analistas, o

crescimento econômico na década de 1980 alcançou índices ínfimos, o que determinaram a rotular este período histórico de: “a década perdida” (ABRAMIDES, 2019).

Este contexto apresenta dificuldades na base da organização econômica, gerada pelo endividamento externo com impactos na distribuição de renda, tornando a dívida externa também uma dívida estatal. Assim,

criou-se uma contradição entre a intensa geração de receitas de exportação pelo setor privado e o intenso endividamento do setor público. [...] Ao governo só restaram três caminhos: cortar gastos públicos, imprimir dinheiro ao vender títulos do Tesouro a juros atraentes. (KUCINSKI; BRANFORD, 1999, p. 43).

Os efeitos da crise e estagnação econômica na década de 1980 levou ao empobrecimento da *classe que veio do seu trabalho* e em contrapartida, aumentou o desemprego, precarização e instabilidade no trabalho, queda no valor da renda do trabalho e conseqüentemente o aprofundamento da pobreza que atinge inclusive a classe média. Os países desenvolvidos se tornaram indiferentes à crise instalada, com conseqüências no que diz respeito à queda de investimentos externos no país (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

A luta pelo Estado Democrático de Direito ocorreu por meio do movimento sindical, dos movimentos populares e sociais vinculados à classe trabalhadora, tornando possível garantir pautas de discussão na Constituinte que garantisse as liberdades democráticas e reafirmaram os direitos sociais, trabalhistas e a luta por reforma agrária. A assimilação destes conteúdos na carta constitucional em construção naquele momento histórico foi um duro processo de “mobilizações e contra mobilizações” com interesses diversos tencionados por diferentes forças e disputas hegemônicas de classes, conforme Behring, Boschetti (2009).

Neste cenário é necessário considerar que a desestabilização econômica passou a expressar novas formas de “exclusão social”, com profundas transformações no mundo do trabalho, levando ao desemprego estrutural associado aos interesses de exploração do mundo globalizado e competitivo.

Com o incremento das novas formas de contrato, terceirização, flexibilização das relações de trabalho, baixas remunerações ocasionado o aprofundamento das desigualdades sociais em um capitalismo periférico e toda a luta coletiva por garantias sociais consagrada na Constituição Federal de 1988, vai se justificando por meio de reformas, ajustes fiscais, desvinculações de recursos públicos para pagamento da dívida externa da União.

Esse processo foi intermediado por um Estado que estava submetido à lógica do mercado e as exigências da economia internacional, descartando conquistas e lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais presentes, especialmente durante a década de 1980.

É importante destacar que as desigualdades sociais tomaram novas formas, conforme novas regras estabelecidas pelas próprias crises capitalistas, de ordem internacional. No plano político as

relações econômicas se expressam na gestão onde “prevalecem acordos estabelecidos por uma maioria mais conhecida como “Centrão” [...] que chegou até a prolongar o impopular governo de José Sarney (1985-1990) por mais um ano” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 142).

Assim, a Constituição Federal “não se tornou a Constituição ideal de nenhum grupo nacional” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 142). Se por um lado expressou o avanço no reconhecimento de direitos sociais, de outro criou as condições legais para livre exploração da força de trabalho, privatização do Estado e a implementação de uma agenda em sintonia com o receituário neoliberal expresso no Consenso de Washington (1989). Com uma agenda neoliberal para os países da América Latina, a efetivação de direitos tornou-se a pauta da classe trabalhadora.

Neste sentido, parafraseando Marx (2008), o sujeito, a partir de sua organização coletiva desenvolve a capacidade de transformar-se e ao reconhecer seu lugar na sociedade estabelece estratégias de luta e resistência com protagonismo coletivo como sujeito da história.

Na entrada da década de 1990, amplia-se a crise estrutural do capitalismo em âmbito nacional e internacional, como reflexo das duas décadas anteriores, incidindo diretamente na crise da esquerda e no movimento dos trabalhadores. A inevitável crise europeia representada pela queda do Muro de Berlin, como símbolo da Guerra Fria, evidencia a defesa conservadora da direita, com a propagação ideológica do “fim da história” e o capitalismo como única alternativa para a humanidade (BOITO, 1999).

A primeira eleição direta para presidente da República aconteceu no ano de 1989. Fernando Collor de Mello foi eleito, tomando posse em 15 de março de 1990. O Plano Collor foi divulgado um dia depois de sua posse, como medida econômica para estancar a crise. O Plano consistia na reintrodução do Cruzeiro, congelamento de preços, gradual liberação e livre negociação de salários e confisco das contas correntes, poupanças e demais investimentos (VICENTINO; DORIGO, 1997).

Os governos brasileiros no início dos anos 1990, tiveram grande importância para o capital ao implementar a reforma do Estado. Com características mais neoliberal, reduziu ao máximo seus gastos sociais, enxugando a sua participação em diversos setores da economia e por consequência a desregulamentação do trabalho. No governo Collor o receituário neoliberal coloca suas bases no Brasil.

Silva e Silva (1994) enfatizam e explicam que nos anos 1990, ocorreram profundas modificações no padrão tecnológico e na distribuição de renda, bem como se verificou a tentativa de organizar uma nova estrutura, como abertura econômica ao mercado internacional, liberação comercial e privatização, baseadas nos elementos sugeridos pela doutrina neoliberal. Um verdadeiro golpe aos interesses da classe trabalhadora.

Conforme Silva e Silva (1994) e Iamamoto (2001), as regras de governo, pautadas no receituário neoliberal, ponto de entrada no Governo Collor de Mello (1990-1992), incorpora como meta, combater a corrupção e transformar o Brasil em um país de respeitabilidade internacional. O presidente lança seu programa de estabilização, baseado em um inédito confisco monetário (inclusive das contas correntes e

da poupança), no congelamento de preços e salários e na reformulação dos índices de correção monetária.

Em seguida, tomou medidas de enxugamento da máquina estatal: demitiu funcionários públicos e extinguiu autarquias, fundações e empresas públicas. Ao mesmo tempo, anunciou providências para abrir a economia nacional à competição externa, facilitando a entrada de mercadorias e capitais estrangeiros no país.

A alteração da jovem “Constituição Cidadã”, recebeu alterações profundas para viabilizar os interesses da classe dominante representante de diferentes frações do capital nacional e internacional. Para o governo, tratava-se de inserir o país na nova ordem mundial, a que se submete a uma ordem societária redefinida pelo processo de *globalização*, contribuindo para que os principais grupos econômicos concentrem suas estratégias nas atividades mais competitivas sugando as riquezas nacionais produzidas pela classe trabalhadora.

Segundo Serra (2001), a concorrência internacional e a política de juros altos provocaram a internacionalização da produção nacional, devido à política de privatizações e terceirização de serviços, mas os interesses do projeto neoliberal vão além das privatizações dos lucros estatais. A intenção é apresentar e materializar, um projeto de desregulamentação e privatização universalizadoras tendo como característica principal a redução e supressão dos direitos sociais e que ultrapasse a ação já desempenhada pelo Estado. O projeto neoliberal define os dominantes daqueles que são e permanecerão dominados e se mostrou incapaz de produzir um regime universal de direitos.

Neste contexto a política social foi reduzida, no discurso do governo, aos tradicionais campos: educação, saúde, habitação, resultando em subordinação da qualidade dos “serviços” prestados às necessidades de rentabilidade das empresas, fazendo com que se buscasse uma política de harmonização do mercado de trabalho, ou seja, políticas voltadas para flexibilização de vínculo de trabalho, salários, produtividade e participação sindical, indo para além de uma simples harmonização aos olhos do capital. O contraponto dessa política em processos profundos de efetivação tem sido criar e ampliar a superabilidade das necessidades materiais e espirituais efetivas da população.

Este cenário leva ao *Impeachment* constitucional de Fernando Collor de Mello e uma reorganização do bloco dominante no poder. Ocorre um amplo movimento de se estabelecer a Ética na Política, assumindo o vice-presidente Itamar Franco (1992-1994), eleito como vice do governo Collor, governando o país no restante mandato que seria de Collor.

O governo de Itamar Franco foi marcado por um contexto de crise estrutural em todas as esferas (econômica, política, social e ética). Tratava-se de inserir o país na nova ordem mundial, a que se submete a uma ordem societária redefinida pelo processo de *globalização*, contribuindo para que os principais grupos econômicos concentrassem suas estratégias nas atividades mais competitivas.

Em permanente relação, o Estado e a Sociedade Civil modificam-se nas suas esferas próprias e nas suas relações. O Estado tem sua autonomia cada vez mais minimizada para o sistema neoliberal, começando a ocorrer a retirada de suas “funções legitimadoras” (O’ CONNOR, apud NETTO, 1996, p. 99). Para o capital, o Estado deve ser mínimo para o social não deve intervir na organização do mercado e nas relações trabalhistas. O trabalhador descoberto da proteção social do Estado, fica à mercê do mercado capitalista e da flexibilização de salário.

Para o capital, uma característica importante desta liberdade de mercado é a redução do poder do Estado e a privatização das empresas estatais, principalmente as do ramo da produção e de serviços (Energia Elétrica, Telefonia, entre outros), constituindo a defesa Neoliberal do “Estado mínimo”, pretendendo, fundamentalmente, o “Estado Máximo para o Capital” (NETTO, 1996, p. 100).

Diante desse contexto de mudanças estruturais, Alves (1994) aponta que a trajetória ascendente do sindicalismo na década anterior, passou a sofrer um significativo influxo a partir do início dos anos 1990. A desregulamentação, flexibilização, terceirização, privatizações e desindustrialização, que provocaram um expressivo aumento da informalidade, do subemprego e aumento do desemprego estrutural colocou o sindicalismo na defensiva. A CUT - Central Única dos Trabalhadores que na década de 1980 foi extremamente combativa e de confronto de massas, passa a adotar, posturas de negociação e participação no desenvolvimento de tendências neocorporativistas.

No decorrer dos anos 1990, as mudanças no mundo do trabalho advindas da reestruturação produtiva no país avançam de modo significativo “indicando um tipo de “sindicalismo de resultados”, no interior da CUT. Sob uma vertente social-democrata mais disposta ao diálogo que ao confronto com o capital (ALVES, 1994, p. 97) diante de um cenário de recessão frente a ofensiva do capital em crise.

Em relação aos movimentos sociais dos trabalhadores em geral, Antunes afirma que,

avançar na direção de um desenho societal estruturado a partir da perspectiva do trabalho emancipado e contrário ao capital [...] articular as ações que tenham como ponto de partida dimensões concretas da vida cotidiana e os valores mais gerais, que possam possibilitar a realização de uma vida autêntica, dotada de sentido [...] é, portanto, necessário redesenhar um projeto alternativo socialista, que resgate os valores mais essenciais da humanidade. Um bom ponto de partida para tal ação é desenvolver uma crítica contemporânea e profunda à (des) sociabilização da humanidade sob o capital. Tendo, entretanto, como centralidade e eixo decisivos as ações sociais dos trabalhadores do campo e das cidades em seus movimentos sociais, sindicais e políticos que contestem e confrontem a lógica destrutiva do capital. (ANTUNES, 2009, p. 246-249).

Este novo cenário impactou de forma direta a organização política da classe trabalhadora possibilitou a ampliação da politização de diversos segmentos que sentem/convivem com as múltiplas formas de exploração e opressão engendradas nessa sociabilidade.

A década de 1990 expressou o crescente desmonte dos direitos trabalhistas, resultado de décadas de lutas da classe trabalhadora e o conseqüente aprofundamento das dificuldades de organização dessa

classe. As modificações no mundo do trabalho influenciam as ações organizativas dos(as) trabalhadores(as) e, em particular dos e das assistentes sociais, que também fazem parte desta realidade sob a perspectiva de serem trabalhadores(as) assalariados(as) participaram e sofreram as mesmas determinações impostas nesta realidade.

Sob o legado no campo da tradição marxista, buscam o rompimento com o conservadorismo e estabelecem uma nova direção alocada na lógica de construção de uma nova ordem social por meio de sua organização política e sindical, a partir do amadurecimento teórico-prático e político das últimas décadas, este aspecto será melhor analisado nos próximos itens.

2.1 SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO: O TRABALHO ASSALARIADO EM QUESTÃO

Neste item algumas considerações são necessárias para analisar a partir do contexto histórico econômico, político e social como se conectam com as heranças do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, o significado social da profissão e sua condição de trabalhador (a) assalariado (a) na divisão social e técnica do trabalho.

A dimensão política da profissão e o trabalho profissional pressupõe realizar a mediação de elementos determinados historicamente de indivíduos reais, suas ações e condições reais de vida (MARX; ENGELS, 2007) sendo importante destacar que o movimento de renovação ético-política do Serviço Social brasileiro é consequência de demandas e aspirações da massa dos trabalhadores brasileiros (NETTO, 1999).

A partir das contribuições de análise teórica de Netto (1995) e Iamamoto (2014) é possível compreender o Serviço Social como profissão especializada e que tem suas protoformas, inteligibilidade, institucionalização e legitimação diretamente conectadas ao movimento sócio-histórico da ordem burguesa. Como profissão, está situada no tempo e espaço no conjunto das relações de produção e reprodução estabelecidas pela sociabilidade capitalista em âmbito mundial.

Na particularidade brasileira e latino-americana, esse fenômeno enfrenta impactos significativos de aviltamento e superexploração da força do trabalho, impondo relações de dependência e subalternidade. As expressões da “questão social”, se expressam de modo a intensificar a apropriação privada da riqueza, nas mãos de poucos ricos em detrimento da expansão da pobreza e da miséria para a maioria da classe trabalhadora.

No que diz respeito ao debate teórico metodológico se desenvolve com maior efetividade na universidade em meados da década de 1970, pois ocorre o incentivo à pesquisa e ao processo de investigação, mesmo que ainda com a influência da ditadura militar, foi possível proporcionar espaços para o desenvolvimento de uma massa crítica, promovendo um acúmulo teórico que foi além das

demandas “modernizadoras”. Na busca por seu reconhecimento teórico, a profissão passou a estabelecer conexões de análise e crítica entre os problemas da realidade, as demandas postas à profissão. Estabelecendo uma aproximação importante no campo das Ciências Sociais, fundamentando teoricamente sua atitude crítica por meio da validação teórica.

Considerando a eclosão dos movimentos sociais e populares, especialmente da classe trabalhadora, movidas pelo auge da recessão, inflação e consequências trágicas no período de decadência do “milagre econômico”, frente ao descompasso entre os interesses do capital e do trabalho se fortalece as bases da redemocratização, trazendo uma nova dinâmica histórica na vida política do país.

Tomando como base uma pesquisa sobre o salário-mínimo profissional, elaborada pela Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais - CENEAS, e realizada pelo Departamento Intersectorial de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 1982, mostrou que o perfil da categoria profissional é identificada como parte objetivamente integrante da classe trabalhadora (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Este processo gestou e fortaleceu a mediação política nas ações organizativas no interior da própria profissão como também de forma diversificada juntamente com outros atores sociais, como movimentos grevistas, a exemplo da greve do ABC paulista, movimentos sociais e populares, colocando-se no campo político de esquerda e de crítica materializada a ordem do capital.

Deste modo, o pertencimento à classe trabalhadora através da tomada de outro patamar de consciência de classe permitiu um movimento de renovação profissional do Serviço Social na realidade brasileira, Netto (2011) aponta três momentos importantes. O primeiro em meados da década de 1960; o segundo na década de 1970 e o terceiro com a abertura política na década de 1980. Momentos históricos vinculados às instituições de representação que asseguram os desdobramentos envolvidos na renovação profissional.

Deste modo é importante destacar que,

No primeiro momento, o impulso organizador [...] monopolizado pelo CBCISS, que então abre uma série dos seus importantes “seminários de teorização”¹⁵. O segundo, [...] verifica-se a objetivação das inquietudes sistematizadas no âmbito dos cursos de pós-graduação [...]. No terceiro, acrescenta-se a estas duas fontes alimentadoras a intervenção de organismos ligados às agências de formação (ABESS) ou diretamente a categoria dos profissionais (como associações profissionais, posteriormente sindicatos, CENEAS etc. (NETTO, 2011, p. 199).

Segundo Iamamoto (2011) o processo de luta pela categoria profissional para alcançar novas bases para sua ação profissional, parte do reconhecimento das contradições sociais existentes no exercício profissional e se posiciona em responder aos interesses dos trabalhadores, ou seja, não se reduz

¹⁵ Até o momento, estão disponíveis os materiais referentes a quatro dos cinco “seminários de teorização”: Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984) (CBCISS, 1986, 1988 apud NETTO, 2011, p. 198).

a um momento interno, está inserido no movimento social mais geral “determinado pela correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-la”. (IAMAMOTO, 2011, p. 37).

Deste modo, segundo Netto (2011), caracteriza de forma cronológica este movimento de rompimento com o conservadorismo da profissão por meio de três vertentes: *perspectiva modernizadora; reatualização do conservadorismo; e a intenção de ruptura*. Na perspectiva modernizadora compreendida como as respostas profissionais a partir de um esforço em adequar instrumentos de intervenção às demandas no pós 1964 e são materializadas por intermédio do seminários de Araxá (1967) que se caracteriza em instituir novas bases metodológicas para manutenção do Serviço Social Tradicional e Teresópolis (1970).

No segundo momento de reatualização do conservadorismo há uma recuperação do pensamento católico tradicional, organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social - CBCISS. No terceiro momento que representa a ruptura do Serviço Social Tradicional destacando a experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais na contramão do período histórico com maior aproximação do marxismo sem Marx, expressando um movimento de ruptura com procedimentos metodológicos, ideológicos e teóricos mesmo que de forma enviesada.

De acordo com Iamamoto (2011), torna-se importante considerar que as exigências do momento histórico no contingente profissional sofrem os mesmos impactos da política econômica posta pela ideologia capitalista e não se pode ignorar as expressões dos movimentos organizativos da própria profissão, que vem se ampliando cada vez mais pelo grau exacerbado de exploração pelo capital e somam-se as forças e movimentos populares, no sentido de construção de uma outra proposta de sociedade.

Na contradição e antagonismo destas relações sociais o significado social da profissão se expressa, sendo analisado por Iamamoto (2007) como participante da reprodução social da vida da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que se reconhece como trabalhador(a) assalariado(a).

Este movimento leva ao debate do significado, do contexto social e prática da profissão que só pode ser analisado a partir das relações sociais no movimento da história, no contexto da sociedade capitalista, pois é necessário que os profissionais realizem “um esforço de compreender a profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial” (IAMAMOTO, 2007, p. 71).

Esta concepção temos a contribuição de Yazbek (2009), a qual afirma que as relações sociais são assimiladas como a reprodução de uma totalidade concreta, que envolve não apenas a vida material do modo de produção capitalista, mas a reprodução da vida espiritual e da consciência social a partir de como o homem se coloca na vida social. Conforme Iamamoto, [...] atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática

profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais. (IAMAMOTO, 2007, p. 73).

Ou seja, a profissão mesmo por se constituir uma unidade contraditória, participando tanto da reprodução dos interesses do capital quanto das respostas às demandas que sobrevivem do trabalho, é possível estabelecer possibilidades de transformação e colocar-se numa perspectiva dos interesses coletivos na prática profissional em seus diversos espaços de trabalho.

Sendo assim, o Serviço Social apesar de ser regulamentado como uma profissão liberal¹⁶, ao ingressar no mercado de trabalho vivencia a subalternidade na condição de assalariado(a), por vender sua força de trabalho como

[...] uma mercadoria, que tem um valor de uso, porque responde a uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário, [...] na inserção desse trabalho no mundo do valor: como trabalho produtivo ou improdutivo de mais-valia inscrito na esfera da produção da riqueza social ou da distribuição da mais valia. (IAMAMOTO, 2014, p. 217-218).

Deste modo, o profissional inserido na divisão social do trabalho vinculado tanto no órgão público como privado está submetido às relações que regulamentam o trabalho, que envolvem salário, jornada, controle e a definição de tarefas previamente estabelecidas. Assim as obrigações postas pelos empregadores estabelecem limites e possibilidades na realização da atividade laboral no cotidiano do trabalho profissional. Este se estabelece sob uma autonomia relativa, o que pressupõe ao mesmo tempo a possibilidade de ressignificar suas ações, a partir do acúmulo teórico-metodológico, estabelecendo uma direção sob “princípios e valores humanistas, sustentada por forças sociais reais que partilham de um projeto comum de sociedade” (IAMAMOTO, 2014, p. 219).

Embora o Serviço Social responda às demandas de interesse do capital, participa ao mesmo tempo de respostas às necessidades das demandas legítimas postas pela classe trabalhadora buscando caminhos de enfrentamento em espaços privilegiados como educação, saúde, assistência social, lazer, habitação entre outros.

Apreender o movimento contraditório determinado pela conjuntura socio-histórica e apropriar-se das possibilidades teórico-práticas “é condição básica para se apreender o perfil e as possibilidades do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2007, p. 103) em cada movimento da história. Não basta apenas que os(as) trabalhadores(as) reconheçam este movimento contraditório e irreconciliável das relações estabelecidas entre o capital e o trabalho, pois a consciência de classe, vai além da percepção de se reconhecer como classe trabalhadora.

Marx (2007) esclarece que é necessário avançar de uma “classe em si”, de uma massa que se constitui a partir de interesses em comum frente ao capital e que visam apenas respostas para seus

¹⁶ Lei nº 3.252/1957

interesses imediatos, tendo apenas uma consciência psicológica de sua situação de exploração e pobreza, para a consciência de “classe para si”.

Nesta condição, os trabalhadores se unem a partir de interesses em comum e/ou de classe, tendo a capacidade de realizar mudanças significativas na sociedade, pois realizam uma ação consciente de seus objetivos enquanto classe trabalhadora, compreendendo as relações e contradições em que estão inseridos.

2.2 CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÔMICA, CRIAÇÃO DA CUT E NOVO SINDICALISMO NO BRASIL

A proposta aqui é apresentar a conjuntura político-econômica, destacando o contexto histórico de organização e luta da classe trabalhadora na transição democrática, na ruptura com o movimento sindical de cunho corporativista e atrelado ao Estado e a criação da CUT no contexto do novo sindicalismo.

Cabe destacar que a partir da década de 1970 foi um período marcado pelo que se convencionou chamar de “novo sindicalismo” em que compreende os desdobramentos históricos do movimento sindical no Brasil na primeira república (1889-1930), neste período caracterizado como sindicalismo livre sem atrelamento ao Estado, com movimento intenso na luta por melhores salários, jornada de trabalho e condições de vida e trabalho.

A partir do segundo período da República, também conhecido como Estado Novo (1930-1945), Getúlio Vargas estabelece um amplo processo formal de controle sindical conforme já descrito no capítulo I. Onde o “novo sindicalismo” se baseia na compreensão de negação e superação do “velho sindicalismo”. Este se distanciava dos interesses imediatos da classe trabalhadora e se caracterizava como um movimento sindical reformista, denominado de “pelego”, expressando a cooptação de classes e colaboração de classes.

Conforme aponta Antunes (1995), a partir do final da década de 1970 ocorre a retomada expressiva das ações grevistas, com a erupção do sindicalismo na busca de consolidação da organização da classe trabalhadora, como também o avanço das Centrais Sindicais, com melhoria dos índices de sindicalização da organização dos trabalhadores nas fábricas em um cenário de avanço das mudanças dos processos de trabalho baseadas no cronômetro Taylorista e na produção em série Fordista¹⁷ que

¹⁷ O conceito Fordismo-Taylorismo é compreendido como a organização de produção em massa de mercadorias, criando uma demanda crescente por nova produção, condição essencial da acumulação capitalista e suas características principais são as racionalizadas nos moldes tayloristas, ou seja, a mecanização do trabalho e a relação entre normas de produção com consumo igual ou superior. Ver especificamente em Almeida e Alencar (2001).

desconcentra e flexibiliza os processos de produção, ocorrendo uma queda nas taxas de sindicalização e que tem conformado os processos de trabalho

Esse conjunto de mudanças, segundo Almeida e Alencar (2001), significa a desordem do trabalho, levando a diversos tipos de inseguranças no mercado de trabalho, na renda, no contrato e no emprego, e conseqüentemente, provocando alterações significativas no mundo do trabalho, o que determinam formas de domínio do capital.

A reestruturação produtiva materializa a ofensiva contraditória e antagônica do projeto societário burguês sobre as forças produtivas, reconhecendo-se como estratégia de resposta e enfrentamento da crise da globalização. Esta vem se legitimando nas esferas da criação de mecanismos sociais, políticos, culturais e institucionais e poderes instituídos na sociedade civil e política.

Motta e Amaral (1998), esclarecem que esta crise estrutural que marca especialmente a década de 1970, cuja expressão mais evidente encontra-se no índice de desemprego mundial, nos últimos 15 anos, evidenciando a precarização do trabalho, de salários e da proteção social, permitindo estratégias de flexibilização da produção e da produtividade do trabalho, distanciando cada vez mais as relações entre patrões e empregados. Para os trabalhadores, estas alterações causam perdas irrecuperáveis, destacando-se o altíssimo índice de desemprego que vem enfraquecendo e fragmentando as formas de organização da classe trabalhadora, colocando os sujeitos da história em situação de dificuldades para organizarem-se, enquanto categoria profissional e/ou classe social.

Com analisado anteriormente, na década de 1980 o Brasil passou por mudanças significativas por meio de novos reordenamentos no quadro econômico, social e político da sociedade após um longo período de ditadura militar, retomando um forte movimento de recuperação da democracia, o qual se contrapõe ao modelo de desenvolvimento econômico no país. A crise pela estagnação econômica, diminuição do Produto Interno Bruto - PIB, alta inflação e a dívida interna causada pela política fiscal expansionista do governo, como também pela abertura política que se processava de forma “lenta, gradual e segura”, ampliou a desigualdade social e o desemprego estrutural.

Este cenário foi favorável à organização de movimentos de greve de trabalhadores operários industriais, metalúrgicos, assalariados, funcionários públicos, setores assalariados médios, setor de serviços, avanço do sindicalismo rural e com forte caráter de classe em contraposição às novas tendências econômicas a nível internacional de reestruturação produtiva com mudanças significativas nos processos de trabalho em resposta a manutenção dos interesses do capital.

Deste modo, o novo sindicalismo surge em uma rearticulação das formas de organização da classe trabalhadora e sociedade civil em geral. Surgem oposições sindicais com o objetivo de retirar dos sindicatos oposições pelegas que o governo lhes havia atribuído como a extensão de seu controle, como também em contraposição ao regime de forma expressiva no ABC Paulista, em uma onda de greves nas fábricas. Segundo Silva (1984) entre 1978 e 1981 5.300.000 trabalhadores realizaram greves para

encaminhar suas demandas trabalhistas com maior concentração de greves em São Paulo com 47% dos trabalhadores em greve.

Conforme os estudos de Rodrigues (1990) e Abramides e Cabral (1995), o movimento sindical buscou sua organização e fortalecimento de suas lutas a partir da criação de estruturas centrais de representação da classe trabalhadora. Em 1981 foi realizada em São Paulo a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT, ocorrida sem a interferência do Estado e contou com a presença de 1091 entidades sindicais, representando um marco de organização dos trabalhadores de vários setores. Nesta conferência são discutidas e aprovadas:

luta contra o desemprego, estabilidade no emprego, salário mínimo real unificado, luta contra o “pacote” da Previdência, reforma agrária radical, fim das intervenções nos sindicatos dos trabalhadores, absolvição dos dirigentes sindicais cassados pela Lei de Segurança Nacional e direito à greve. [...] O plano de lutas aprovado. (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 75).

Também foi deliberado a formação de uma comissão Comissão Nacional Pró-CUT - Central Única dos Trabalhadores, que representava um projeto autônomo, democrático e de classe com a tarefa de prosseguir o plano de lutas aprovado e organizar um Congresso Nacional dos trabalhadores em 1982. Para criação da CUT, acabou sendo adiada por meio de organização do bloco majoritário, identificado como Unidade Sindical, a qual justifica que por ser um ano de eleições, poderia gerar tensões sociais para a continuidade da abertura política. Argumentava-se que a classe trabalhadora não estaria preparada para a realização da CONCLAT, porém após vários encontros nos estados, foi realizada em agosto de 1983 a criação oficial da CUT.

Aparecem então dois blocos conflitantes no interior desta organização sindical que compreende os sindicalistas da Unidade Sindical atrelados aos “pelegos” e os sindicalistas combativos, sendo que o primeiro defende a necessidade de colaboração com as novas forças no poder e as greves podem comprometer o avanço democrático e o segundo buscam caminhos mais profundos de transformação social, pois os trabalhadores não podem mais ficar a mercê da política econômica do governo e o caminho é a greve geral e a construção da CUT, “nada de colaboração, nada de conciliação”(ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 75).

A base ideológica da CUT está organizada pelo seguinte objetivo: “[...] organizar, representar sindicalmente e dirigir, numa perspectiva classista, a luta dos trabalhadores brasileiros, da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos na defesa dos seus interesses imediatos e históricos” (ESTATUTO DA CUT, 1989, p.10).

Na I CONCLAT como aponta Rodrigues (1990), também foi aprovado o plano de lutas, destaca-se: reforma agrária radical; fim da política econômica do governo; liberdades democráticas; rompimento com o FMI; não pagamento da dívida externa; fim do regime militar; eleições diretas para presidente; e

combate ao desemprego e defesa da estabilidade do emprego; redução da jornada de trabalho; oposição ao arrocho salarial; defesa dos servidores públicos e das estatais; direito à habitação.

A criação da CUT foi um momento importante para o movimento sindical no país, pois representa uma concepção de sindicato livre, autônomo, democrático, classista de base e de massa a qual se contrapõe a estrutura sindical oficial baseada numa prática de confronto e de luta permanente por melhores condições de trabalho como também de vida, rompe com a dependência ao Estado, compreendendo que a luta deve ser autêntica, independente e de base.

A CUT na década de 1980 se consolidou no movimento de organização dos trabalhadores em três congressos nacionais e imprime a marca de mudança na forma de organização sindical em agosto de 1986 quando acontece a II CONCUR. Dentre outras deliberações em seu plano de lutas as discussões e a aprovação de uma nova proposta de estrutura sindical de organização da classe trabalhadora em substituição à estrutura corporativa em vigor, acompanhada de um plano de implantação da mesma.

Entre as deliberações aprovadas, destacamos:

Artigo 3º - ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O sindicato será organizado por ramo de atividade econômica (no setor agropecuário, industrial e serviços), tendo como meta a aglutinação de atividades afins num mesmo sindicato. Na medida do possível a organização sindical deve ampliar sua base geográfica visando a desmunicipalização do sindicato.

Os trabalhadores criarão suas formas de organização desde os locais de trabalho até os seus órgãos máximos. Todos os trabalhadores terão sua organização sindical, tanto no setor privado como no setor público.

Artigo 6º - SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA

O sindicato e demais instâncias criarão formas de sustentação financeira que garantam o desenvolvimento da luta, a solidez de sua organização e o avanço da consciência de classe. Todas as formas impostas pelo Estado ou outras formas de sustentação financeira que comprometam a autonomia sindical deverão ser abolidas e rejeitadas. (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 108).

A proposta de reorganização sindical da CUT pela base recomenda a unificação dos trabalhadores e sua estadualização na organização por ramos de atividade, os quais substituiriam os atuais sindicatos dominados por categorias profissionais de natureza corporativista, passando a subsidiar experiências como a organização dos departamentos nacionais por ramo de atividade econômica que funcionavam no interior da CUT, abrangendo as categorias com maior força e trajetória na luta sindical, como “(metalúrgicos, bancários, petroleiros, educação, saúde, urbanitários, rurais), [...] possibilitam avançar na negociação do contrato coletivo de trabalho e com isso dar passos concretos de ruptura da estrutura das corporações, fragmentada para uma ação coletiva. (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 108).

Neste sentido, a direção da mudança na estrutura corporativa ainda em curso estabelece um caminho para o fortalecimento e consolidação da concepção de ramo de atividade econômica no enfrentamento das lutas com o patronato e o Estado.

Porém a partir do final da década de 1980 marcam um processo de inflexão no movimento sindical enfraquecendo esse processo de transitoriedade para uma estrutura sindical de classe, diante das novas determinações nos processos de trabalho através de um reordenamento do capital.

Antunes (2009), ressalta que o nascimento das Centrais Sindicais, especialmente a CUT- Central Única dos Trabalhadores que tenta implementar a organização dos e das trabalhadores (as) nos locais de trabalho, na década de 1990 como consequência de alterações profundas no processo produtivo de desproletarização de grande parte dos operários, evidenciando a precarização, retração do trabalho industrial intensificando o desmonte dos direitos trabalhistas. Este movimento tornou mais defensivo o novo sindicalismo, levando a sua inserção na onda regressiva internacional.

Neste sentido o quadro crítico do sindicalismo na década 1990 está representada pela Força Sindical que representa o sindicalismo da nova direita em sintonia com o capital globalizado e o posicionamento da CUT- Central Única dos Trabalhadores, que majoritariamente se vincula a política de parceria e negociação junto ao patronato objetivando contribuir para o desenvolvimento do país.

Assim a CUT - Central Única dos Trabalhadores da década de 1990 abre mão gradativamente das lutas históricas e assume uma postura de sindicalismo institucionalizado, abandonando as lutas anticapitalistas na direção do socialismo. Na análise de Abramides, “Essa concepção politicista apresenta-se na social-democracia que influencia setores da esquerda que migram gradativamente a ela, como se fosse possível humanizar o capitalismo” (2019, p. 212).

Diante dos caminhos traçados pelo movimento de mudanças na estrutura sindical até então vivenciadas pela classe trabalhadora, será apresentado no próximo item como esta nova direção se materializa no cotidiano da organização política e sindical da categoria profissional.

2.3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE CATEGORIA E AS TESES QUE ORGANIZARAM O MOVIMENTO SINDICAL: A APROPRIAÇÃO DO DEBATE PELO SERVIÇO SOCIAL

A proposta para este item é contextualizar historicamente o processo de organização do Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – CENEAS/ Associação Nacional de Assistentes Sociais - ANAS, situar o III Congresso Brasileiro de Assistentes Social – CBAS, o chamado “Congresso da Virada” como marco histórico da dimensão política da categoria. Ao mesmo tempo apresenta o posicionamento da categoria na organização político sindical a partir das deliberações da CUT em 1986 num contexto de lutas e resistências da classe trabalhadora que marcaram o final da década de 1970 e 1980.

Em meio à crise econômica, política e social centralizado nos interesses do capital sob novas formas de acumulação privada do que é socialmente produzido, de acordo com Abramides e Cabral (1995), desencadeou um intenso descontentamento das camadas sociais, tanto no espaço urbano como

também no trabalho rural, que não possuía nenhum amparo legal, construindo assim uma direção de luta organizado pela base. Amplia-se assim, o poder reivindicatório dos trabalhadores, estudantes, professores, intelectuais e artistas que lutavam também contra a repressão desenfreada. Neste período, a população, de forma heterogênea, por meio dos sindicatos, das lideranças políticas, dos partidos políticos, movimentos sociais e outras frações representativas da classe trabalhadora passou a reivindicar o fim da ditadura e a redemocratização do país.

Neste movimento de efervescência de luta de classes no país e o surgimento de um sindicalismo classista, combativo contra ditadura, se expressaram os movimentos populares e os assistentes sociais também se organizaram e retomaram sindicatos e associações pré-sindicais. Muitas destas entidades foram desativadas no país depois do golpe militar, agindo como instrumento de luta por mudanças societárias, passando a questionar suas bases conservadoras e se reconhecer como trabalhador especializado, na condição de assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2001, 2011, 2014), sofrendo os mesmos impactos de precarização e exploração do trabalho como classe trabalhadora.

A partir de 1977 os assistentes sociais realizam um intenso trabalho para reativar suas entidades pré-sindicais e sindicais, as quais já existiam desde a década de 1950 e foram desativadas pelo governo ditatorial e repressor. Em 1978, é criada em São Paulo a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – CENEAS (1978-1983), representando o fórum máximo de deliberações, pois “não era mais possível dar continuidade aos encontros sem criar um mecanismo de articulação que encaminhasse e unificasse as lutas nacionais deliberadas no Encontro das Entidades.” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 128).

Abramides e Cabral (1995) esclarecem em meio a uma conjuntura de greves operárias intensas no país, iniciadas no ABC paulista com objetivo de reivindicar melhores condições salariais, de trabalho também se expressou contra a falsificação de informação sobre o custo de vida no Brasil pelo então Ministro Delfim Netto em 1977, denunciado pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos- DIEESE.

Em agosto de 1978 é realizado o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais em Belo Horizonte, sendo representados por quatro entidades da categoria profissional reorganizadas naquele momento: APASSP São Paulo, Sindicato dos Assistentes Sociais de Minas Gerais, Apas Bahia e Apas Goiás. Como resultado deliberou a retomada da organização sindical da categoria profissional do país, realizar uma pesquisa nacional sobre salários, condições de trabalho e carga horária da categoria profissional. Diante do movimento intenso a retomada da luta sindical pela categoria profissional em 1979 já estava representada por 22 entidades sindicais e pré-sindicais, denominadas “Associações dos Profissionais Assistentes Sociais – APAS”.

Deste modo com a insatisfação de um grupo considerável da categoria profissional que sob a direção do CENEAS, que recebe apoio financeiro e acadêmico do Centro Latino-Americano de Trabalho Social - CELATS que organiza o III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais uma semana antes do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais reunindo mais de 22 entidades sindicais e pré sindicais, sendo construído um documento que expressa o descontentamento e denuncia o caráter conservador do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS realizado em São Paulo em 1979.

Este evento contou com representatividade do Estado do Paraná, sendo percebido pelo número restrito de participantes insatisfeitos com a estrutura burocrática e principalmente pela presença de militares na mesa de abertura. Os dirigentes sindicais coordenados pelo CENEAS alteraram a lógica estabelecida e assumiram a organização do Congresso, que estava sob a responsabilidade de sua organização do Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS e Conselhos Regional de Assistente Social - CRAS, os quais tinham uma perspectiva conservadora.

Esta virada no III CBAS expressa de forma pública a direção escolhida pela categoria profissional de ruptura com o conservadorismo, assumindo um projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora. Tornou o Congresso um marco histórico, sendo conhecido desde então como “Congresso da Virada” (NETTO, 2009), foi realizado em uma conjuntura histórica de crítica às suas bases conservadoras que já vinha sendo construída no interior da profissão no Brasil como na América Latina e traz à cena política as tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social.

Luiza Erundina, expressando um discurso militante e engajado nas ruas, diz que “[...] é evidente o despertar da categoria... os tempos agora são outros. A partir do momento em que a sociedade civil começou a pressionar no sentido de conquistar espaço no processo político brasileiro, os assistentes sociais também começaram a reagir (SOUZA, 1979, p. 17-31).

Essas lutas propiciaram condições no avanço de consciência de classe para os trabalhadores, como também os profissionais aliados a este momento de efervescência política e social, com a participação expressiva de assistentes sociais, se ampliando aos segmentos menos politizados e organizados. “As lutas contra o custo de vida e pela anistia deram vazão às reivindicações pelo retorno dos exilados (inclusive deste autor) e de reivindicações das classes médias” (FALEIROS, 2009, p. 52).

As discussões e análises realizadas no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais, referente ao III CBAS resultaram na elaboração de um documento crítico de intervenção política articulada das entidades sindicais no III CBAS, sendo uma referência para o Congresso da Virada, se expressa nos seguintes pontos:

1. A preparação do III CBAS não garantiu a consulta aos assistentes sociais através de discussões amplas e democráticas;

2. A forma de organização impediu a participação maciça dos profissionais, pois o preço cobrado para a inscrição no congresso e as demais despesas (passagens, estadia e alimentação) não condizia com a realidade salarial da maioria dos assistentes sociais brasileiros;
3. A limitação à participação dos estudantes de Serviço Social, principalmente próximos à conclusão do curso, que, não só tem interesse e necessidade de discutir com a categoria como podem contribuir no debate sobre os rumos da profissão na realidade brasileira;
4. A definição do tema, considerando que os assistentes sociais não participaram da sua escolha, não podendo assegurar a linha, as diretrizes e o posicionamento que contribuíram para a busca de uma posição política coerente como o momento histórico;
5. O repúdio ao convite de honra feito aos representantes do governo, principalmente ao Ministério do Trabalho, Murilo Macedo, que assumiu atitudes patronais e repressivas, tendo determinado a intervenção nos sindicatos numa tentativa de impedir a luta dos trabalhadores. Tais medidas e outras punições atingiram duramente líderes sindicais, em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, decorrentes da política governamental que reprime manifestações populares. (ANAIS III CBAS, 1980 apud ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 67).

Assim, segundo Cardoso (2016), durante o IV CBAS, ocorreu a deliberação pela realização da I Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais em 1982, sendo fundada a Associação Nacional dos Assistentes Sociais - ANAS (1983-1994), como representação político-sindical de pró-federação de abrangência nacional, destacando-se dessa forma num salto na organização político-sindical da categoria profissional, neste momento vinculada à Central Única dos Trabalhadores - CUT e teve a participação de representantes da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná - APASP.

Segundo Rodrigues (1990) em 1986 aconteceu o II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores - CONCURT, sendo considerado instância máxima de deliberação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, e é aprovada a criação de uma nova estrutura sindical de classe em substituição à estrutura corporativista, na qual os sindicatos seriam substituídos por ramo de atividade ou produção econômica.

Trazendo deste modo, a deliberação quanto a forma de organização dos sindicatos por categoria profissional tem a perspectiva de romper com o corporativismo buscando a autonomia sindical. O fundamento, segundo Antunes (1995), tem como base a busca por “unidade sindical”, evitando o enfraquecimento e pulverização da organização sindical. Nesse contexto a tarefa de implantação de uma nova estrutura sindical de classe cabia aos trabalhadores, desde suas bases até as instâncias superiores.

Para o Serviço Social, Abramides e Cabral (1995) esclarecem que a tese defendida e orientada pela CUT foi debatida pela categoria profissional nas assembleias sindicais da categoria nos estados e, em âmbito nacional, na III Assembleia Nacional Sindical de Assistentes Sociais – ANAS, aprovada por unanimidade em 1989, em Belo Horizonte, e reafirmada na IV ANAS em 1991, em Campinas/SP.

No evento estavam presentes entidades sindicais e pré-sindicatos, as APAS, sendo deliberado por unanimidade a opção em aderir e assumir a grande e complexa tarefa de articular e estabelecer os caminhos para amplo debate e (re)organização em âmbito nacional do processo de transição, que

significa “implantar uma nova estrutura sindical da CUT por ramo de atividade econômica onde a inserção majoritária da categoria se dá no serviço público”. (IV ANAS, 1989, *apud* ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 184).

Neste contexto Cardoso (2016) esclarece que a proposta de construção dos sindicatos por ramos de atividade econômica apropriada pela categoria profissional representou um giro tanto nas bases conservadoras da profissão como avanço para uma estrutura sindical de classe significando a discussão e deliberação em suas assembleias coletivas. A extinção política da grande parte dos sindicatos de assistentes sociais no país, inclusive da ANAS, em 1994.

Porém não representou uma tarefa fácil nem unânime a superação de uma estrutura sindical corporativa, pois no processo de transição houve vários fatores que influenciaram a tomada de decisão pelo fechamento das entidades sindicais. Entre elas, o próprio esvaziamento na participação da categoria, outras encerraram temporariamente suas atividades, outras a própria categoria já estava realocada em sindicatos mais gerais vinculados aos seus locais de trabalho, levando a dificuldade para realizar as discussões e a tomada de decisão pela base.

Construindo a aproximação ao objeto de estudo, o próximo capítulo analisará a particularidade do processo de organização político-sindical da categoria no Paraná.

3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DA CATEGORIA NO PARANÁ NA DÉCADA DE 1984 E 1994

Este capítulo propõe contextualizar a particularidade histórica do desenvolvimento econômico, político e social, as lutas da classe trabalhadora e sua relação com a organização político-sindical das(os) Assistentes Sociais no Estado do Paraná.

Localizado na região sul, o Estado do Paraná faz divisa com Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, como também faz fronteira internacional com a Argentina e o Paraguai. Zacarias Góes e Vasconcelos representou o primeiro presidente da província do Paraná e em seu governo foi instituída a Lei nº 704/1853, onde o Estado do Paraná foi desmembrado de São Paulo, sendo criada a província do Paraná tendo como sua Capital o Município de Curitiba. O período provincial do Paraná teve duração de 36 anos, de 1853 até 1889, quando o Brasil aderiu ao regime republicano de governo.

Neste período, o Paraná foi representado por 41 (quarenta e um) presidentes de província e em 1854 tinha pouco mais de 62.000 habitantes, sendo uma região com baixíssima densidade populacional. A região mais povoada no Estado era o litoral, com a incipiente indústria do mate e com pouca influência no campo político nacional, devido, inclusive, à tardia emancipação de São Paulo. e não representava uma perspectiva de desenvolvimento econômico e política no império (WACHOWICZ, 2010).

Segundo Battini (2009), o Estado do Paraná se caracteriza e se desenvolveu historicamente pela diversidade cultural representada inicialmente por correntes imigratórias como, “indígenas e tropeiros, grupos advindos de São Paulo, São Vicente e Rio de Janeiro, como portugueses e Espanhóis - mais tarde alemães, poloneses, ucranianos, italianos, holandeses, sírios-libaneses, russos, dentre outros” (CASA DA MEMÓRIA, 1990 apud BATTINI, 2009, p. 98), buscando novas oportunidades de trabalho e residência.

Este contexto implicou em mudanças significativas no processo de modernização produtiva no pós 1960, refletindo mesmo que tardiamente o desenvolvimento industrial já em curso no país. Passando de forma gradativa de um modelo econômico baseado na extração e exportação do setor primário de erva mate, madeira, cafeicultura e mineração para um modelo de industrialização.

No início da década de 1960, o Projeto de Desenvolvimento Industrial do Paraná que visava:

Planejar o desenvolvimento, através de uma atuação centralizada voltada para a criação de infra-estrutura em transporte e energia, financiamento de projetos industriais privados e racionalização do aparato administrativo do Estado. Na verdade, pensa-se a ação estadual nos quadros do nacional desenvolvimentismo (...). O estadualismo, a ufanía paranista ou, apenas, o paranismo, apresentam-se neste momento como dimensão política do modelo paranaense, adequado no plano do Estado uma ideologia então dominante em termos nacionais (LEÃO, 1989, p.20 *apud* MILWARD, 1999, p. 09).

Este desenvolvimento foi acompanhando a dinâmica da política desenvolvimentista do então presidente da república João Goulart (1961-1964) e do Governo no Estado do Paraná, representado por Ney Braga (1961-1965), passando deste modo a fomentar o desenvolvimento de indústrias, facilitando a modernização em vários segmentos industriais no Estado IPARDES (2003).

Neste sentido:

Fazia-se premente a organização geopolítica do Estado para dar conta das diferentes demandas surgidas pelo processo de expansão econômica e populacional no território. Assim, na década de 1960, toma relevo a primeira proposta de regionalização do Estado do Paraná, que visava favorecer o desenvolvimento de programas de atenção à população em diferentes áreas (BATTINI, 2009, p. 114).

Segundo Padis (1991), o Paraná representou uma organização econômica periférica e condicionada à industrialização de São Paulo, determinada pelo modelo de divisão de trabalho no país, em que as regiões de norte a sul tiveram a tarefa de produzir matérias-primas, alimentos e outros produtos agrícolas, reduzindo sua autonomia econômica.

No processo de expansão industrial, Battini (2009) aponta que o governo do Estado do Paraná em 1961, implantou o Plano de Desenvolvimento Econômico no Paraná - PLADEP. Foram criadas em 1963 a Telepar e Sanepar, em 1962 a Companhia de Desenvolvimento do Paraná - COPEL e a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná - CODEPAR, a qual em 1968 se transformou em Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná - BADEP.

O Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná - BADEP, no início da década de 1970, priorizou políticas de financiamentos voltadas às indústrias e empresas, abrindo espaço para a instalação de grandes empresas, pertencentes a setores oligopólios, de capital estrangeiros ou a ele associadas Lourenço (2005).

Este processo caracterizou-se pela divisão do estado em regiões, sob a perspectiva de descentralização da administração pública, estabelecer a auto-suficiência, organização horizontal e vertical do serviço público para facilitar a gestão e execução de serviços prestados, crescendo significativamente o número de novos trabalhadores em várias regiões do Estado.

Segundo relatório do IPARDES (1991, 2003), em meados de 1970, o Paraná começou a industrializar-se, embora a matéria-prima seja ainda de forma expressiva de origem agrícola, sendo implantado empresas de grande porte, na área da tecnologia moderna, tais como a de material elétrico, automobilística e refino de petróleo. Além da agroindústria, transporte rodoviário, telecomunicações e serviços públicos favorecendo a expansão industrial no Estado.

Esse processo de desenvolvimento industrial, também levou contingentes populacionais do meio rural para o urbano, modificando a estrutura agrária e reestruturando as relações de trabalho,

especialmente a masculina, resultando na inserção do Paraná na dinâmica capitalista e política mais ampla em curso no Brasil.

A década de 1970 pode ser considerada como um marco na mudança da base econômica do Paraná, período em que se estabelece o processo de industrialização do Estado. Conforme Fortes Júnior (2009, p.83), na década de 1970, a base produtiva do Estado apresentou forte dinamismo, ocorrendo uma elevação nas taxas de crescimento de sua economia que chegou a 13% ao ano, enquanto a economia brasileira registrava um crescimento anual de 8,6%. Dessa forma, a participação do Paraná no Produto Interno Bruto (PIB), até os anos 1980, foi superior à média nacional.

Importante destacar que ocorreu um processo de crescimento desenfreado das cidades e “foi a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), dentre as demais do país, a apresentar a maior taxa de crescimento da população urbana no período de 1970-80, em torno de 7,0 ao ano” (IPARDES, 1991).

A pesquisa ainda aponta que,

[...] com relação a capacidade de geração de emprego, no período 1970-80, as atividades terciárias também se destacam, embora com menores taxas de incrementos anuais do número de pessoas ocupadas em comparação com a indústria [...]. Em números absolutos, as atividades do setor terciário foram as que mais absorveram a força de trabalho no Paraná durante a década de 70, num total de 500 mil pessoas, ao passo que, nas atividades industriais, esse número sequer chegou a 300 mil. (IPARDES, 1991, p. 15).

A década de 1980 foi caracterizada como uma década de crise, conhecida como de “Década Perdida”, pelo fato de o Brasil ter vivido uma das suas maiores crises econômicas com diminuição do ritmo de crescimento estadual em relação a 1970.

Com o esgotamento do governo militar de continuar sustentando a expansão econômica do País, foi influenciado por vários fatores, tais como: esgotamento da matriz industrial (substituição de importação); crise da dívida externa em decorrência da suspensão do crédito ao Brasil; redirecionamento do capital internacional para os países centrais, devido ao endividamento dos Países em desenvolvimento, e falência financeira do Estado brasileiro Brum (2000).

Esse cenário de expansão industrial teve impacto diretamente nas relações de trabalho estabelecidas entre classes, a partir da implantação do neoliberalismo. O modelo de ajuste e globalização expresso pela abertura comercial, privatizações de empresas estatais, limitou as possibilidades de crescimento econômico em face da intensificação do processo de reestruturação produtiva implementado especialmente pelas grandes indústrias de comércio e serviços, levando a “desestruturação do mercado de trabalho, [...] gerando patamares mais elevados de desemprego e crescente precarização das relações de trabalho” (IPARDES, 2003, p. 48)

Este contexto foi e tem sido representado pelo aprofundamento da exploração para quem vive do trabalho. O Estado do Paraná reflete a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no país a partir do

antagonismo de classes, onde a luta sindical ocorria no marco da lógica imposta pelo Estado obedecendo, deste modo à formalidade e subordinação às regras impostas pelo MTE- Ministério do Trabalho e Emprego, na perspectiva da legalidade e maior controle exercidos pelo Estado.

Desde 1964 a ditadura militar, inibia as manifestações mais combativas relativas à luta de classes como, por exemplo, a desigualdade social, desemprego e concentração de terras, intensificação da organização sindical no campo e na cidade, expressando um grande movimento por mudanças na constituinte, onde foi possível fortalecer o novo sindicalismo¹⁸ no país.

Dentre as(os) trabalhadoras(es) inseridos na divisão social e técnica, estava o Serviço Social enquanto profissão, que surge no Brasil na década de 1930 e na particularidade do Estado do Paraná a partir da década de 1940, com a criação da primeira Escola de Serviço Social e, 1945 na Pontifícia Univers a partir do movimento de renovação da Igreja Católica e com o objetivo de garantir o controle social e regulação social dos trabalhadores numa perspectiva de valorização do capital, inseridos deste modo em seus programas de governo públicos e privados.

Assim a profissão na década de 1950 foi sendo,

[...] requisitada pelos governadores Bento Munhoz da Rocha Neto e Moysés Lupion, a Escola abriu estágio para as alunas que se inseriram no mercado de trabalho ampliando programas, projetos e ações de assistência social em vários campos e esferas de atuação. A profissão tomava corpo, sendo reconhecida e legitimada socialmente construindo a sua identidade. Abriam-se campos de atuação no SESC, no SESI e na LBA, também pioneiros na atuação profissional de assistentes sociais em Curitiba. A Rede Ferroviária Federal incorporava assistentes sociais em seu quadro de funcionários. Outras inserções da Escola, nos campos de atuação: criança, família, comunidade, saúde, habitação, educação, empresa etc. (BATTINI, 2012, p. 07).

Deste modo, a autora ainda aponta que a Lei que regulamenta a profissão, Lei nº 3252, 27 de agosto de 1957, sancionada pelo Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social, também criam o Conselho Federal de Assistentes Sociais– CFAS e os dez primeiros Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS, sendo que o Paraná, tido como uma Delegacia Seccional, vinculava-se à 10ª Região junto a Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.

Trazendo, deste modo novos desafios para a profissão que se desenvolve em um contexto nacional e na particularidade do Estado que revelam disputas de projetos político-econômicos diante do contexto de desenvolvimento desigual e combinado, convoca a profissão no sentido de transpor suas raízes conservadoras e compreender de forma crítica sua posição como trabalhador assalariado, tomando

¹⁸ Esse sindicalismo combativo de massas, se contrapõe ao sindicalismo “oficial”, à estrutura sindical vigente de cunho corporativista herdada do período getulista e que tem na Carta Del Lavoro, de Mussolini, as bases ideológicas de atrelamento do sindicato ao Estado e sob seu controle” (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 97).

a direção histórica de intervenção individual e coletiva que possa concretizar princípios democráticos e emancipatórios.

Assim os/as Assistentes Sociais a partir da década de 1970, a nível nacional vinham debatendo intensamente sobre suas formas de organização política e sindical e conforme Cardoso (2016) este movimento vem de uma trajetória histórica desde a década de 1950 no país, onde já existiam associações pré-sindicais denominadas Associações Profissionais de Assistentes Sociais - APAS, as quais foram fechadas com a ditadura militar.

As Associações Profissionais de Assistentes Sociais - APAS, foram sendo paulatinamente retiradas e outras foram criadas nos Estados a partir do final da década de 1970. No Estado do Paraná, a criação do Sindicato Estadual dos Assistentes Sociais- SINDASP, encontra seus antecedentes históricos de formação e organização com a criação da Associações Profissionais de Assistentes Sociais - APASP em 1977, sendo melhor explicitado no próximo item.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS E DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ – APASP

Este item objetiva compreender como se deu o processo de criação e organização sindical dos/as assistentes sociais no Estado do Paraná, o qual estava diretamente conectado com o movimento nacional de retomada da organização sindical geral, especialmente da categoria profissional. Utilizou-se para este estudo a pesquisa documental, especificamente a Cópia do Relatório referente ao Processo de Extinção do SINDASP, protocolo nº 4566 CRESS/PR, Cópia dos Materiais Históricos Volume I. SINDASP, que compreende os anos de 1979 a 1983 e as entrevistas com a vanguarda deste movimento inicial de organização da categoria.

Segundo uma das participantes,

Naquele momento houve um processo de reorganização do movimento sindical, sendo proposto um novo sindicalismo que se reivindicava ser independente do Estado. Enfim, a classe trabalhadora estava se “reapropriando” de suas entidades sindicais com posições mais críticas, mais combativas. Entendendo que os sindicatos estavam sob o comando de dirigentes “pelegos”, os trabalhadores estavam se organizando como oposição sindical para retomar estes espaços de luta. Onde não havia sindicato o objetivo era criar e multiplicar este tipo de organização. O sindicato dos assistentes sociais nascia exatamente neste contexto. Víamos esse movimento como um momento importante para organizar um setor da classe trabalhadora, de uma categoria profissional, no sentido de lutar pelas liberdades democráticas e pelas reivindicações específicas da categoria, vendo-o como um espaço de mobilização e organização política. (AGENIR, 2021, s/p).

Deste modo, é importante que para além de parafrasear é expor na íntegra o que os documentos e relatos dos sujeitos da pesquisa nos contam sobre este período histórico e como se organizaram política

e sindicalmente enquanto classe trabalhadora e como categoria profissional. Sem dúvidas marca a base fundante do projeto ético político profissional até os dias atuais.

Com base no relatório de extinção do Sindicato dos/as Assistentes Sociais do Paraná - SINDASP, documento sob o protocolo nº 4566, antes da formalização do sindicato dos/as assistentes sociais do Paraná em 1983, em 1977, por iniciativa de alguns profissionais, foi criada uma Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná- APASP. Reconhecida como entidade pré-sindical de âmbito Estadual, iniciou as primeiras discussões, sobre a importância de organizar um espaço em defesa dos interesses e demandas trabalhistas no Estado do Paraná.

Segundo relato,

A APASP foi criada no final dos anos 1970 [...], em um período de muita restrição democrática, em meio a ditadura militar e essas companheiras que se organizaram para criar a associação profissional, tinham uma perspectiva libertária, de luta contra o regime instalado no Brasil. Então houve uma organização da categoria para organização dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil inteiro, onde a categoria tinha a compreensão da importância do sindicato como espaço de mobilização e defesa da categoria profissional, entendendo também que o Conselho profissional tem uma característica meio híbrida, ou seja, ao mesmo tempo que é ligado ao Estado por outro lado, tinha um quadro de profissionais ainda com pensamento bastante conservador e a formação das associações profissionais neste período eram mais livres, também por não precisar passar pelo Ministério do Trabalho, para se organizar, se mobilizar e ter um espaço de luta a categoria. (NEUSA, 2021, s/p).

A **1ª gestão da APASP assumiu no período de 1977/1978**, como não foi encontrado registros nos documentos do CRESS que identificasse todos os membros desta gestão, através do acesso a dissertação de mestrado de Andrean (2020) sobre “A Organização Política dos/as Assistentes Sociais em Londrina: 1960- 1984”, que foi possível identificar alguns membros da diretoria e algumas passagens, contribuindo para identificar como ocorreu o processo de fundação da APASP daquele momento histórico.

Deste modo, conforme afirma Andrean (2020), os/as profissionais assistentes sociais de Londrina, também ativam a Associação Profissional de Assistentes Sociais de Londrina - APAS/LDA em 1977, fechada no regime militar e neste período histórico, a categoria profissional estava representada por duas entidades pré-sindicais e/ou Associação Profissional no Estado do Paraná.

Sobre este movimento,

Em 1977, tentou-se, sem sucesso, a criação da Associação dos Assistentes Sociais do Norte do Paraná (AASNP). Logo após, houve uma articulação entre as assistentes sociais de Curitiba e de Londrina para a criação da Associação Profissional de Assistente Social do Paraná (APASP), de base territorial estadual. Teve na primeira gestão (1977/1978) a presidenta Carmem Lúcia Fornari Diez, de Curitiba, e a vice-presidenta Rose Mary Souza Serra, representante de Londrina. Sobre os anos iniciais da APASP, não encontramos material para a pesquisa. (ANDRIAN, 2020, p. 88).

A **2ª gestão da APASP compreende o período de 1978/1979**, a qual também não foi possível localizar nos documentos pesquisados, registros que identificasse quem foram todos os membros da diretoria. A única referência documental que identificou alguns dos membros, foi no conteúdo da "Cópia de Materiais Históricos Volume I, no livro Ata de reunião da diretoria da APASP nº 01¹⁹ (p. nº 01 de 11/09/1979, linhas 12-42), o qual trata sobre a primeira reunião da diretoria, a qual assume a 3ª gestão no período 1979/1981, sendo mencionado a presença como convidada assistente social e ex-presidente da APASP da gestão anterior, Maria de Lourdes Peixoto, para oficializar a passagem de diretoria, concomitantemente ocorreu uma breve prestação de contas sobre a situação financeira da associação até a presente data. Este documento de prestação de contas foi organizado pela assistente social, Maria Ordalia Magro Del Gaudio, ex-presidente da APASP 1978/1979, no exercício anterior e que, passou a compor a atual gestão de 1979/1981 no cargo de secretária.

Sobre este movimento histórico,

[...] lembro que quando estávamos no processo de discussão para a criação do sindicato, tínhamos caixas com os documentos que levávamos para onde iríamos nos reunir, “debaixo do braço praticamente” e guardávamos em nossas casas (AGENIR, 2021).

Considerando as condições sócio-históricas este momento da história exigiu deste grupo de mulheres um grande esforço no sentido de buscar alternativas na direção de sua organização e fortalecimento da própria profissão que estava crescente no Estado, que pudesse representar e lutar pelo avanço das demandas trabalhistas da categoria e em muitos momentos se reuniu em espaços públicos para discutir e encaminhar sua futura forma de organização na condição de uma entidade pré-sindical.

Assim, a **2ª gestão que compreende o período de 1978/1979**, foi identificado como parte dos membros da gestão no cargo de *Presidente*: Maria Ordalia Magro Del Gaudio e a *Tesoureira*: Maria de Lourdes Peixoto. (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP nº 01, p. 01 de 11/09/79; linhas 9 a 42) e sobre este período com base no relatório de extinção do Sindicato dos/as Assistentes Sociais do Paraná - SINDASP - protocolo nº 4566, refere que [...] da Diretoria que assumiu a gestão 78/79, [...] havia 127 associados, sendo que 100 votaram em 03 chapas concorrentes, [...] e também se realizaram reuniões pleiteando o aumento salarial e enquadramento da categoria a nível de funcionalismo público Estadual.

Neste mesmo relatório, (p. 05) consta a informação de que em Julho de 1979 ocorre um novo processo eleitoral para assumir a **3ª gestão da APASP no período de 1979/1981**, ocorrendo a inscrição e processo de eleição com chapa única candidata, em que 42 (quarenta e dois) assistentes sociais votaram e logo na primeira reunião da Diretoria eleita, foi definida a composição dos cargos, sendo a Presidente:

¹⁹ As atas da APASP estão identificadas somente por data, e a pesquisadora optou em organizar, as mesmas através de sequência numérica, para estabelecer o caminho histórico de cada gestão nos livros atas.

Maria Lúcia Madeira Duarte, Vice-presidente: Dilmar Vera Souza, Secretária: Maria Ordalia Magro Del Gaudio, 2º Secretária: Nilma Camargo, Tesoureira: Maria do Rocio Wunder, 2º Tesoureira: Maria de Lourdes Gambaroski e no Conselho Fiscal: Cerise Sfair S., Sidneia Campos, Maria Inês Godoy dos Santos e Suplentes do Conselho Fiscal: Edelfran T. Algayer Soeder, Ercel Maria S. Nascimento, Elisete Iracema K.” (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP nº1, p. 01 de 11/09/1979; linhas 6 a 14), é importante destacar que a assistente social Maria Ordalia Magro Del Gaudio, ex-tesoureira na gestão da APASP no período 1978/1979 permaneceu na gestão no período 1979/1981 na função de 1ª Secretária.

Sobre as atividades de gestão, a diretoria se reunia uma vez ao mês, porém o único registro sobre o funcionamento da entidade, é que havia um profissional responsável pela parte administrativa, conforme registros [...] Liana que é responsável pelo atendimento ao público no período da manhã na APASP, e [...] expôs a dificuldade “[...] para atualizar o fichário dos associados e que vem repercutir no controle de pagamento da anuidade, sendo sugerido pela diretoria que ela consulte o fichário do CRAS por dividirem o mesmo espaço físico” (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP nº 08, p. 12 de 06/05/1981; linhas 27 a 34).

Como não era uma atividade remunerada e sim de militância, a diretoria se reuniam normalmente a noite, ou nos finais de semana ou feriados e suas atividades estavam mais direcionadas para divulgação da APASP e mobilização da categoria profissional e sua participação nas atividades propostas pela associação, mas este movimento encontrava muitas dificuldades, pois a

[...] reorganização das atividades programáticas da associação que ficaram suspensas por um longo período, tendo em vista a impossibilidade da maioria da direção. Além disso, algumas divergências quanto ao encaminhamento de tais atividades, enfraqueceram a programação. (SINDASP, 1980, p. 05).

Deste modo, a Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná - APASP, foi oficialmente reconhecida conforme dados do Estatuto em 21/11/1979, localizado na rua Marechal Deodoro, 252 - 15º andar, Curitiba/PR e “com o intuito de colaboração com os poderes públicos e econômica e de sua subordinação aos interesses nacionais, em conformidade com as normas e princípios traçados neste Estatuto.” (Cópia do relatório de extinção do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná - SINDASP - protocolo nº 4566. Estatuto da APASP, 1979, p.01).

Em 1981, o Regimento Interno da APASP foi aprovado em assembleia pela maioria. Decorrente daí, [...] ventilou-se o registro do Estatuto no cartório (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP nº 04, p. 06 de 14/03/1981; linhas 19 a 21).

Neste mesmo período a gestão mesmo mantendo um bom relacionamento com a gestão do CRAS/PR havia o interesse em ter uma estrutura física própria e adequada às finalidades de defesa das demandas trabalhistas da categoria, e que em muitas vezes se desrespeitam inevitavelmente pela

convivência sobreposta dos dois órgãos e nesta mesma reunião ocorre a solicitação oficial de saída da presidente da APASP Maria Lucia Medeiros Duarte, por motivos particulares e conforme orientações Estatutárias a vice-presidente Dilmar Vera de Souza, assume o cargo. (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP nº 03, p. 05 de 20/09/80; linhas 42 a 50).

É perceptível que neste momento a diretoria da APASP inicia suas primeiras experiências no campo da organização pré-sindical, ainda que incipientes, foi a base para o crescimento cada vez maior nos anos seguintes como também sua aproximação com o movimento dos trabalhadores no Estado conectado ao movimento crescente no âmbito nacional.

Sobre esta Gestão APASP, aparece claramente a necessidade de se buscar unidade na luta e articulação junto às pautas e demandas trabalhistas, ocorrendo assim a indicação da diretoria pela participação da Presidente Maria Lúcia Madeira Duarte, no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais que aconteceu em São Paulo de 21 a 23/09/79 e este encontro é marcado pela ampla participação dos/as assistentes sociais de todo o Brasil, sendo um total de 19 Entidades incluindo a APSP/PR, como sequência do II Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais realizado em Belo Horizonte de 2 a 4/11/78, onde participaram 9 entidades na condição de sindicato: Rio de Janeiro, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Ceará e como APAS: São Paulo, Bahia e Goiás e do I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais que ocorreu em Minas Gerais nos dias 25 e 26/08/78, com participação de 4 entidades, sendo sindicato de Minas Gerais, APAS de São Paulo, Bahia e Goiás e do I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais que ocorreu em Minas Gerais nos dias 25 e 26/08/78, com participação de 4 entidades, sendo sindicato de Minas Gerais, APAS de São Paulo, Bahia e Goiás, iniciando um processo de articulação nacional, abertura e reabertura de novos (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Em Julho de 1981 ocorreu um novo processo eleitoral para eleição da **4ª gestão da APASP assumiu o período de 1981/1983**, eleita na condição de chapa única a Presidente: Eliane Nazareth de Oliveira²⁰, Vice-presidente: Maria de Fatima Ferreira, Secretária: Gisele Titze Scorsin, 2º Secretária: Mônica de Oliveira Giovannetti, Tesoureira: Maria Vitória da Cruz, 2º Tesoureira: Lais de Sa Moreira, no Conselho Fiscal: Luci Madalena Daros e Vera Lucia Chami (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP nº 11, p. 16 de 03/08/1981; linhas 5-11).

²⁰ História de vida, profissão e Militância. Disponível em: <https://cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2016/06/eliane-nazareth-oliveira.pdf>. Acesso em: 09 out. 2021.

Figura 1 - Eliane Nazareth de Oliveira (In Memoriam)



Assistente Social Presidente da APASP na gestão 1981/1983

Figura 2 - Maria de Fátima de Azevedo Ferreira (In Memoriam)



Assistente Social Vice- presidente da APASP na Gestão 1981/1983 e Presidente do CFESS na Gestão 1987/1990.

A quarta gestão, segundo registros, compõe-se por 16 (dezesseis) atas, percebendo neste momento o avanço na mobilização da categoria profissional em participar das atividades APASP e o fortalecimento na articulação e organização da diretoria que logo a apresenta à categoria

[...] um plano de gestão: 1) pela melhoria salarial e por melhores condições de trabalho; 2) pela elevação do nível de formação profissional da categoria através de cursos, palestras, debates, estudos, trocas de experiências; 3) pela organização da categoria e fortalecimento da entidade APASP. (SINDASP, 1981, p. 16).

Também passa a organizar-se internamente por meio da formação de comissões: sendo uma de divulgação e a outra de finanças e que passa a contar com apoio de um assessor jurídico, entendendo que novas demandas exigem maior atenção e organização do trabalho pela diretoria da APASP. Inicia-se a proposta de elaboração de Boletins Informativos sobre as atividades da APASP, com ampla distribuição de impressos nas universidades, sindicatos profissionais, empresas com o intuito de maior conhecimento pela categoria profissional das atividades propostas pela entidade. Porém a situação financeira nunca foi estável, pois para a APASP sobreviver dependia da contribuição anual de seus associados que pela conjuntura ou questões particulares nem sempre conseguiam contribuir.

Ocorre também em setembro de 1981, a mudança de espaço físico que já vinha sendo discutido nas gestões anteriores e que se efetiva com base na [...] reflexão sobre a associação ter seu próprio local de trabalho para melhor desenvolvimento de suas finalidades, combinando-se que a presidente e a vice presidente fariam contato com a Sociedade de Sociologia e Associação de História, localizado na **rua José do Patrocínio nº 96 Curitiba/PR** e assim, a APASP, passou a utilizar este local para suas

atividades pré-sindicais; (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP nº 12, p. 17 de 10/09/1981).

Quanto a questão da contribuição financeira de associados, em várias passagens das atas, é identificada que os associados estavam em débito, dificultando a realização das atividades propostas pela diretoria. Era necessário buscar alternativas para manutenção da entidade e que às vezes era frustrante, mas resistiam, a exemplo, “[...] avaliação da APASP na participação da festa Junina, promovida pelo SESC, cedendo a barraca de doces, onde se verificou, [...] que apesar de todo esforço da comissão, o dinheiro arrecadado deu apenas para cobrir as despesas” (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP nº 12, p. 17 de 10/09/1981; 12-16).

Porém, já no final de 1981, em relação ao

[...] cadastramento dos associados e atualização das anuidades dos sócios da APASP, consta que esse trabalho foi desenvolvido com ótimos resultados. Há também uma aproximação maior entre a direção da APASP e a Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Londrina - APAS/LDA, com o objetivo de unificação de lutas e realizar atividades conjuntas para fortalecer a categoria profissional do Estado do Paraná. (SINDASP, 1981, p. 19).

No que se refere a 4ª Gestão da APASP, inicia-se as discussões para transformação da APASP em sindicato, sob a influência efervescente do movimento nacional dos trabalhadores com apoio da categoria profissional no fortalecimento e organização sindical dos e das trabalhadoras, sendo o tema a discorrer no próximo item.

3.2 CRIAÇÃO DO SINDASP E SEU FUNCIONAMENTO

Este item tem como objetivo identificar e analisar quais as razões que motivaram a criação do Sindicato de Assistentes Sociais do Paraná - SINDASP em 1983 por meio de assembleia e sua formalização na Delegacia Regional do Trabalho. Após seguir um caminho extremamente burocrático foi oficialmente reconhecido apenas em 1985, sob a orientação do Artigo 511 e 522 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT de 1943²¹, em que a orientação legal se baseia a organização sindical, se ocorre:

[...] Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas. § 1º A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se

²¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 23 nov. 2020.

denomina categoria econômica. § 2º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional. § 3º Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares. § 4º Os limites de identidade, similaridade ou conexidade fixam as dimensões dentro das quais a categoria econômica ou profissional é homogênea e a associação é natural”. (BRASIL, CLT, 1943)

[...] Art. 522. A administração do sindicato será exercida por uma diretoria constituída no máximo de sete e no mínimo de três membros e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembleia Geral. § 1º A diretoria elegerá, dentre os seus membros, o presidente do sindicato. § 2º A competência do Conselho Fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato. § 3º - Constituirão atribuição exclusiva da Diretoria do Sindicato e dos Delegados Sindicais, a que se refere ao art. 523, a representação e a defesa dos interesses da entidade perante os poderes públicos e as empresas, salvo mandatário com poderes outorgados por procuração da Diretoria, ou associado investido em representação prevista em lei” (BRASIL, CLT, 1943).

Este processo de reconhecimento oficial é influenciado pelo empenho da vanguarda da categoria e forte mobilização dos/as assistentes sociais a nível nacional, representado pela Comissão Executiva Nacional de Entidades de Assistentes Sociais - CENEAS (1979-1983), onde ocorrem vários Encontros a nível nacional inclusive na Região Sul em Porto Alegre, onde discutiu sobre a realidade brasileira do trabalho dos/as assistentes sociais, as formas de mobilização e organização da categoria, influenciando as discussões e a decisão de “[...] transformação da associação em sindicato, deliberação do Encontro Estadual” (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP nº 19, p. 16, p. 24 de 22/06/1982; linhas 11 a 12).

Deste modo, é na 4ª Gestão da APASP, que se aprofunda as discussões e a necessidade de materializar a partir das “[...] deliberações do primeiro Encontro Estadual de Assistentes Sociais do Paraná, a necessidade do pedido de carta sindical à Delegacia Regional do Trabalho, sendo necessário buscar a orientação por parte de um advogado quanto aos procedimentos para o referido pedido”. (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP nº 20, p. 25 de 07/07/1982; linhas 4 a 8).

Destaca-se que a gestão realizou uma avaliação das atividades sindicais da categoria no ano de 1982, em que

[...] embora as atividades desenvolvidas tenham tido peso político e tenham mobilizado grande número de profissionais, não conseguiu manter mobilizada a categoria por não ter sido possível formar todas as comissões pretendidas ou outras formas de organização para se estruturar um trabalho mais consistente. (SINDASP, 1982, p. 27).

Para dar continuidade ao propósito da Gestão de transformar a associação em sindicato, iniciou-se os preparativos administrativos e jurídicos necessários para efetivar a formalização junto a Delegacia

Regional do Trabalho, sendo organizado uma Assembleia Estadual no dia 18/06/1983. O evento foi marcante na história da organização sindical dos/as assistentes sociais no Paraná, onde foi deliberado por unanimidade a criação do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná – SINDASP. A categoria

[...] reuniu-se em assembleia extraordinária, [...] legalmente convocados por edital de convocação publicado no diário oficial no dia vinte e quatro, vinte e cinco e vinte e seis de maio de um mil novecentos e oitenta e três com a presença de noventa associados, [...] aprovado por unanimidade de votos dos associados presentes. (SINDASP, 1983).

A Sra. Presidente Eliane Nazareth de Oliveira anunciou aos presentes que dado o resultado que se verificou com a aprovação das proposições aprovadas, a associação profissional dos/as assistentes sociais do Estado do Paraná, passa a denominar-se Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Paraná. (Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná, Cópia de materiais históricos v. 2 SINDASP, p.12 de 18/06/1983; linhas 2 a 24).

Mas a tarefa tinha um longo caminho burocrático a percorrer, e não foi nem um pouco fácil para os envolvidos que perseveraram nesse processo, pois a gestão 1981/1983 estava encerrando, sendo necessário a organização de uma eleição de uma diretoria de transição e/ou provisória que assumisse a tarefa de efetivação do sindicato. Assim, a Sra. Presidente declarou que naquele momento seria iniciado a escolha da Diretoria Provisória da Entidade, à qual caberia a formalização do processo de encaminhamento à autoridade competente. (Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná, Cópia de materiais históricos V. 2. SINDASP. p. 12 de 18/06/1983; linhas 25 a 27).

Assim nesta Assembleia, ocorreu a eleição da **5ª Diretoria provisória da APASP, referente ao período de 1983/1986**, conforme registrado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná, Cópia de materiais históricos v. 2, p. 12 de 18/06/1983 e na Ata nº 27, p. 32 de 21/06/1983; linhas 4 a 17. Esta teve chapa única e foi eleita através de assembleia realizada no dia 18/06/1983, sendo a nova diretoria a ser representada pelos seguintes membros: Presidente: Lais de Sa Moreira, Vice-presidente: Elza Maria Campos, 1ª Secretária: Solange Assunção Vialle, 2ª Secretária: Edinara Terezinha de Andrade, 1ª Tesoureira: Maria Juraci Meneguetti, 2ª Tesoureira: Mônica de Oliveira Giovanetti, Diretora Social: Eliane Nazareth Oliveira e Suplente: Doris Zacharias; Conselho Fiscal: Helena Comunello de Sá, Gilsônia B da Silva, Luci Madalena Daros e Suplentes do Conselho Fiscal: Maria Aparecida Paleare da Silva, Maria de Lourdes San Roman e Maria Helena Rigoni. A qual coube a tarefa de formalizar a transformação da APASP em sindicato em 1983.

Nesta Assembleia indicou-se uma diretoria provisória, a qual coube formalizar o processo de transformação que se efetivou em 1985²². A aprovação desta transformação ocorreu em Assembleia

²²(Cópia do Relatório Processo de Extinção do SINDASP, protocolo nº 4566 CRESS/PR, p. 05 e 06. Acesso em: 06 mar. 21)

Geral da categoria em 18/06/1983, na presença de 09 associados da APASP, também nesta ocasião aprovou-se o novo Estatuto, que sofreu uma alteração no decorrer dos anos e permanece em vigor até então.

Nesta Gestão provisória foi identificado 37 (trinta e sete) atas de reunião ordinária e extraordinária, tendo como objetivo central desenvolver um trabalho intenso e corresponder a tarefa de oficializar o sindicato junto ao Ministério do Trabalho, conforme deliberação registrado na Cópia de Materiais Históricos Volume I do SINDASP da primeira reunião da diretoria eleita, já na condição de entidade pré- sindical do Assistentes Sociais do Paraná, nº 27, p. 32 de 21/06/1983.

Neste momento, a diretoria definiu por organizar uma comissão que ficaria responsável especificamente pelos trâmites administrativos que envolvia o processo de oficialização do SINDASP junto ao Ministério do Trabalho. Foi necessário organizar diversos documentos, dentre estes destaca-se a ata que elegeu a diretoria assinada pela presidenta e secretária, livro de presença, relação de associados que contou com o apoio e repasse de informações pela gestão do CRAS/PR, declaração de base territorial (expedido pela secretaria de estrada e rodagem), devidamente assinados, reconhecido pelo MTE- Ministério do Trabalho e Emprego e registrado em cartório de registro de títulos e documentos e que após ainda seria analisado toda a documentação apresentada, para posterior emissão da Carta Sindical²³.

Foi necessária a formação de uma comissão para agilização da carta sindical que terá autonomia para deliberar quando necessário. A comissão de divulgação elaborou e agilização da carta sindical: será elaborada uma carta da Assembleia conforme exigência do MTE- Ministério do Trabalho e Emprego e um relatório para os associados. (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP, nº 27, p. 32 de 21/06/1983; linhas 34 a 41).

Nesse processo de oficialização, também foi observado nas atas uma ampla discussão realizada junto a categoria profissional dos assistentes sociais da capital e do interior, como também o envolvimento de outras segmentos organizados da classe trabalhadora, a exemplo do Encontro da Classe Trabalhadora - ENCLAT, que aconteceu em 16/07/1983 em Curitiba/PR. Neste momento foi possível apresentar e discutir sobre o encaminhamento da carta sindical, a preparação da Assembleia Nacional dos Assistentes Sociais e nossa organização no interior da Capital. (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP, nº 28, p. 34 de 06/07/1983; linhas 40 a 50).

Logo que a diretoria provisória assumiu foi formada uma comissão de divulgação, a qual elaborou o primeiro jornal da associação pré-sindical dos assistentes sociais do Paraná. (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP, nº 28, p. 34 de 06/07/1983; linhas 16 a 22), seguindo por publicações regulares de novas edições, as quais eram impressas e distribuídas à categoria profissional local, de outros Estados, outras associações e sindicatos de categoria

²³ Decreto Nº 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências.

de Curitiba. Destacando que na segunda edição foi publicada dentre outras atividades do sindicato, a notícia de transformação da APASP em sindicato, a partir da aprovação em Assembleia Geral com a categoria profissional.

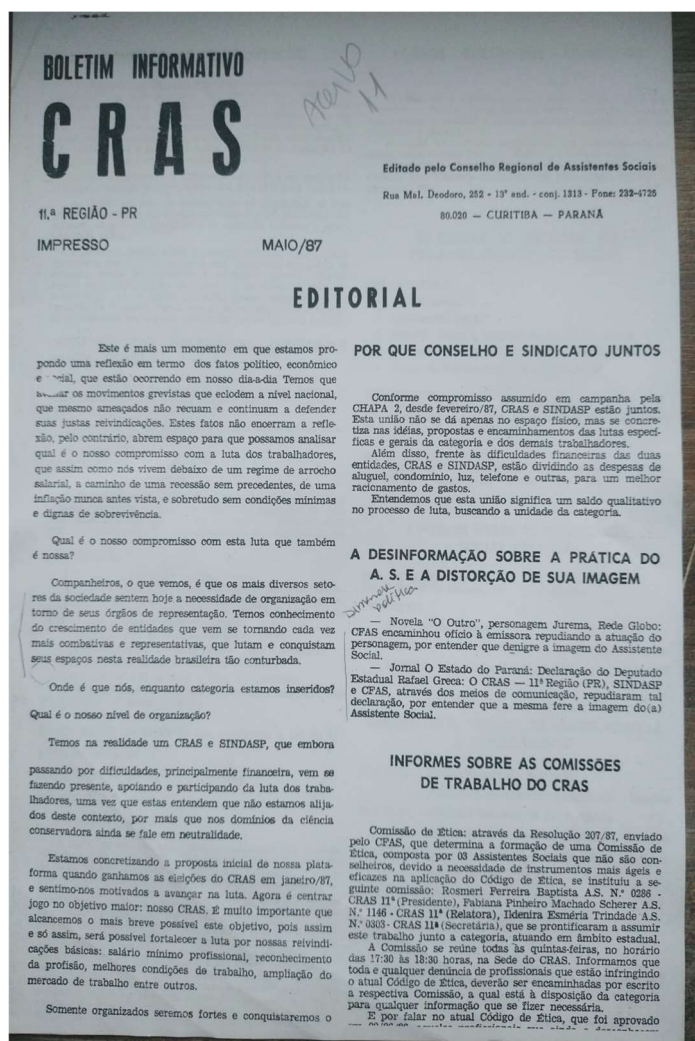
Em meio ao processo de formalização do SINDASP foi divulgado a realização da ANAS - Assembleia Nacional dos Assistentes Sociais que seria realizado de 27 a 29 de outubro em Salvador/Bahia e a [...] comissão de finanças está mobilizando a categoria para arrecadar fundos com o objetivo de pagar 50% da passagem dos delegados que irão para participar. Neste mesmo período foi proposto a realização de um minicurso sobre “Contribuição do Serviço Social para o Trabalho Científico”, onde a taxa de inscrição seria destinada para pagar parte dos gastos de viagem. (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP, nº 42, p. 63 de 05/10/1983; linhas 7 a 10).

Outra atividade muito importante observado nas atas, foram as reuniões com a intenção de formar núcleos regionais da categoria profissional, que tivesse o papel de ser referência no repasse das informações e fortalecer a mobilização da categoria organizadas no interior do Estado, sendo formado núcleo em Jacarezinho, por iniciativa da própria categoria local e depois foi sendo organizado em outros municípios estratégicos como Londrina, Ponta Grossa, Cascavel, [...] as reuniões no interior tem como objetivo levar informações sobre as lutas da categoria a nível Estadual e Nacional, e também formar Núcleos Regionais. Deve ser discutida uma pauta para se levar para Cascavel. (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP, nº 46, p. 69 de 23/11/1983; linhas 22 a 29).

O sindicato neste período estava locando uma sala junto a Associação dos Enfermeiros em Curitiba, desde o início desta gestão e os Enfermeiros comunicaram que iriam sair em janeiro do próximo ano e o SINDASP teria que procurar outro local para sua sede e decidiu-se pela elaboração de um ofício solicitando ao CRAS a possibilidade de utilização de uma sala para funcionar a APASP, tendo em vista a condição financeira precária da APASP. (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP, nº 50, p. 76 de 21/12/1983; linhas 7 a 12).

Como logo haveria eleições para nova Gestão do CRAS em 1984, o sindicato apoiou uma das chapas concorrentes a qual foi posteriormente eleita e assim foi possível, o retorno para um espaço cedido na sede do CRAS, porém ficou acordado e aceito “[...] que acarretará em assumirmos 30% das despesas, material de limpeza, condomínio, diarista, luz [...] e a despesa de um telefone”. (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP, nº 62, p. 97 de 02/09/1984; linhas 16 a 20).

Figura 3 - Boletim informativo do CRAS



Fonte: SINDASP/CRAS, fevereiro de 1984.

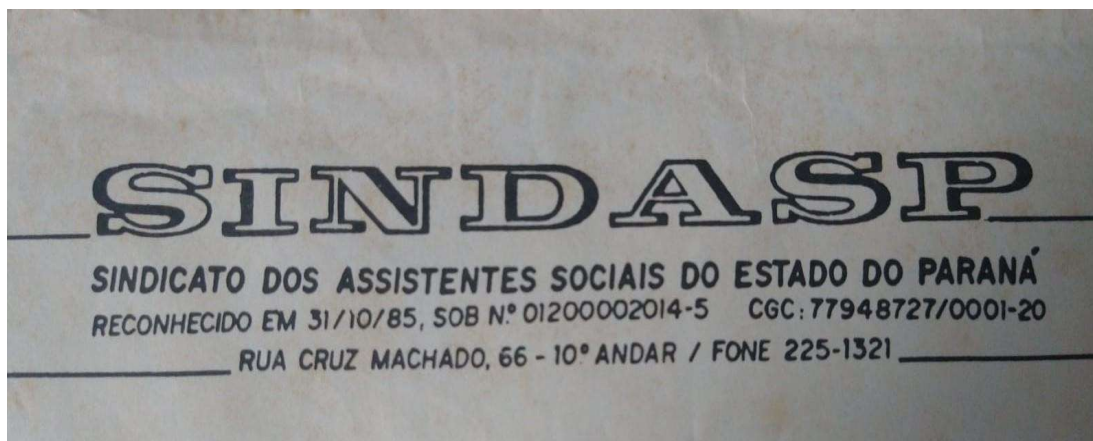
O sindicato passava por problemas financeiros, devido a baixa arrecadação dos associados que além das despesas para manutenção da entidade, estava eventualmente devendo o aluguel e a parcela trimestral da ANAS, sendo 10% da arrecadação da APASP. (Cópia de Materiais Históricos Volume I. SINDASP. Ata de reunião da diretoria da APASP, nº 52, p. 78 de 23/02/1984; linhas 9 a 14).

Com o registro do estatuto em cartório, facilitou para ocorrer a abertura de conta em banco e emissão de carnê para pagamento das anuidades. Sobre o processo de concessão da carta sindical, quando a diretoria pensava que estava tudo encaminhado para aprovação,

[...] o processo da carta sindical retornou de Brasília pelo motivo dos membros da diretoria e a maioria dos associados serem servidores públicos, portanto teremos que providenciar o seguinte: ofício da confederação dos profissionais liberais liberando a associação. Contado com o assessor jurídico do sindicato da construção civil para receber melhores orientações. (SINDASP, 1984, p. 80).

Por falta de acesso aos registros das atas que compreende o período de encerramento do livro ata em 26/09/1984 analisado até o momento e pela continuidade da análise da sequência histórica localizado livro ata na data de 15/06/86, temos um espaço de tempo em que não foi possível acompanhar o caminho e de reconhecimento oficial do SINDASP, o qual ocorre em 31/10/1985, sendo comprovada esta data pela logomarca em folha timbrada, como demonstra o exemplo da imagem a seguir.

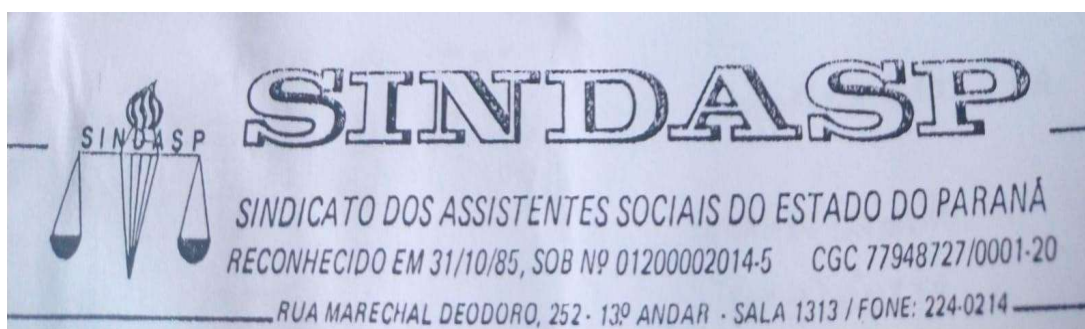
Figura 4 - Cópia de Materiais Históricos Volume II. SINDASP



Fonte: Ata geral de votação da 1ª diretoria do SINDASP, p. 41 de 15/05/1986.

Este Logotipo do SINDASP representa também que o endereço do sindicato quando foi oficializado era na Rua Cruz Machado, 66 - 10º Andar e logo abaixo na Imagem II, podemos afirmar que quando a APASP foi formalizada por meio de seu estatuto, encontrava-se localizado neste endereço.

Figura 5 - Cópia do dossiê “SINDASP- Processo de Extinção”, CRESS 11ª Região sob o protocolo nº 4566



Fonte: Ata de reunião da diretoria da APASP, nº 35 de 24/06/1993.

De acordo com relato de membro da diretoria,

Lembro que foi um processo longo, em que tivemos que lidar com muita burocracia, porque estávamos no período da ditadura militar onde as liberdades democráticas eram bastante restritas e não havia liberdade para organização sindical. Tudo era super controlado, para se conseguir uma carta sindical era um processo muito burocrático e demorado e hoje ainda tem isso, você tem que pedir carta sindical no ministério do

trabalho extremamente burocrático e controlado, mas na época era muito mais autoritário. Então, passamos anos discutindo, organizando documentos. Finalmente conseguimos juntar e encaminhar toda documentação, receber a carta sindical e transformar a associação em sindicato dos assistentes sociais. (AGENIR, 2021, s/p).

É possível observar o esforço e a dedicação da Gestão com forte apoio da categoria profissional de todo o Estado do Paraná, na efetivação da formalização oficial do SINDASP junto a Delegacia do Ministério do Trabalho, Neste sentido,

[...] nos dedicamos na organização do material/documentos para formalizar o sindicato [...] e como tem um ataque frontal aos trabalhadores, estes buscavam os sindicatos que para funcionar tinham que ser atrelados ao Ministério do Trabalho. Tínhamos que preencher uma ficha ideológica (policia) e todas as companheiras deram seus nomes e em 1985 conseguimos conquistar o sindicato e a Laís²⁴ ficou um período curto na associação, mas a nossa missão era organizar o material e documentos necessários para fundar o SINDASP e a Doris a Cleis tem um papel muito importante nisso. (NEUSA, 2021, s/p).

Por fim observa-se que mesmo condições difíceis de organização e de enfrentamento diante do contexto social e político posto neste momento da história, a categoria avançou na compreensão da importância de sua posição na sociedade de classes e que com sua organização coletiva se soma a outros segmentos da classe trabalhadora, marcando deste modo seu protagonismo na luta com direção clara de transformação deste modelo excludente de sociedade. A partir do próximo item passaremos a conhecer como se desencadeou o movimento que levou a decisão majoritária de suspensão das atividades do sindicato no Estado do Paraná, acompanhando o mesmo movimento de efervescência no novo sindicalismo presente em todo o país.

3.3 O PROCESSO DECISÓRIO DE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DO SINDASP

Neste item apresenta-se o cenário que desencadeou a decisão pela categoria profissional em suspender as atividades do Sindicato de Assistentes Sociais do Paraná- SINDASP, apresentando as discussões internas das gestões e com a categoria profissional até a suspensão de suas atividades em 1994. O sindicato foi representado por 4 (quatro) gestões e/ou diretorias, que compreende: **1ª Gestão provisória: 1983 a 1986 SINDASP; 2ª Gestão: 1986 a 1989 SINDASP; 3ª Gestão 1989 a 1992/93 SINDASP; e 4ª Gestão 1993 a 1996 SINDASP.**

Partindo do recorte temporal da pesquisa documental e entrevistas com a vanguarda deste movimento, o processo de discussão e definição sobre adesão à organização sindical e incorporação das

²⁴ Segundo documentos analisados Laís, a qual não é mencionado o nome completo, foi secretária administrativa do SINDASP.

categorias profissionais na luta geral da classe trabalhadora, apresentada e defendida pela CUT (1986), se inicia historicamente com a **2ª Gestão do SINDASP 1986/1989**, sendo chapa única candidata, assume a 1º diretoria oficial do SINDASP, representada através da Presidente: Elza Maria Campos; Vice Presidente: Sandra Berenice Ferrari; e os demais cargos foram distribuídos pela ordem de menção da chapa eleita: 1ª Secretária: Maria das Dores Tucunduta Santos; 2ª Secretária: Maria de Fatima Azevedo Ferreira; 1ª Tesoureira: Cleis Marques de Oliveira; 2ª Tesoureira: Maria José de Andrade; 1ª Diretora Social: Marcia Terezinha Steil; 2ª Diretora Social: Mayse Cleve Kuster; Conselho Fiscal: Efetivos: Dilmar Vera Souza, Darci de Oliveria Ferreira; Antonia Marcchione; e Suplentes: Rosalina Bergamo, Terezinha Marfurte; Monica de Oliveira Giovannetti. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata Geral de Votação, Ata de Eleição do Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Paraná e distribuição dos demais cargos, p. 42 de 15/06/1986, linhas 6 a 13).

Desta gestão, teve-se acesso a 90 (noventa) atas que constam na cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP, livros ata que compreendem o período de 21/06/1986 a 17/10/1988; de 21/10/1988 a 03/12/1990, sendo possível observar que foi a gestão até então, com maior número de reuniões ordinárias e extraordinárias, atividades internas de atendimento às demandas trabalhistas da categoria profissional, pois já contavam com um número expressivo de profissionais inseridos no mercado de trabalho e um forte envolvimento no movimento sindical da ampla classe trabalhadora, indo além das demandas econômicas da própria categoria profissional.

Com a eleição para nova Gestão do CRAS, o SINDASP apoiou a chapa que foi eleita e por conta de dificuldades financeiras para sua manutenção, ocorreu a mudança de sede do Sindicato para as dependências do CRAS, em 04/02/87. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 20, p. 25 de 03/02/1987; linhas 04 a 05).

Esta gestão destacou-se pelo trabalho intenso no fortalecimento de organização e maior participação da categoria no interior do Estado, no sentido de compreender a natureza do sindicato e ampliar as discussões além da pauta econômica, como também levantar propostas para construção do novo estatuto que direcionaria suas atividades, neste momento na condição de entidade sindical. Neste período foi

[...] feito um mapeamento do Estado com as divisões para implantação das Delegacias Regionais. Ficando assim organizado: 1ª Região de Ponta Grossa, Irati e Guarapuava onde já existia representação da APAS. 2ª Cascavel e Foz do Iguaçu. 3ª Apucarana e Região de Londrina. 4ª Maringá e Paranaíba. 5ª Umuarama, Cianorte e Campo Mourão. 6ª Jacarezinho e Cornélio Procópio. 7ª Francisco Beltrão e Pato Branco. 8ª Curitiba e região Metropolitana, Litoral e União da Vitória. (SINDASP, 1986, p. 09).

Houve uma forte organização da direção do SINDASP, no sentido de subsidiar e defender melhores condições de trabalho, carga horária e salários dos Assistentes Sociais, pois era uma categoria

profissional ainda “jovem” no Estado e estavam começando a ocupar espaços de trabalho tanto no setor privado quanto público, necessitando um olhar atento e próximo do sindicato como também do CRAS.

Como o sindicato não tinha condições financeiras para estar constantemente viajando no interior do Estado as duas entidades, realizam atividades conjuntas com o CRAS de orientação e fiscalização, o que influenciava na dúvida pela categoria profissional sobre a natureza de entidade representativa, especialmente nas questões que eram de âmbito trabalhista de responsabilidade do sindicato, ou seja, forma de contratação, piso salarial, condições de trabalho; e do CRAS/CRESS no que diz respeito à orientação e fiscalização do exercício profissional e defesa da profissão, conforme as prerrogativas do Código de Ética de 1986 em vigor no período.

É importante destacar que conforme Andrian (2020), o CRAS/CRESS já contava com a Delegacia Seccional em Cascavel, criada em 07/06/1986 e desativada em julho de 1989, possibilitando o deslocamento dos membros do conselho regional para realização de atividades conjuntas. Sobre a organização conjunta das atividades do SINDASP e CRAS/CRESS, também foi organizado,

[...] um cronograma de visita aos locais de trabalho esclarecendo a categoria quanto às questões sindicais e assuntos de interesse dos assistentes sociais como também reuniões institucionais para iniciar as negociações de acordos coletivos de trabalho com por exemplo Hospital de Clínicas, Cohapar, Sanepar, Copel, Faspar, Telepar. (SINDASP, 1986, p. 10-12).

Neste período, houve dificuldades de participação desta gestão em algumas atividades da ANAS, [...] levantou-se questões como dificuldade financeira e não discussão prévia das pautas enviadas de última hora. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 29, p. 47 e 48 de 08/04/1987; linhas 60 a 66), expressando-se nos documentos o não alinhamento entre alguns posicionamentos da diretoria do SINDASP e ANAS.

Sendo identificado nos registros documentais que apenas em 1987, ocorreram as primeiras discussões e apropriação pelo SINDASP, sobre a pauta da nova estrutura sindical, deliberada pela CONCURT (1986), apresentada através do Encontro Nacional do Conselho de representantes da ANAS, sendo realizada uma reunião ampliada,

[...] em função do pouco tempo, uma vez que a pauta e informe sobre a data de realização do Encontro Nacional chegaram no Sindicato no dia 08/04/87, não havendo condições para uma ampla mobilização e realização de assembleia. [...] Definiu-se como pauta para discussão nesta reunião ampliada: a) conjuntura política, econômica e social; b) movimento sindical - balanço político e perspectivas de lutas, solidariedade internacional, estrutura sindical. (SINDASP, 1987, p. 49).

A partir daí foi organizado, “[...] visitas no interior do Estado, em Toledo houve a participação de 4 companheiras e em Cascavel 03 companheiras. Discutiu-se sobre as possibilidades de ser realizado

um encontro entre os 02 grupos, para discutir estrutura sindical e Delegacia Regional” (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 36, p. 61 de 18/07/1987; linhas 50 a 68), como também em encontros descentralizados posteriores entregue informativo que divulga o que é o papel da ANAS - Nossa Federação na organização sindical da categoria profissional, como segue a imagem logo após.

Figura 6 - Jornal do SINDASP

JORNAL DO SINDASP

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ
OUTUBRO/NOVEMBRO/87 NÚMERO 8

Resultados da assembleia

Na data de 06 de novembro do corrente, o SINDASP, realizou Assembleia com a categoria, tendo sido esta uma das assembleias mais representativas dos últimos tempos.

Nesta assembleia tivemos a participação da Presidente do CFAS, Maria de Fátima bem como do Presidente do Sindicato dos Jornalistas, PERON, que expandiram sobre o processo de regulamentação da profissão, na Constituição. A categoria presente, deliberou por encaminhar aerogramas aos deputados constituintes do Estado, tentando assim garantir que todas as profissões da área humanística que se encontram ameaçadas, seja garantida seu exercício legal através de texto constitucional.

Sobre o segundo ponto de pauta, houve a intervenção do DIEESE, sobre o salário mínimo real x salário do A. Social. Nesta oportunidade, a categoria deliberou pela filiação do SINDASP ao DIEESE.

Quanto ao 3º ponto, a companheira A.S. Fabiana P.M. Scherer (membro da comissão eleitoral nacional), passou os últimos informes sobre as eleições que ocorrerão nos dias, 09, 10 e 11 de dezembro para a ANAS. Os detalhes de como se procederão às eleições serão definidos pela comissão eleitoral estadual e repassados à categoria em boletim próprio e em assembleia a ser realizada no dia 28-11 do corrente.

Foram eleitos para compor a comissão eleitoral estadual, que acompanhará às eleições diretas da diretoria da ANAS as seguintes companheiras:

Presidente – Marcia Godoy Marks
Secretaria – Gisiele Meireles (com direito a voz e não a voto)
Representantes da Chapa 1
ANAS A NOSSA FEDERAÇÃO
Sonia Maria de Miranda
Jorgina Maria de Silva
Representante da Chapa 2
UNIDADE NA ANAS
Marisa G. do Nascimento
Desse Maria Berno

Nesta assembleia ainda foram formadas comissões de Saúde, Divulgação, Seminários e Cursos e comissão de Estatuto. Procure se informar sobre as comissões e venha participar conosco!

SINDICALIZE-SE
FORTELEÇA SEU SINDICATO, PARTICIPE DAS
ASSEMBLEIAS, REUNIÕES E COMISSÕES!

atenção

1ª Com Assistentes Sociais da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha e SESA.
PAUTA:
1. Discussão e aprovação sobre o Acordo Coletivo da Categoria;
2. Discussão sobre o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde.
DATA: 20.11.87
HORÁRIO: 16:00 horas
LOCAL: DESPAR – Rua: Cruz Machado, 66 - 10ª andar

ASSEMBLÉIA GERAL ESTADUAL

DATA: 28.11.87
HORÁRIO: 14:00 horas
LOCAL: FESPAP – Rua: Cruz Machado, 66 10ª andar
PAUTA:
1. Poder executivo x Condições de Vida (qual o papel do Assistente Social nesta problemática)
2. Fivção Organizada do SINDASP para o exercício/88.
3. Informes sobre as eleições diretas da Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais.
4. Avaliação e Encaminhamento.

REGULAMENTAÇÃO

12 e 13.09.87: Encontro CFAS/ CRAS: 1ª discussão sobre a emenda: Encaminhamentos – Moção de apoio a emenda do Constituinte Bráulio Monteiro, que estabelece o princípio genérico do livre exercício profissional. – Articulação com as demais categorias. – Divulgação na imprensa.

26.09.87: Reunião de Conselho Pleno do CRAS: Encaminhamentos: Articulação de um encontro com as demais categorias, para discutir uma proposta de luta em conjunto - Reunião Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba/ Sindicato/ CRAS/ Estudantes e Professores.

08.10.87: Reunião entre CRAS/ Sindicato/ PUC/ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba/ Sindicato dos Jornalistas/ Sindicato dos Psicólogos. Encaminhamentos: – Marcar uma coletiva na imprensa, para divulgar o movimento. – Fazer contato com as demais categorias.

15.10.87: Coletiva com a imprensa: CFAS – CRAS – Sindicato dos Assistentes Sociais – Sindicato dos Psicólogos – Conselho Regional dos Economistas

23.10.87: Reunião com as demais categorias. Encaminhamentos: – Conscientização dos parlamentares do Estado, através de reuniões, cartas, contatos pessoais, junto à Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores. – Envio de documentação às demais categorias.

06.11.87: Assembleia do Sindicato: – Com a participação de 68 Assistentes Sociais, definiu-se envio de aerogramas pela categoria, aos Constituintes do Paraná, como forma de pressão à aprovação da emenda. Texto do aerograma: Solicitamos empenho manutenção artigo regulamentação profissional. (nome Assistente Social. – Endótipo: Congresso Nacional - 70160 – BRASIL/DF – Relação dos Constituintes do Paraná.

– Relação dos Constituintes do Paraná:
Dep. Alairton Abid
Sen. Afonso Camargo
Dep. Ailton Cordeiro
Dep. Alcin Guerra
Dep. Antonio Ueno
Dep. Bráulio Villari
Dep. Borges da Silveira
Dep. Darcy Deltos
Dep. Dionísio Dal Pra
Dep. Ervin Bonifácio
Dep. Euclides Scalco
Dep. Fello Duque
Dep. Jacyr Scaenaglia
Dep. José Carlos Martinéz
Dep. Jovani Mazini
Dep. José Richa
Dep. José Tavares
Dep. Matheus Iensen
Dep. Matteo Leão
Dep. Maurício Fruet
Dep. Max Rosemann
Dep. Maurício Nasser
Dep. Nelson Friedrich
Dep. Nelson Squaredo
Dep. Osvaldo Macedo
Dep. Paulo Pimental
Dep. Renato Bernardi
Dep. Renato Johnson
Dep. Sandrin Furtado
Dep. Sérgio Spada
Dep. Teófilo França
Dep. Waldi Pugliesi
Sen. Leite Chaves

* O que é ANAS?

A ANAS, Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais é uma entidade Nacional que congrega 27 Entidades Sindicais de todo o país. Criada em 1.983 na 1ª Assembleia Nacional realizada em Salvador - BA. A 2ª diretoria foi eleita, através da Assembleia Nacional realizada em Diadema - S.P. próxima diretoria da ANAS será eleita através do voto livre, direto e secreto. A ANAS desenvolveu uma luta que envolveu a grande maioria dos Assistentes Sociais, "A luta pelo Salário Mínimo Profissional"

ELEIÇÕES DA ANAS

DATA: 09/10/11 de dezembro de 1987
HORÁRIO: Das 9:00 às 21:30 Horas.
Local de votação: Nos Sindicatos e APAS
QUEM VOTA? - Todo Assistente Social sindicalizado até 08 de setembro (data de publicação do estatuto para as eleições da ANAS), e quitas com a tesouraria do Sindicato.
QUORUM: - Um quorum nacional de 1/3 dos Assistentes Sociais aptos para votar (1º acatado) 1/4 em 2º acatado realizado em até 90 dias após a 1ª convocatória.
CHAPAS INSCRITAS - CHAPA 1- ANAS É A NOSSA FEDERAÇÃO
CHAPA 2- UNIDADE NA ANAS.
ASSISTENTE SOCIAL, exerça seu direito.

VOTE!
Obs: O Sindicato procurará encaminhar as cartas programadas das duas chapas para conhecimento da categoria.

Fonte: Cópia dos materiais históricos da APASP novembro/1987, CRESS/PR.

Realizou-se reunião da diretoria com os representantes do Conselho da ANAS e Delegados sindicais. Inicialmente,

[...] foram repassados os informes gerais quanto à participação do sindicato nos movimentos dos trabalhadores e também nos acordos coletivos. Discutiu-se sobre a estrutura, organização e participação dos conselheiros da ANAS, o papel dos mesmos na ANAS, no sindicato, e com a categoria de maneira geral. Verificou-se que há a necessidade de aprofundar a discussão sobre a nova estrutura sindical, após a constituinte. Tirando como proposta a realização de um Encontro. (SINDASP, 1988, p. 108).

Chegando ao final da gestão, as discussões estavam direcionadas para a composição de uma nova chapa para nova diretoria do SINDASP, sendo identificado nos documentos que houve uma reunião da Regional Sul da ANAS, onde a presidenta [...] Elza e Fátima expuseram a respeito da tese que fala a respeito da sindicalização por ramo de atividade ou não, e também sobre a criação de uma entidade única. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 17, p. 21 de 26/06/1989; linhas 13 a 16), sendo definido que as discussões sobre o tema, devido a efervescência da discussão a nível nacional, seriam aprofundadas no Estado a partir da próxima gestão.

Assume a **3ª diretoria do SINDASP no período de 1989/1992 prorrogado até 1993**, registrada como chapa única identificando-se como “A Unidade é Nossa Força”²⁵, foi eleita por meio de assembleia realizada no dia 27/07/1989 com a participação de 89 (oitenta e nove) associados aptos a votar, ocorrendo de forma presencial ou por intermédio de correspondência, representada deste modo pela *Presidente*: Elza Maria Campos; *Diretores Efetivos*: Darli Bengeh; Rosemeri Ferreira Baptista; Maria de Fátima Ferreira; Sueli de Castro Preidm; Maria de; Fátima Pimentel; Cristina C. Vilanova. *Diretores Suplentes*: Cleís Marques de Oliveira; Beatriz Regina Pualin; Ester Madalena Bento; Jucimara G. Pereira; Yolanda Aparecida Demetrio; Edite Terezinha da Rocha; Marisa Goetel Nascimento; *Conselho Fiscal*: Terezinha Marfurte; Rosalina Bergamo; Lucilani A Pereira; *Suplentes do Conselho Fiscal*: Zelia Maria de Matos; Miriam Zampire Santos; Roni Enara Rodrigues conforme Ata Geral de Apuração.

Desta gestão foram localizadas 53 (cinquenta e três) atas (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 22 de 27/07/1989 a Ata nº 75 de 20/11/1990 com sequência na Ata nº 01 de 05/12/1990 e Ata nº 15 de 17/06/1991²⁶ e sequência inicia-se com a Ata nº 16 de 14/04/1992 e como foi uma diretoria de continuidade, ou seja, com poucas alterações de seus membros, seu plano de trabalho também segue a mesma lógica que até então estava sendo proposta de estabelecer os acordos coletivos junto às instituições com assistentes sociais em seu quadro funcional, aprofundar as atividades sindicais no interior, com

[...] assessoramento direto aos delegados sindicais estabeleceu-se que: Foz do Iguaçu - Rosimeri e Sueli; Ponta Grossa - Iolanda; Francisco Beltrão e Pato Branco - Zélia e

²⁵ Cópia de documentos históricos do SINDASP/CRESS/PR, Carta Programa da Chapa que concorre a Gestão do SINDASP para Gestão 1989/1992 “Unidade é a Nossa Força”

²⁶ Entre as datas 17/06/1991 até 14/04/1992, as atas não foram localizadas.

Elcia; Maringá - Cleis; Campo Mourão - Marcia e Rosimeri; União da Vitória - Roni e Cleis; Paranaguá - Edite e Beatriz. (SINDASP, 1989, p. 29).

Sendo importante destacar que a organização política da categoria profissional neste período, apesar de estar centrada na capital do Estado, buscou estabelecer espaços de organização com representatividade no interior do Estado, nem sempre com êxito, buscando estabelecer um canal de comunicação e unificação das lutas. Dentre as pautas de discussão descentralizadas, eram sobre maior conhecimento sobre as atribuições do sindicato, pautas de luta nacional em especial sobre as mudanças da organização sindical neste período histórico, como também as demandas locais.

Além disso, esta gestão já vinha apresentando problemas de funcionamento da entidade por falta de recursos buscou fazer um trabalho mais próximo com a base para trazer maior número de filiados e ampliar a discussão sobre os rumos da reorganização sindical no país e maior participação da categoria na efervescência do movimento sindical, sociais e políticos no período de constituinte²⁷ no país.

Em abril de 1993, cinquenta Assistentes Sociais reunidos no Encontro Estadual realizado em Curitiba discutiram a continuidade ou não do SINDASP. Decidiu-se pela continuidade por mais uma gestão de 3 anos, a qual teria o compromisso histórico de levantar novamente a discussão a respeito da transitoriedade. Definindo-se nesta ocasião que a finalização desta discussão se daria em um Congresso Estadual. (Cópia do Relatório Processo de Extinção do SINDASP, protocolo nº 4566 CRESS/PR, p. 06, acesso em 06/03/21)

A diretoria do SINDASP, retoma em 17 de fevereiro de 1990, as discussões sobre a nova forma de organização sindical,

[...] procedeu-se às considerações sobre a realidade do movimento sindical no país na perspectiva da nova estrutura sindical. Frente a isso alguns questionamentos foram levantados, tais como: a) diante da pouca participação da nossa categoria, como conquistar a participação ou fazer campanha de filiação e estimular a inserção dos assistentes sociais em sindicatos por ramo de produção ou atividade afins; b) que posições tomar frente aos acordos coletivos com outros sindicatos corporativos; c) qual será a organização de representação dos assistentes sociais no país; d) questão financeira é fundamental, como solucioná-la. (SINDASP, 1990).

Após discussão tirou-se o posicionamento de que a luta do SINDASP deverá continuar na perspectiva de organização por ramo de produção ou atividades afins. Este posicionamento será divulgado à categoria no editorial do próximo jornal. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 41, p. 49 de 17/02/1990 linha 06 a 21).

²⁷ Foi instalada uma Assembleia Nacional Constituinte no Congresso Nacional em Brasília, no período de 1987-1988 para elaboração de uma nova Constituição Federal democrática no Brasil, após 20 anos de Ditadura Militar.

Esta gestão apesar de que nos documentos apresentar momentos de contrariedade com posicionamentos da gestão anterior da ANAS, reforça o reconhecimento influenciado pelo momento político em que passa o movimento sindical atualmente e por haver pouca clareza da categoria e diretoria sobre a questão da transitoriedade, contamos com a participação especial do advogado do SINDASP, Sr. Claudio Ribeiro, o qual versou sobre o tema transitoriedade e como isso vem acontecendo em outras categorias. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 42, p. 50 de 17/02/1990 linha 12 a 28).

Após este debate, discutiu-se sobre a finalidade e importância de nossa entidade nacional - ANAS, bem como o papel do Conselho de representantes, refletiu-se sobre a relação SINDASP e ANAS na gestão passada e a necessidade de maior aproximação e reforçar a luta dos assistentes sociais, juntamente com os demais trabalhadores a nível nacional. Avaliou-se a não atuação das conselheiras da gestão passada, a qual foi justificada pela falta de recursos e de estímulo para participar. Assim, sugeriu-se o critério de disponibilidade e comprometimento para as pessoas que se candidatarem para o conselho de delegados da ANAS. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 42, p. 50 de 17/02/1990 linha 12 a 28), porém não há registros sobre representação do SINDASP na diretoria da ANAS.

Sobre as finanças colocou-se que o SINDASP continua em situação delicada, [...] Elza e Cleis usam dinheiro próprio para custeio da entidade, quanto ao envio de correspondência e pagamento da funcionária. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 44, p. 52 de 05/03/1990 linha 14 a 18).

Sendo observado que a Gestão continuava não conseguindo participar das reuniões regionais e ou nacional da ANAS, expressando um distanciamento das discussões neste momento sobre a organização sindical por ramo,

[...] discutiu-se sobre a resposta ao ofício encaminhado pela ANAS, onde coloca que a não participação do SINDASP, na reunião da Região Sul da ANAS em Março deste ano, se deu por motivo político e não problemas financeiros como foi avisado pela companheira Ester. Considerou-se fundamental o encaminhamento de correspondência à ANAS, bem como a participação da Ester a fim de se esclarecer esta situação. (SINDASP, 1990, p. 75).

Os documentos expressam a preocupação em várias reuniões da diretoria sobre acreditar que o caminho é fortalecer o sindicato por ramo de atividade, considerando que “[...] os sindicatos por ramo de atividade também são atrelados, alguns só tem discurso e muitos deles são ‘pelegos’” (SINDASP, 1990, p. 75) e “[...] para Fátima a transitoriedade tem problemas de cooperativismo. É importante se fazer discussões amplas; se fortalecermos os sindicatos fortalecemos o movimento sindical” (SINDASP, 1990, p. 75).

Darli também considerou importante trabalhar com os sindicatos por ramo de atividade, chamando os assistentes sociais a participar a fim de favorecer a formação de quadros e fortalecer o movimento sindical. (Cópia de materiais históricos Volume I, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 01, p. 2 de 08/12/1990; linhas 40 a 58) e argumentam que com a falta de participação dos assistentes sociais nas assembleias coletivas não seria um movimento esvaziado para iniciar um processo de transição no Estado naquele momento.

Considerando que não foi localizado as atas no intervalo entre as datas de 17/06/1991 até 14/04/1992 conforme cópia do Boletim Eleitoral nº 2 - Julho de 1993 - Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Paraná, ocorre um novo pleito de eleição do SINDASP, sendo uma única chapa candidata, a qual se identificou como “Para não Calar” e após um ano de mandato, adota uma complementação em sua identificação, passando a ser nominada como “Para não Calar... mas para Refletir”, sendo importante destacar que no período de pré-inscrição das chapas, o SINDASP realizou Assembleias Regionais nas cidades de Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Curitiba, com participação ínfima dos profissionais assistentes sociais e em Junho de 1993 após a realização de uma eleição que contou com 80 (oitenta) assistentes sociais aptos a votar.

Diretoria foi formada com 14 (quatorze) membros e Conselho Fiscal composto por 6 (seis) membros assumem **a 4ª Gestão do SINDASP no período de 1993/1996**, sendo composta por Diretoria Efetivos: Presidente: Ariane Carvalho; Secretário Geral: Marco Antonio da Rocha; Tesoureira geral: Neila Sperotto; Diretora de Formação Sindical: Marilena Silva; Diretora de Imprensa e Comunicação: Elinete do Rocio Domingues dos Santos; Diretora de Assuntos Acadêmicos: Marly Batista de Oliveira; Diretora de Assuntos Internacionais: Maria Cristina M. da Luz; Diretoria Suplente: Vice-Presidente: Eliane M. O. P. Souza; 1ª Secretária: Noêmia da Silva Carvalho; 1º Tesoureiro: Marcos Cristovão L. de Carvalho; Diretora de Formação Sindical: Ayrma do R. Klein; Diretora de Imprensa e Comunicação: Aparecida do R. Costa; Diretora de Assuntos Acadêmicos: Maria Aparecida dos Santos; Diretora de Assuntos Internacionais: Elza Maria Campos; Conselho Fiscal - Efetivos: Joana Dárc Coladel; Maria de Lurdes Capistrano; Antonieta Macchione; Conselho; Fiscal - Suplentes: Maria José de Andrade; Lizabete de F. Fracaro; Maria Alice Alves.

Figura 7 - Boletim Eleitoral nº 02 - Julho/1993

BOLETIM ELEITORAL - Nº 02 - JULHO/93
SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ
Rua Marechal Deodoro, 252 - 11º andar - sala 1.103

SELO

EDITORIAL

Após a realização do Encontro Estadual de 15 e 16 de abril do corrente e o posicionamento dos Assistentes Sociais presentes no evento, em dar continuidade e fortalecer o SINDASP, foram convocadas as eleições para a 3ª gestão do Sindicato. Ocorrerão no dia 27 de julho do corrente, conforme orientação do Conselho Eleitoral, através da Assembleia do dia 26 de julho.

Estas eleições ocorrem em um momento difícil da vida do nosso povo, que a cada dia passa, sofre as investidas das elites brasileiras, aliadas ao capital financeiro internacional. Exemplo disso são as privatizações das empresas estratégicas. Em nosso estado a Ultrapar foi privatizada mesmo com a resistência dos trabalhadores e as denúncias de falcatruas na CPI.

Outro exemplo é o corte nos investimentos na área social e o posicionamento do PM no Brasil. Fernando Henrique Cardoso, que de todas as formas está articulando para impedir que o reajuste mensal dos salários seja aprovado no Senado.

Uma luta importante para a nossa categoria, neste momento, é a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social, que garantirá a assistência e o resgate à cidadania.

O SINDASP convida a todos Assistentes Sociais para a Reunião Ampliada que acontecerá no dia 15 de julho, às 18 horas, para tirar delegados à Plenária Estadual da CUT, que acontecerá nos dias 31 de julho e 01 de agosto.

INSCRITA A CHAPA "PARA NÃO CALAR" PARA A 3ª GESTÃO DO SINDASP

A chapa "PARA NÃO CALAR", através de sua campanha, encaminhará à categoria sua plataforma de trabalho. O SINDASP, apresenta neste boletim extra o resumo de suas propostas.

ANÁLISE POLÍTICA

Depois de uma eleição presidencial colada pela mídia três congelamentos, um confisco, uma troca de Constituição, um impeachment, outro vice no governo, e finalmente uma cartada dos poderosos (feministas) que chamaram para conduzir os rumos da economia do país um professor de féla diplomática e conduta tibial que "preocupado com o social" passou a dar continuidade ao processo de privatização, doando a particulares "bem intencionados" as Siderurgias Estatais, a nossa Ultrapar, e o que é pior ainda, fala-se em privatizar a Petrobrás, a Eletrobrás, a Telebrás, o Porto de Paranaguá. E, nos Assistentes Sociais, não somos parte desta sociedade que vem sendo lesada em seu patrimônio público?

Abre-se o jornal e a explicação para as privatizações é o envolvimento da máquina estatal que permitiria o investimento de recursos nos programas sociais. Mas fica evidente que estes recursos não estão sendo aplicados pois a fome é uma realidade cada vez mais gritante (fome de saúde, alimentação, educação, habitação), fome de que os direitos de cidadania sejam respeitados, a inflação ultrapassa os 20%, cortes nos gastos públicos em geral, principalmente nos programas sociais, mas nenhum corte no pagamento dos juros das dívidas públicas.

E quando tudo é fundamental para garantir uma nação independente e soberana estiver nas mãos dos magnatas poderá ser tarde para resistir.

E, nós Assistentes Sociais, vamos esperar isto acontecer?

Portanto é necessário pensarmos na realidade que aí está e retomarmos a visão de que o Assistente Social nada tem a ver com política e sindicato. Percebemos que sem política, sem organização, nossos projetos serão inviáveis e não poderemos superar esta sociedade que aí está.

QUESTÃO SINDICAL

O movimento sindical brasileiro, tem refluído em suas lutas, em função também da implementação da política neo-liberal, que aprofunda as condições de miséria e desemprego dos trabalhadores. As entidades sindicais tem pouco conseguido lutar contra esta nefasta política. O SINDASP, inserido neste quadro passa também por dificuldades de mobilização. A próxima diretoria, se referendada pela categoria, propõe-se a lutar contra e contará com o engajamento dos trabalhadores Assistentes Sociais, que no Encontro Estadual posicionaram-se por ampla maioria dar continuidade ao Sindicato e lutar por seu fortalecimento.

PROPOSTAS DE LUTA

- 1 - Defesa e engajamento nas lutas do povo brasileiro
- ao lado do povo oprimido, por um país justo,
- contra o neo-liberalismo,
- não privatização das empresas estatais estratégicas;
- não a revisão constitucional,
- defesa da democracia, soberania nacional e cidadania;
- 2 - Apoio aos demais movimentos dos trabalhadores (das mulheres, dos negros, índios, crianças e adolescentes e outros);
- 3 - Organização por local de trabalho (eleição de representantes ou delegados sindicais);
- 4 - Promoção de cursos de formação sindical e de atualização profissional;
- 5 - Defesa e luta por um piso salarial e carga horária de 06 horas de trabalho para os Assistentes Sociais;
- 6 - Estimular a participação estudantil junto ao Sindicato, aproximação com os Departamentos dos cursos de Serviço Social;
- 7 - Por mais participação do SINDASP e da categoria nos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho;
- 8 - Defesa das Políticas Sociais - pela aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social;
- 9 - Reformulação do Estatuto;
- 10 - Maior integração da categoria dos Assistentes Sociais, realizando atividades culturais e de lazer.

CHAPA ÚNICA - SINDASP "PARA NÃO CALAR"

Diretoria - Efetivos

Alicia Carvalho - Presidente
Marco Antonio da Rocha - Secretário Geral
Nelia Sperotto - Tesoureira Geral
Marliana Silva - Diretora de Formação Sindical
Elinete do Rocio Domingues dos Santos - Diretora de Imprensa e Comunicação
Mary Batista de Oliveira - Diretora de Assuntos Acadêmicos
Marta Cristina M. da Luz - Diretora de Assuntos Internacionais

Diretoria - Suplentes

Elaine M. O. P. Souza - Vice-presidente
Nádia da Silva Carvalho - Primeira-Secretária
Marta Cristina L. de Carvalho - Primeira-Tesoureira
Ayrma do R. Klein - Vice-diretora de Formação Sindical
Aparecida do R. Costa - Vice-diretora de Imprensa e Comunicação
Marta Aparecida dos Santos - Vice-diretora de Assuntos Acadêmicos
Eiza Maria Campos - Vice-diretora de Assuntos Internacionais

Conselho Fiscal - Efetivos

Joana D'Arc Colaciel
Marta de Lúcia Capistrano
Antonieta Máchione

Conselho Fiscal - Suplentes

Maria José de Andrade
Lizabete de F. Fracaro
Marta Alice Alves

Fonte: Cópia do Boletim Eleitoral nº02 de Julho de 1993

Esta gestão pesou a responsabilidade de aprofundar discussões junto a categoria profissional e deliberar na capital com o envolvimento do interior do Estado sobre a decisão de dar continuidade ao processo de transitoriedade e definir pela extinção ou não das atividades sindicais do SINDASP, passando a incorporar as lutas gerais da classe trabalhadora, através da inserção nos sindicatos por ramo de atividade econômica. Para esta contextualização, teve-se acesso apenas a cópia do dossiê/relatório que descreve o processo de extinção do SINDASP, material do CRESS/PR protocolo nº 4566²⁸, sendo

²⁸ Autores: Marco Antonio da Rocha, Secretário Geral do SINDASP. Com a colaboração dos demais membros da Diretoria / Gestão 93-96 e alterações propostas pela plenária da Assembleia Geral realizada ao final do IV CONEAS.

aqui apresentado um resumo do conteúdo deste material para melhor compreensão e análise deste período que marcou os novos rumos de luta da categoria profissional do Estado do Paraná.

A partir do movimento nacional, iniciado com a orientação da CONCURT (1986), já prevendo esse gradual e ao que parece inevitável enfraquecimento dos sindicatos por categoria profissional recomendou que,

[...] iniciassem um processo de consulta às bases sobre a necessidade de se realizar a transitoriedade, com a extinção dos sindicatos por corporações e a filiação dos trabalhadores aos sindicatos por ramo de atividade, que permitem a formação de uma efetiva classe trabalhadora, por reunir trabalhadores das mais variadas formações profissionais. (SINDASP, 2005).

A organização político-sindical dos e das assistentes sociais, vincula-se diretamente aos interesses gerais da classe trabalhadora, não ocorrendo de forma deslocada do *novo sindicalismo* que contribuiu de forma decisiva para transformação da dinâmica política em âmbito nacional, concebendo uma estrutura sindical forte e independente com relação ao Estado na direção de enfrentamento a exploração sem precedentes do capital. Neste sentido,

[...] Diretoria e os Assistentes Sociais do Paraná que atenderam as inúmeras convocações, deram um basta a um sindicato cartorial, atrofiado e inerte, cuja existência, ao invés de mobilizar, contribuía para acomodação de profissionais que imaginavam estar sob a proteção de um sindicato idealizado, que na realidade tornou-se inviável justamente por este tipo de cultura sindical que herdamos do populismo Getulista. (SINDASP, 2005).

Os e as Assistentes Sociais do Estado do Paraná, assim como outros Estado de norte a sul do país, esforçaram-se para levar as discussões para suas bases locais se empenhando para construção de uma nova estrutura sindical, baseada na compreensão de que continua sendo necessário a defesa de espaços que defendam os interesses específicos dos e das assistentes sociais, como condições de trabalho e salário. Todavia, também era necessário inserir-se às lutas do conjunto da classe trabalhadora presente numa conjuntura política nacional e internacional (CARDOSO, 2016).

Neste momento que era necessário a “[...] inserção de todas as categorias profissionais como membros efetivos na luta empreendida pela classe trabalhadora é condição “sine qua non” para que se verifique alguma transformação na triste realidade que vive o nosso país”. (Cópia do dossiê “SINDASP- Processo de Extinção”, CRESS 11ª Região sob o protocolo nº 4566).

Deste modo, conforme cópia da edição do Jornal do CRESS de Abril/1994 - “Aconteceu”, informa que durante os dias 18 e 19 de Março de 1994, realizou-se o Encontro Estadual de Trabalhadores e Estudantes de Serviço Social, promovido pelo Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná - SINDASP, onde os participantes debateram a prática do Serviço Social em diferentes conjunturas institucionais, sua configuração histórica e a mediação na relação do Estado com a sociedade civil, tendo como subsídio,

para a discussão, a experiência concretizada em 25 municípios do Paraná, coordenada pela Professora Odária Battini. Ao chamar a categoria para um Encontro Estadual, a direção do SINDASP buscava uma aproximação com sua base sindical, a fim de sentir as expectativas e, também expor as condições de atuação que se apresentam neste momento com relação a assumir a posição de extinguir o sindicato e incorporar a organização sindical de classe.

A diretoria avalia que a representatividade dos profissionais sindicalizados, repetiu-se na resposta a esse chamado, ou seja, foram 82 inscritos, destes apenas 12 eram sindicalizados. Também vê que, felizmente, a nova geração se mostra mais ansiosa pela articulação e organização da categoria, sendo eles significativamente representados neste encontro: mas do total de participantes, 35 eram estudantes.

A oportunidade de estar com a professora Odária Battini foi, sem dúvida, uma feliz estratégia para renovarmos o nosso ânimo e antever dias melhores para os rumos, enquanto profissionais e enquanto classe trabalhadora.

No Boletim Informativo do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná de junho/94 foi apresentado um quadro comparativo que indica a contribuição numérica dos trabalhadores habilitados ao serviço social do Paraná, sua ligação aos órgãos de classe e sua contribuição aos momentos particulares da organização sindical.

Quadro 1 - Quantitativo de trabalhadores associados no Serviço Social em 1994

Descrição	Quantitativo
Assistentes Sociais inscritos no CRESS 11ª Região	2.115
Assistentes Sociais Filiados ao SINDASP	615
Filiados quites com o SINDASP	266
Filiados votantes na última eleição do SINDASP	80
Composição da Diretoria na Posse - Gestão "Para não Calar"	20
Quadro atual de Diretores exercendo o mandato	5

Fonte: Cópia do Relatório Processo de Extinção do SINDASP, protocolo nº 4566 CRESS/PR (SINDASP, 2005).

Este quadro representa o retrato do processo de enfraquecimento da organização político-sindical dos e das assistentes sociais no Paraná, considerando que no ano de 1994 o SINDASP conta com 615 (seiscentos e quinze) filiados em comparação com os 2115 (dois mil cento e quinze) inscritos no CRESS/PR, como também da própria diretoria que inicia sua gestão em 1993 com 20 (vinte) membros da gestão, porém em 1994 conta com apenas 5 (cinco) membros exercendo o mandato.

Este movimento de esvaziamento do sindicato para além das próprias dificuldades de organização financeira, estrutural e de participação desde sua criação, após a Constituição Federal de 1988 o serviço

público pode se organizar por meio de sindicatos, grande parte dos assistentes sociais do Estado, inclusive da própria diretoria do SINDASP como demonstra o resultado da pesquisa no Gráfico 7 no segundo capítulo deste trabalho, em que 93% (noventa e três) da categoria profissional já estava inserida em sindicatos de servidores públicos vinculados aos locais de trabalho, inclusive compondo diretorias ou militantes de base.

Neste contexto, a diretoria do SINDASP, com base na análise do quadro 1, sugere: 1º. Rediscutir a continuidade do Sindicato, 2º. Possibilidades de recomposição do quadro Diretor bem como mecanismo de mobilização da categoria e retomar o debate acerca destas questões e o objetivo das Assembleias Regionais, preparatórias ao Congresso Estadual/94 - Deliberado pelo Encontros Estaduais 93/94.

E com base na descrição da cópia da edição do Jornal do CRESS em julho de 1994 publicação que antecedeu o IV CONEAS, Tema: “Os assistentes sociais do Paraná (re) discutem sua forma de organização sindical”, o SINDASP, organizou um processo de discussão com sua base, que deverá conduzir a um posicionamento frente à situação vivida hoje pelo sindicato. Este processo de discussão estrutura-se a partir das Assembleias Regionais convocadas para Ponta Grossa (23/06/1994), Londrina (02/07/1994), Maringá (01/07/1994), e Curitiba (18/07/1994). Estas assembleias foram preparatórias para o IV Congresso Estadual do Assistentes Sociais, que deverá ser realizado em Curitiba no dia 27/08/94.

Sobre a necessidade de discussão da atual organização sindical dos Assistentes Sociais do Paraná, a direção do sindicato avalia dois fatores intimamente ligados entre si, a ausência de recursos (humanos e materiais); sofrida pelo SINDASP aliada ao esvaziamento de seus quadros diretivos e baixo índice de participação da categoria, e os dilemas colocados pela conjuntura econômico-social que vivemos, que pode estar nos apontando para a necessidade de repensarmos em formas de superarmos o atual modelo sindical corporativo e que devem ser discutidas e aprofundadas em nosso Congresso, por um lado, a que se refere às alternativas reais e concretas que podem ser operacionalizadas com vistas a superação da crise vinda pelo nosso atual modelo de sindicato que reafirmamos radica-se em problemas específicos da organização das Assistentes Sociais, e em problemas colocados pelo atual estágio do capitalismo em nosso País e Estado. Por outro, e não menos importante que a primeira, a questão que se reporta às perspectivas de nova inserção sindical dos Assistentes Sociais na casa plenária do Congresso aponta no sentido da dissolução do Sindicato.

Argumenta-se ainda que um dos problemas a serem resolvidos caso se opte pela adoção da segunda via acima descrita está na resolução do dilema colocado pela indagação acerca de qual entidade deveria responsabilizar-se pelo espólio da representação sindical dos Assistentes Sociais. A possibilidade de ser analisada é a da absorção dos Assistentes Sociais, pelos sindicatos majoritários, (que organizam os trabalhadores por ramos de atividade), estratégia que, ao mesmo tempo que responderia aos momentos

alternados de crise vividos pelos atuais sindicatos por categoria, poderia reforçar a capacidade de luta e de respostas aos interesses dos trabalhadores por parte dos sindicatos majoritários.

Salienta-se a impossibilidade da transferência da responsabilidade de representação sindical dos Assistentes Sociais para o CRESS, por restrições legais e do papel específico atribuído pela categoria e sociedade aos Conselhos Regionais.

A promoção de um amplo momento de discussão com a base da categoria justifica-se pela nossa concordância com a tese da colega Maria de Fátima, apresentada ao VII CBAS em 1992: “[...] não se cria, sem se acaba com entidades sem uma análise da sua história, da sua realidade atual e de seu rumo”. (VII CBAS, p. 138).

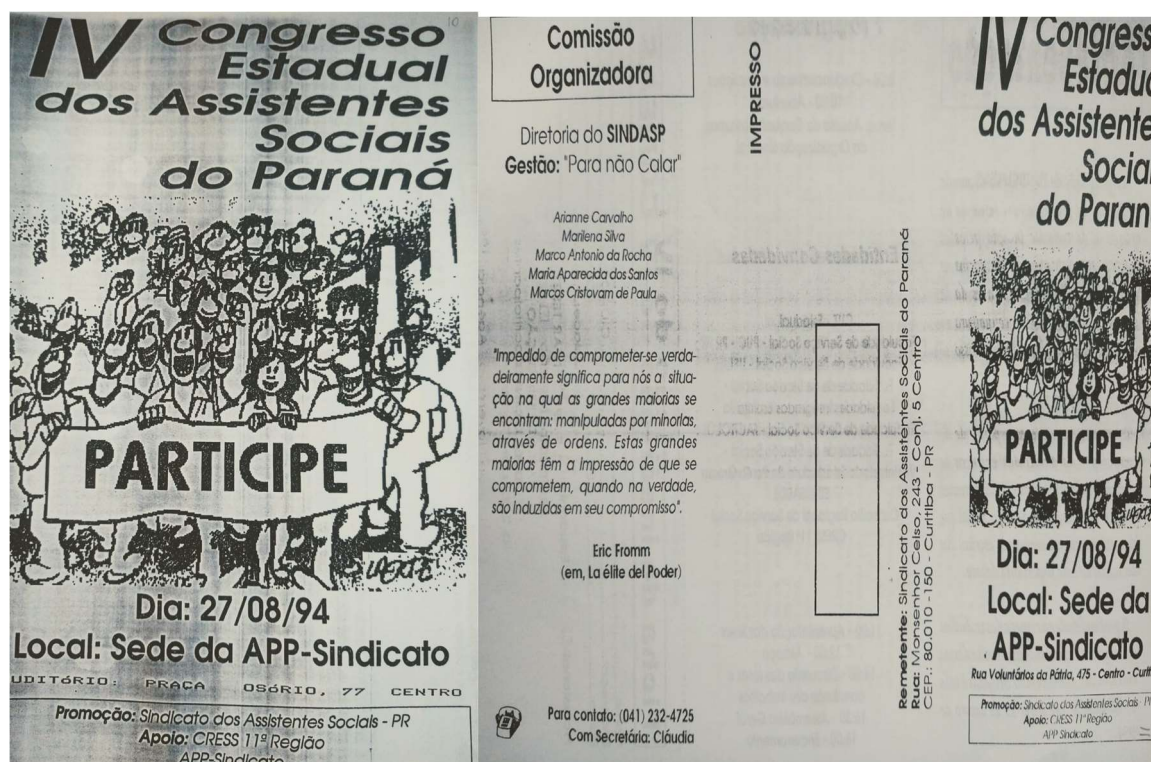
Sendo no IV CONEAS²⁹, cujo objetivo discutir e chegar a deliberação acerca da situação do SINDASP na atual conjuntura, e cuja obrigação histórica é apontar caminhos consequentes para a continuidade da luta sindical dos assistentes sociais do nosso Estado, que deverão ser frutos de um debate necessariamente democrático e participativo, deliberando-se a proposta de dissolução do Sindicato face à situação vivida ou da retomada da luta com novo ânimo e vigor, e é claro, com novas estratégias de aproximação e de provocação da base para participar das atividades e lutas propostas pelo sindicato.

Deste modo foi apontado pela Diretoria que:

1. o assistente social se reconhece como trabalhador, inserido na divisão técnica do trabalho, o que exige que sejam repensadas suas formas de organização;
2. aproveitando a rica experiência acumulada pelo Movimento Sindical Brasileiro nas últimas décadas, concluímos que a estratégia de organização dos trabalhadores, politicamente correta, na atual conjuntura é a organização dos profissionais em sindicatos por ramo de atividade ou por local de trabalho, de acordo com a realidade de cada profissional;
3. finalizando, devemos frisar que a “extinção” do sindicato dos assistentes sociais do Paraná não se justifica pela não participação dos assistentes sociais no sindicato, mas sim em função do reordenamento na organização dos trabalhadores, exigida pela atual conjuntura, que foi exposta na tese que fundamenta nossa discussão. (SINDASP, 2005).

²⁹ IV Congresso Estadual de Assistentes Sociais do Paraná que aconteceu em 27/08/94 teve como objetivo de propiciar um momento de reflexão e de tomada de posição pelos assistentes sociais em relação a sua forma de organização sindical, através da análise da questão à luz da conjuntura sócio-político-econômica vivida pelo nosso país. (Cópia do Folder impresso da programação do IV CONEAS)

Figura 8 - Folder de divulgação do IV Congresso Estadual dos Assistentes Sociais do Paraná



Fonte: SINDASP, 2005.

Deste modo, o SINDASP encerra oficialmente suas atividades em 27/08/1994, por deliberação em assembleia geral com a categoria profissional de assistentes sociais no Estado do Paraná passando a incorporar os sindicatos majoritários da classe trabalhadora, onde estavam vinculados seus espaços de trabalho, iniciando outro momento para organização sindical que acompanha a mesma lógica já vivenciada pela categoria profissional a nível nacional. Porém é importante destacar que o SINDASP encerra suas atividades sindicais, mas não oficializa sua extinção junto ao Ministério do Trabalho, por este motivo que as atividades são consideradas suspensas e não extintas, como consta nos documentos analisados.

4 PROTAGONISMO PROFISSIONAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: ASSISTENTES SOCIAIS NAS LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA NO ESTADO DO PARANÁ

Somente aqueles que têm um interesse vital na instituição de uma ordem social positivamente sustentável e, assim, em assegurar a sobrevivência da humanidade, podem realmente apreciar a importância do tempo histórico nessa conjuntura crítica do desenvolvimento social. (MÉSZÁROS, 2007, p. 23).

Este capítulo objetiva analisar o protagonismo profissional na luta de classes dos/as assistentes sociais no processo de organização político- sindical no Estado do Paraná nos anos de 1983 e 1994, identificando os limites e avanços históricos impostos em cada período histórico, que se configuram em particularidades no que diz respeito às escolhas pessoais, de formação profissional e a própria militância dos sujeitos pesquisados.

Considerando também que eram trabalhadoras e trabalhadores e dedicaram seu tempo de forma voluntária para as atividades do sindicato, como de outros espaços de luta por meio da participação em movimentos sociais e partidos políticos, caracterizando em um movimento de luta, que vai além da organização sindical da própria categoria profissional no Estado do Paraná.

Este movimento de organização da categoria, também envolve outros atores sociais e políticos de âmbito local, regional e nacional, os quais influenciam diretamente a força e organização da vanguarda, a qual mesmo vivenciando um cenário histórico de ditadura militar, não se conforma com a realidade posta e inicia através de um pequeno grupo de forma ainda tímida, uma associação profissional de assistentes sociais - APASP.

E um tempo depois com a participação cada vez maior de assistentes sociais, toma novas proporções na direção de formalização do sindicato profissional, avançando para um novo patamar de consciência não mais isolada e sim de classe, quando passa a se reconhecer como classe trabalhadora e que está inserido nas mesmas condições de exploração do trabalho dos trabalhadores em geral, que sob a compreensão da perspectiva marxista de que os seres humanos disputam e fazem a história sob as condições que lhe são dadas a cada momento da história.

Neste sentido, considerando que os sujeitos são os/as assistentes sociais que participaram como membros das diretorias do Sindicato de Assistentes Sociais do Paraná - SINDASP, no seu processo de criação em 1983 e posterior desativação das atividades em 1994, esta organização sindical compreende 4 (quatro) gestões, sendo representadas pelos cargos de presidente, secretário(a), tesoureira(o), seus respectivos suplentes e conselho fiscal, com pelo menos 6 (seis) representantes em cada diretoria, com um total de 68 (sessenta e oito) membros da diretoria.

Com a intenção de tornar o cenário adequado para responder ao objeto da pesquisa, estabeleceu-se um caminho metodológico para realiza o recorte da amostra, levando em consideração: a) membros

da diretoria que permaneceram mais de uma gestão no sindicato; a) membros da diretoria que fizeram parte da APASP de 1977 a 1983; b) membros da diretoria que fizeram parte o período de criação e suspensão do sindicato; c) membros que assumiram cargos de presidente do sindicato e d) assistentes sociais militantes de base.

Assim, após o estabelecimento dos critérios, chegou-se a uma amostra para realização da pesquisa de 58 (cinquenta e oito) membros, que fizeram parte das respectivas diretorias do APASP/SINDASP, sendo entrado em contacto via telefone, e-mail, redes sociais com 26 (vinte e seis) sujeitos e após o aceite foi possível realizar 14 (quatorze) entrevistas, sendo 11 (onze) membros natos da diretoria e do total 3 (três) entrevistados são sujeitos que vivenciaram o período na condição de militantes de base.

E sob este prisma a pesquisa apresenta a seguir os resultados que nos revelam alguns aspectos de quem são os sujeitos da pesquisa, como demonstra a Tabela 1, a qual se referente sobre as características socioculturais dos sujeitos como: 1.1 Faixa etária, 1.2 Gênero, 1.3 Cor da pele, 1.4 Naturalidade, 1.5 Município de residência, 1.6 Estado civil, 1.7 Possui filhos e a Tabela 2 do item 3.2 deste capítulo, apresenta as Características de Militância, através das variáveis apresenta: 2.1 Movimento Social, 2.2 Partido Político e 2.3 Movimento Sindical.

Os gráficos (01, 02, 03, 04, 05, 06, 07) contêm informações sobre Formação Profissional e a situação funcional dos/as assistentes sociais no momento da entrevista. Após a sistematização dos dados coletados na pesquisa, com base no total da amostra, que foi de 14 (quatorze) sujeitos entrevistados, revela-se uma diversidade concreta que caracteriza e nos aproxima dos sujeitos da pesquisa, deste modo elencamos alguns elementos importantes que se destacam na pesquisa a seguir.

Tabela 1 - Características socioculturais das(os) entrevistadas(os).

Variáveis	Entrevistados
1.1 Faixa Etária	
50 a 54 anos	(1) 8%
55 a 59 anos	(4) 28%
60 a 64 anos	(4) 28%
65 a 69 anos	(4) 28%
acima de 70 anos	(1) 8%
1.2 Gênero	
Feminino	(13) 93%
Masculino	(1) 7%
1.3 Cor da Pele	
Branca	(9) 64%
Preta	(2) 14%
Parda	(2) 14%
Amarela	(1) 8%
1.4 Naturalidade	

	Paraná	(12) 86%
	Outro Estado	(2) 14%
1.5 Município de Residência		
	Curitiba	(11)79%
	Londrina	(1) 7%
	Pontal do Paraná	(1) 7%
	Itapoã/SC	(1) 7%
1.6 Estado Civil		
	Casada (o)	(5) 36%
	Viúva (o)	(2) 4%
	Separada (o)	(1) 8%
	União Estável	(2)14%
	Solteira (o)	(4)28%
1.7 Possui Filhos		
	Sim	(9) 64%
	Não	(5) 36%

Na Tabela 1 referente às “características socioculturais dos entrevistados” chama a atenção que 12 (84%) dos sujeitos encontram-se na faixa etária entre 55 a 69 anos de idade, expressando uma variação quanto a idade, o que representa gerações que se diferenciam e se expressam no momento histórico de participação em cada período da gestão do SINDASP. Também, conforme o resultado do item 1.1 sobre o gênero foi expressiva a representatividade feminina, sendo 13 (treze) (93%) mulheres e apenas 1 (um) (7%) homem, demonstrando que a APASP/SINDASP foi majoritariamente constituída e representada por mulheres, que se fazem presente também na própria trajetória do Serviço Social enquanto profissão.

Conforme afirma Iamamoto,

Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a mulher na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do serviço social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, que renasce com vigor no combate ao último período ditatorial, em parceria com as lutas pelo processo de democratização da sociedade e do Estado no país (IAMAMOTO, 2001, p. 105).

Deste modo, o percurso do Serviço Social no Brasil foi um caminho no qual as mulheres em sua rica diversidade tiveram um papel predominante.

Quanto ao item 1.3 (Tabela 1), sobre a cor da pele, 9 (nove) (64%) profissionais se reconhecem como branca e 5 (cinco) (36%) como preta, parda ou amarela, remetendo a análise de que na história do Paraná, que segundo Felipe (2018), a memória oficial caracteriza a colonização do Estado pelos imigrantes europeus que chegam na segunda metade do século XIV. Porém, a identidade étnico-racial sempre esteve presente e tem uma grande importância na história do Paraná, sendo o Estado do Sul do Brasil com o maior número de população, preta, parda e amarela. No que se refere a população negra é

importante mencionar que se constituíram enquanto movimento de resistência e manutenção dos traços culturais que os identificam.

Sobre o item 1.4 (Tabela 1) referente a naturalidade, 12 (doze) (86%) dos entrevistados são de origem paranaense e residem em diferentes municípios no Estado do Paraná e do total entrevistados, em comparação com o item 1.5 (Tabela 1), sobre município de residência dos sujeitos 11(onze) (79%) afirmaram residir em Curitiba/PR. Demonstrando que a maior parte dos pesquisados residem há muitos anos na Capital do Estado do Paraná, como demonstra o relato da entrevistada Cleusa (2021): “[...] moro em Curitiba há uns 55 anos!”. Enquanto 2 (dois) (14%) residem em outras cidades do Estado e 1 (um) (7%) em Santa Catarina.

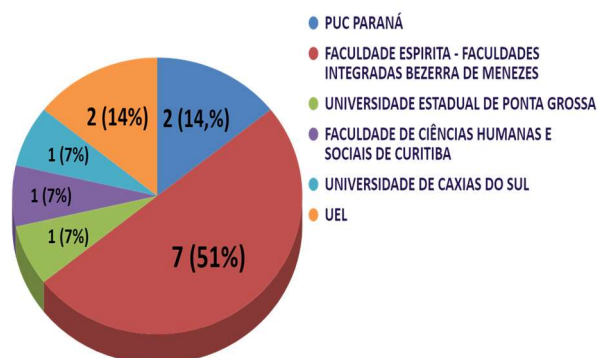
No item 1.6 (Tabela 1) em relação ao Estado Civil e 1.7 (Tabela 1), se possui filhos, 9 (nove) (63%) são casados, viúvos ou constituem União Estável, 4 (quatro) (29%) solteiros e do total entrevistados, 9 (nove) (63%) tem filhos. Trazendo a reflexão sobre as relações produção e reprodução do modelo capitalista, onde os sujeitos pesquisados expressam a reflexão do momento histórico de mudanças onde antes determinava o papel exclusivo da mulher nas atividades domésticas e que passou a ser absorvida para o trabalho fora de casa, somando-se o envolvimento dos sujeitos da pesquisa na militância política partidária, movimentos sociais e sindical.

A exemplo do relato Josiane,

A gente dava o corpo e a alma sabe!, porque você tinha que convencer o marido que tinha que ficar o final de semana inteiro trabalhando!, levava filho junto em determinadas ocasiões, porque não tinha com quem deixar também e era uma batalha! (2021).

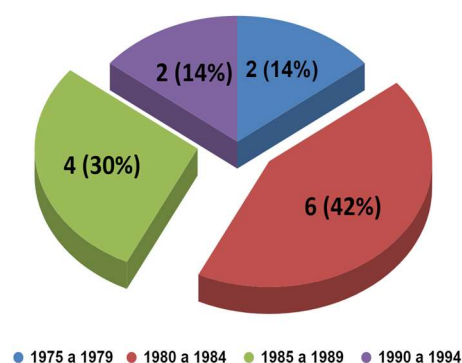
Com relação à formação profissional dos sujeitos da pesquisa, apresentamos um comparativo entre o Gráfico 01 - Local e ano de formação e Gráfico 02 - Ano de formação:

Gráfico 1 - Local de formação



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Gráfico 2 - Ano de formação



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto ao local de formação podemos destacar, conforme demonstra o Gráfico (01), que 7 (sete) (51%) dos sujeitos da pesquisa se formaram na Faculdade Integrada Bezerra de Menezes, conhecida como Faculdade Espírita em Curitiba/PR, a qual “começou a funcionar em 1975, com dois cursos de graduação, um de Serviço Social (turno noturno) e outro de Estudos Sociais (licenciatura, noturno)”³⁰ e 2 (dois) (14%) na Universidade Católica do Paraná que depois passou a ser reconhecida como Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC. E, do total, também temos 3 (três) (21%) formados na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade de Caxias do Sul no Rio Grande do Sul.

Segundo Battini (2009), a PUC foi a primeira escola de Serviço Social no Estado do Paraná reconhecida pelo MEC através do Decreto nº39.220 de 23/05/56 e 1 (7%) na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba e 3 (21%) se dividem entre a Universidade Estadual de Londrina - UEL onde o Serviço Social foi criado em 1972³¹, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG com o curso de serviço social criado em 1973, porém as atividades acadêmicas iniciaram em 1974³² e a Universidade de Caxias do Sul- UCS com a criação do curso de serviço social no ano de 1975³³.

Fazendo uma conexão com o Gráfico 02, o qual apresenta os dados sobre ao ano de formação dos sujeitos da pesquisa, observa-se que 8 (oito) (56%) dos entrevistados fizeram parte das primeiras turmas do Curso de Serviço Social no Paraná e com maior concentração nas instituições de ensino da Capital do Estado.

³⁰ Documento de credenciamento do Instituto de Cultura do Paraná no MEC, processo nº: 23025.007761/97-33, parecer CES nº 510/99. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=190151-pces510-99&category_slug=abril-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 set. 2021.

³¹ Disponível em: <http://www.uel.br/cesa/sersocial/>. Acesso em: 16 set. 2021.

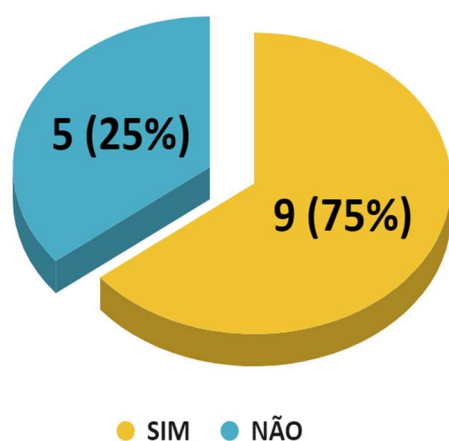
³² Disponível em: <https://pitangui.uepg.br/departamentos/deservi/historico.php>. Acesso em: 16 set. 2021.

³³ Disponível em: <https://www.ucs.br/site/eventos/semana-do-assistente-social/>. Acesso em: 16 set. 2021.

Porém, é importante considerar com base nas 14 (quatorze) entrevistas, 10 (dez) (76%) sujeitos afirmaram trabalhar e ao mesmo tempo estudar e ao serem questionadas sobre os motivos da escolha do curso de graduação em Serviço Social, responderam que dentre outros motivos foi porque o curso era ofertado no período da noite e assim tiveram a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho durante o dia, por meio de estágio remunerado ou outras atividades que pudesse contribuir com a família na manutenção das despesas com os estudos.

Após, segue a apresentação do Gráfico 03 - sobre se fez parte de algum movimento social no período da graduação:

Gráfico 3 - Participação de algum movimento social no período da graduação



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto ao questionamento sobre a participação dos sujeitos em movimentos sociais no período da graduação, 9 (nove) (75%) responderam que participaram e que era vinculada ao movimento estudantil, por meio do Diretório Central de Estudantes- DCE³⁴, como representação de base ou em cargos de direção.

A participação dos estudantes do curso de Serviço Social no Estado Paraná teve grande importância para o fortalecimento da organização estudantil da União Nacional dos Estudantes - UNE, no Estado como também a nível nacional, conforme os relatos dos entrevistados a seguir.

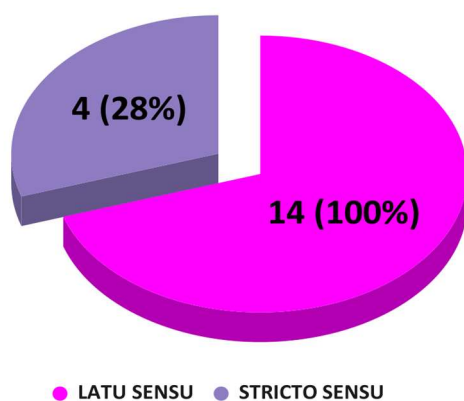
[...] participei da ENESSO- Executiva Nacional dos Estudantes do Serviço Social, que antes se chamava SESSUNE Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes, [...] também na União Paranaense dos Estudantes [...] dos encontros nacionais e regionais dos estudantes do serviço social. (LUIZ, 2021).

³⁴ Disponível em: <https://www.une.org.br/2019/05/dce-o-que-e-um-diretorio-central-dos-estudantes/>. Acesso em: 17 set. 2021.

[...] participei do DCE na faculdade, apesar de não ser da gestão do DCE, como base nós tivemos, durante a faculdade nós tivemos uma tentativa de organização de uma chapa mas não vencemos a eleição. (LOANA, 2021).

Enquanto 5 (cinco) (41,7%) dos entrevistados que responderam não participar de nenhum movimento social no período da graduação, justificaram que estudavam e trabalhavam com carga horária incompatível com a possibilidade de participação, conforme expressa o relato a seguir, “eu era uma aluna trabalhadora e não tinha muito tempo para participar, mas participava das atividades mais coletivas, nunca fui do DCE porque estudava de manhã e a noite era o meu tempo para estudar.” (BRUNA, 2021).

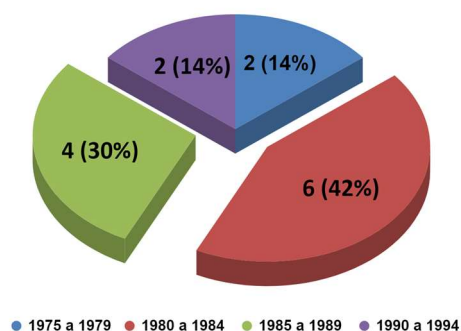
Gráfico 4 - Titulação no âmbito da Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

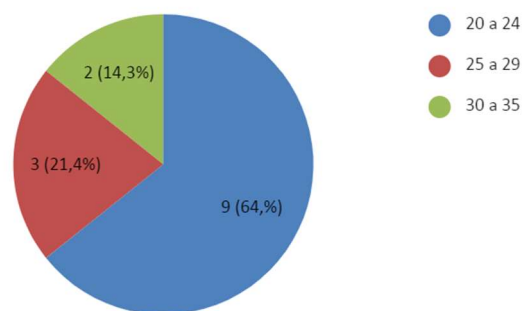
O gráfico 04 sobre se os sujeitos da pesquisa, realizaram cursos de pós-graduação *stricto sensu* e/ou *lato sensu* e dos 14 (quatorze) entrevistados 100% realizou um ou mais cursos de pós-graduação *lato sensu*. Conforme relatos os cursos de pós-graduação realizados, estavam vinculados na área de atuação profissional dos pesquisados, representado no relato da entrevistada Josiane (2021) “[...] quando eu me formei, fui trabalhar na área psiquiátrica fiz uma especialização em psicologia social”. E desta amostra 4 (quatro) (28%) entrevistados responderam que realizaram curso de pós-graduação a nível de mestrado *stricto sensu*.

Gráfico 5 - Ano que se formou



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Gráfico 6 - Idade quando começou a trabalhar como Assistente Social



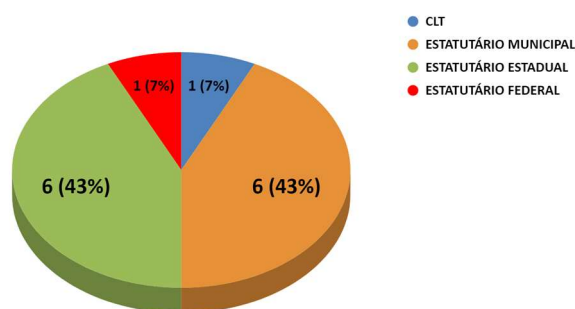
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O gráfico 05 sobre o ano de formação dos sujeitos da pesquisa revela que 10 (dez) (62%) dos entrevistados se formaram entre 1980 e 1989, momento de maior vigor de organização do SINDASP e maior incidência de novos atores no movimento sindical da categoria profissional e ao mesmo tempo fazendo uma correlação com o Gráfico 07, o qual 9 (nove) (64%) se formaram entre 20 a 24 anos idade, representando uma geração bastante jovem que entra no mercado de trabalho em ascensão e ao mesmo tempo se insere na militância política e sindical no Estado do Paraná.

Esta geração de profissionais que entra no mercado de trabalho vivencia um processo profundo de crise do capital, o qual para buscar sua superação amplia a exploração da força do trabalho em todos os níveis e ao mesmo tempo expressa o engajamento da categoria profissional no contexto de lutas democráticas em diversos espaços coletivos da classe trabalhadora e da própria profissão.

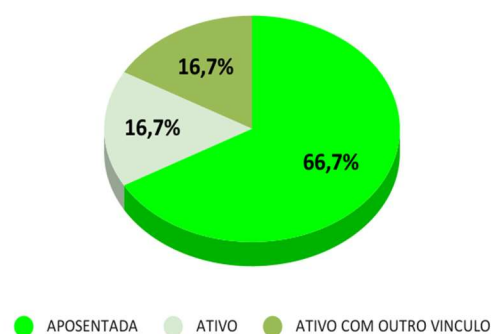
Mudanças conjunturais que alteram a própria direção da profissão, redirecionando conquistas no movimento de ruptura com o conservadorismo nos marcos da aprovação do currículo mínimo para os cursos de serviço social no país em 1982 e a nova proposta curricular apresentada junto com o Código de Ética de 1986, expressando a direção social hegemônica na formação profissional consolidada com a aprovação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social em 1996.

Gráfico 7 - Tipo de vínculo



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Gráfico 8 - Situação funcional



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O gráfico 07 revela qual o tipo de vínculo os sujeitos da pesquisa estabeleciam em seus espaços sócio-ocupacionais, sendo que 13 treze) (93%) são funcionários públicos no âmbito municipal, estadual e federal e apenas 1 (um) (7%) encontra-se na iniciativa privada expressando que o setor público na década é o maior empregador de assistentes sociais, como afirma (ABRAMIDES, 2016, p. 09) que “em 1979, 62,5%, dos profissionais atuavam nas esferas municipal, estadual e federal, de acordo com dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos)”. E destes, conforme o Gráfico 08, sobre a situação funcional 12 (doze) (86%) encontram-se aposentadas e destes 2 (dois) (14%) aposentaram, porém, constituem outro vínculo de trabalho e 2 (dois) (14%), continuam ativos.

Os aspectos apresentados são extremamente relevantes para reflexão sobre as formas de envolvimento da categoria, principalmente quando estes profissionais são dotados de individualidade e de questões objetivas e subjetivas, o que influencia seu projeto pessoal, o qual possa ir ao encontro do projeto profissional que lute por uma sociedade mais justa. As características apresentadas pelos profissionais têm relação direta com a história e significado da própria profissão no país e no Estado do Paraná.

Os itens a seguir vão expressar características que envolvem experiências pessoais dos sujeitos, que estavam presentes nas gestões do SINDASP com recorte por período, ou seja, de 1977 a 1983 - como APASP, 1983 a 1986 - criação e formalização enquanto sindicato - SINDASP e 1986 a 1994 - que compreende o processo de mudança na estrutura sindical por ramo de atividade econômica e o processo de transição para suspensão das atividades do SINDASP. Considerando nesse processo o movimento de amadurecimento e despertar da consciência político-organizativa, sua relação com a organização geral da classe trabalhadora e o movimento de transição da forma de organização sindical no Estado do Paraná.

4.1 DE 1977 A 1983 – O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS E DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESTADO DO PARANÁ

Neste item buscaremos descrever o movimento pessoal, profissional e de militância dos/as assistentes sociais no Estado do Paraná no período de 1977 a 1983, reconhecendo alguns elementos que partem de escolhas pessoais, de formação profissional e do exercício profissional, que levam a se posicionar e expressar de forma contrária a realidade de cerceamento e violação de direitos políticos, sociais e de organização sindical, vivenciado neste período histórico e, decidem por avançar na luta e se organizar sob a forma uma associação profissional de assistentes sociais- APASP em 1977, levando aos desdobramentos históricos da categoria até 1983 quando é criado o SINDASP.

Com base na análise das entrevistas e a pesquisa documental, objetivando maior proximidade com o fenômeno pesquisado, destacamos aqui algumas características e relatos dos sujeitos entrevistados que fizeram parte da diretoria no período entre 1977 a 1983, marcando período de avanço político-organizativo da categoria profissional a nível nacional e com seus reflexos também no Estado do Paraná, no sentido de assumir sua direção de luta agregada as lutas coletivas da classe trabalhadora em um movimento na direção de construção de uma nova história, constituindo um patrimônio e legado histórico para a categoria profissional na sociedade brasileira.

É importante destacar que as no período mencionado não foi possível realizar a entrevista com todos os membros da diretoria da APASP, porém nas entrevistas com os sujeitos da pesquisa que vivenciaram este momento histórico foi possível identificar alguns elementos sobre o processo de formação profissional e a militância partidária, como característica principal deste período e que influenciou de forma significativa o movimento político, de luta e a direção de organização pré-sindical na criação da APASP.

O processo de organização política dos/as assistentes sociais no Paraná é influenciado pelo avanço de um pensamento mais crítico da profissão, com sua expressão significativa na América Latina a partir de 1960, por meio de um movimento de ruptura com suas bases tradicionais, passando a tomar uma forma mais concreta a partir de 1965, no âmbito da formação profissional e a militância política e sindical de vários profissionais de norte a sul do país.

Neste sentido,

As formas novas que a vida política e cultural assumiu no coração de nosso século - partidos, sindicatos, vários organismos sociais, representativas, informação de massa, [...] tiveram uma influência importantíssima na possibilidade de regular e controlar a vida produtiva e social. (IGRAO, 1981, p. 24).

O movimento estudantil exercia grande influência no processo de formação das assistentes sociais no Estado do Paraná e compreendendo no conjunto dos movimentos sociais de âmbito nacional,

uma das maiores expressões de luta e resistência à forma de governo exercida. Conforme aponta Silva e Battini (2008) a formação profissional no Paraná, é caracterizada pelo aprofundamento do conservadorismo, para responder aos interesses da elite Católica, somando-se aos limites impostos pela ditadura militar.

Até a década de 1970 a formação profissional, estava centralizada na Capital do Estado através da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, a qual estava filiada desde sua criação em 1944, à Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - ABESS, neste momento histórico, também alinhada ao pensamento conservador da profissão.

Sendo importante destacar que desde 1960 há uma crítica da categoria profissional que avança no próprio corpo docente sobre a postura acomodada, centralizada e ajustadora do Serviço Social tradicional, que se expressa de variadas formas no curso de Serviço Social de Curitiba/PR.

Neste sentido,

A profa. Myriam Veras Baptista foi chamada pela direção da Escola para ajudar a repensar a formação profissional. [...] Ainda tardiamente e também dentro dos limites impostos pela ditadura militar (era então 1967-1968), orientando muitos momentos pela radicalidade política, um sopro de renovação veio sacudir a Escola em Curitiba. Em meados de 1968, os alunos chegaram a propor o fechamento do curso, dado seu caráter ajustador e que atrasa a “revolução brasileira”. Houve então o endurecimento das forças conservadoras da Escola que chegaram a propor a aplicação da Lei n.477 sobre os estudantes. Discordando dessa posição (expulsão dos alunos), a professora Myriam foi demitida sumariamente. (SILVA; BATTINI, 2008 p. 123).

Nesse contexto segundo Ramos e Santos (1997) o movimento estudantil - ME universitário esteve no cenário político brasileiro, participando de lutas importantes desde 1964 quando é criada sob a perspectiva de estimular o surgimento da consciência crítica entre os universitários onde sua organização travava lutas comuns em todo país por melhores condições de vida e trabalho, melhoria do ensino e pela democracia, articulou-se com as lutas democráticas para garantir direitos políticos e sociais para a maioria da população brasileira.

Este caráter de contestação do movimento estudantil à realidade de repressão e cerceamento de direitos os estudantes do curso de Serviço Social no Estado do Paraná, somava-se na luta coletiva atravessada pela vontade em contribuir para mudanças, identificando o germe de desenvolvimento de uma consciência coletiva, que se constrói e amadurece ao longo dos anos e com vários atores entrando em cena. Avançando na luta coletiva, como expressa a fala da Agenir (2021), a qual se formou em 1980 na Universidade Católica do Paraná.

[...] desde o primeiro, segundo ano da faculdade, começamos a resgatar o movimento estudantil na católica, constituímos uma comissão para reivindicar e mobilizar os estudantes e levamos uma luta por melhores condições de ensino, redução do valor das mensalidades e contra ditadura militar. (AGENIR, 2021).

A partir das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, esclarecendo que não foi possível entrevistar todos os membros da diretoria ou militantes da base, neste momento histórico, porém nas entrevistas realizadas os relatos afirmam a participação ativa dos/as assistentes sociais em vários movimentos sociais como direitos da mulher, movimento negro, carestia e etc., partindo da concepção sobre a importância da participação e fortalecimento de todos os espaços de expressão política, a qual evidencia uma diversidade de sujeitos coletivos incluindo os/as assistentes sociais.

Destacamos o relato da Neusa (2021):

[...] a Eliane Nazareth de Oliveira, (presidente da APASP/Gestão 1981-1983), companheira “negra” batalhadora e que foi uma referência muito importante na luta da categoria na época, ela recebia as alunas do curso de Serviço Social, como estagiárias e as alunas mais críticas passaram a participar das atividades da associação. (NEUSA, 2021).

Reafirmando assim, a importância das articulações realizadas pelas lideranças de base, que buscavam a ampliação e unificação da luta e fortalecimento do movimento coletivo, especialmente dos estudantes do curso de Serviço Social, que passam a fortalecer o movimento político e sindical após concluir a graduação.

Concomitante a organização estudantil, que se fez presente nas vivências históricas dos sujeitos da pesquisa, é importante frisar que a vanguarda crítica da profissão também foi influenciada pela proximidade com os partidos políticos³⁵ neste período histórico, buscando novos conhecimentos teóricos e de luta para além das pautas econômicas e que subsidiam o enfrentamento, mesmo que ainda “de forma clandestina” (JANDIRA, 2021), pois os partidos políticos além do MDB e ARENA (1966/1979), não eram oficialmente reconhecidos pelo governo militar.

Sobre este movimento de identificação com partidos políticos, “tinha um grupo de assistentes sociais no Estado do Paraná que se organizavam através da APASP, um coletivo de esquerda, vinculadas ao partido do PCdoB, PT, MDB, outras do Partidão, companheiras que se reuniam na associação”. (NEUSA, 2021)

Sobre o forte engajamento dos membros da APASP/SINDASP em partidos políticos,

[...] desde minha militância como estudante já estava engajada na fundação do PT no Paraná. Participei de todo processo de ir bater de porta em porta para buscar pessoas que se filiassem ao partido para legalizá-lo. Isso é interessante porque na época nós nos apresentávamos para as pessoas que muitas vezes não conhecíamos. (AGENIR, 2021)

³⁵ O Partido é, pois, a organização que liga a teoria com a prática operária, que dirige as massas através da elaboração de uma teoria do movimento de massas, de uma tática e de uma estratégia para transformação social. Do que depreende que a luta política é mais complexa e mais ampla que a luta econômica. (ANTUNES, 1895, p. 43-44)

Podemos afirmar que os partidos políticos exerceram grande influência na organização sindical no Estado do Paraná, considerando que a maior parte dos membros do SINDASP estavam também vinculados e eram atuantes nos partidos políticos especialmente no PT e PCdoB, ampliando e dando maior sentido político a luta sindical que por sua natureza representa as demandas imediatas da classe trabalhadora.

Portanto Gramsci, analisado por Carlos Nelson Coutinho (1989), toma como referência Maquiavel e a personificação do Príncipe como agente transformador. Esta mudança ocorreria por meio do “príncipe moderno”, representado pelo partido político, ampliando-se a compreensão de que o partido é um organizador da vontade coletiva e que vai além dos interesses econômicos da classe oprimida.

Neste sentido, “o proletariado não nasce, portanto, com uma consciência de classe verdadeira, captadora da realidade e superadora da imediatividade, mas com uma consciência do seu momento, permeada pela ideologia burguesa” (ANTUNES, 1990, pág. 21).

As assistentes sociais do Estado do Paraná avançam em buscar espaços de participação política para além da representatividade sindical e os partidos políticos representam neste momento um espaço importante também se reorganizando no período da ditadura militar, para fortalecimento da ampla classe trabalhadora e especialmente a categoria profissional que neste momento iniciava a organização de um espaço específico de discussão das demandas trabalhistas da categoria profissional.

Ramos (2005) destaca que o que vai fomentar o caráter de defesa de propostas revolucionárias é a direção política das esferas de articulação com as demais instâncias organizativas, porém é necessário superar instituições e ou entidades de representação dos interesses dos trabalhadores como as entidades de fiscalização, tradicionalmente conservadoras na direção da possibilidade de transformação social.

Apresenta-se neste cenário, posturas conservadoras no interior da profissão que abrange além das instituições de formação profissional a direção do conjunto CRAS/CFAS e em 1977, com um forte processo de articulação da categoria no campo de esquerda baseado começam a se organizar no sentido de vir assumir a direção de representação do Serviço Social. “Tínhamos um grupo que se dividiu e uma parte assumiu o sindicato e outra parte assumiu o CRAS, eu fui para direção do CRAS, a Cleis e a Elza ficaram no sindicato.” (JANDIRA, 2020), desencadeando uma articulação que passa por dentro das entidades sindicais objetivando a formação de chapas combativas e de lutas para concorrer às direções dos conselhos regionais e federal de assistentes sociais, na disputa com o conservadorismo. (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

E o avanço e a consolidação da direção crítica no Estado do Paraná tem sua marca histórica que se consolida com a unificação da luta sindical, partidária e estudantil com a participação no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, conhecido como “Congresso da Virada” em 1977, já mencionado no Capítulo 1 deste trabalho é um “marco no processo de politização e mobilização de

profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo país” (YAZBEK, 2008, p. 21).

Figura 9 - III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS



Fonte: Reprodução fotográfica anexa à matéria publicada no Jornal do III CBAS em 23 de setembro de 1979.

Como aponta Netto (2009), este ambiente conjuntural de reinserção do proletariado na cena política traz também tendências e resistências democráticas reprimidas no Serviço Social evidenciando a dimensão política presente na categoria, desde sua gênese até chegar a consolidação, gerando uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país. Pois já não era mais suficiente o saber fazer profissional, diante da realidade posta a sociedade brasileira onde se acirram projetos de classe em confronto, quando se delinea o amadurecimento e a direção social estratégica da categoria profissional.

Conforme Erundina (2009) a militância política dos/as assistentes sociais e seu envolvimento direto nas lutas reivindicativas da classe trabalhadora, como também em segmentos excluídos da sociedade contribuíram para afirmar a dimensão político-ideológica da profissão. E esse movimento histórico permitiu assegurar um lugar privilegiado nos processos de resistência, ficando evidente a construção de alianças estratégicas na direção de um outro projeto de sociedade para além do capital.

4.2 DE 1983 A 1986 - A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E A POLITIZAÇÃO DA CATEGORIA COMO CLASSE TRABALHADORA

O movimento de organização e oficialização do SINDASP em 1983 até 1986 compreende um dos períodos de maior articulação política da categoria profissional tanto na capital e no interior Estado, ao mesmo tempo articulando e se aproximando com outros movimentos políticos, sindicais e populares.

E deste modo, a intenção é analisar o caminho deste movimento da categoria junto ao movimento de organização da classe trabalhadora de modo geral.

Esta reflexão parte da análise documental das atas de reuniões ordinárias e extraordinárias da APASP/SINDASP e entrevistas realizadas com membros da 1ª diretoria provisória do SINDASP no período de 1983 a 1986, reconhecendo que este período inicia a forte atuação dos/as assistentes sociais no sindicato e a importância das lutas travadas e esforço dos profissionais da vanguarda que contribuíram de forma individual e coletiva para transformação da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná - APASP em Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Paraná - SINDASP, como já mencionado no capítulo 2.

O processo de organização sindical da categoria é perpassado e influenciado pelas escolhas individuais de incorporação em movimentos sociais da ampla classe trabalhadora e que é colocada em movimento na articulação com as lutas e movimentos sociais, mas ampla da classe trabalhadora, da qual o profissional também é parte constitutiva.

Sendo importante lembrar que o período analisado se refere a 1983 a 1986, quando novos membros passam a assumir a diretoria do SINDASP, não representando o mesmo resultado da amostra da pesquisa apresentado na introdução do Capítulo 3, a qual corresponde à apresentação e análise dos sujeitos que fizeram parte da APASP no período de 1977 a 1983.

Deste modo, a pesquisa apresenta algumas características do movimento de militância dos sujeitos entrevistados, sendo um dos principais aspectos de contribuição no processo de maturidade e elevação da consciência política da categoria. A partir da compreensão das contradições entre os interesses do capital e da classe trabalhadora, onde os trabalhadores em contrariedade com a realidade de exploração do trabalho, criam mecanismos de resistência e luta em diferentes espaços coletivos da sociedade, como segue na tabela II a seguir, que considera as respostas dos sujeitos apresentadas nas variáveis 2.1 - Movimento Social; 2.2 Partido Político; e Movimento Sindical:

Tabela 2 - Característica de Militância dos entrevistados

Variáveis	Entrevistados
2.1 Movimento Social	
MNU (Movimento Negro Unificado)	(2) 10%
UBM (União Brasileira de Mulheres)	(6) 30%
Movimento Estudantil	(9) 45%
Nenhum	(3) 15%
2.2 Partido Político	
PCdoB – Partido Comunista Brasileiro	(6) 43%
PT – Partido dos Trabalhadores	(6) 43%

	PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro	(1) 7%
	Nenhum	(1) 7%
2.3 Movimento Sindical		
	CUT – Central Única dos Trabalhadores	(3) 28%
	CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	(1) 6%
	STRs – Sindicato de Trabalhadores Rurais	(1) 6%
	Sindfer – Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Ferroviárias PR/SC	(1) 6%
	Sindsaúde – Sindicato dos Trabalhadores da Saúde Pública do Estado do Paraná	(3) 20%
	SISMUC – Sindicato dos Servidores Públicos de Curitiba	(4) 28%
	Nenhum	(1) 6%

Considerando que a amostra da pesquisa compreende 14 (quatorze) entrevistas realizadas, no que diz respeito a variável 2.1- sobre a participação dos sujeitos em Movimentos Sociais, é importante mencionar que os dados não têm a soma igual ao número de entrevistas, pois os membros do SINDASP participaram em mais de uma atividade de militância.

Destacando que dentre o total dos entrevistados, apenas um é do sexo masculino, sendo possível afirmar que majoritariamente o movimento de organização político-sindical dos/as assistentes sociais no Estado do Paraná no período de 1983 a 1994 foi sob a direção feminina e este resultado abrange também a categoria profissional como um todo a nível nacional desde o surgimento da profissão. Portanto, a consciência de gênero se faz importante para compreensão do próprio processo de renovação do Serviço Social.

Como destaca Iamamoto,

Se a imagem predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a imagem social da mulher na visão tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário a luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira. (IAMAMOTO, 1999, p. 105).

Deste modo, com relação ao resultado da variável 2.1- quanto à participação das e do pesquisado em movimentos sociais, 97% responderam que participam e com destaque 45% responderam fazer parte da União Brasileira de Mulheres - UBM e 30%, sobre o movimento feminista e sobre este tema, “[...] UBM - União Brasileira de Mulheres junto com a Elza Campos e com outras companheiras ai!,

movimento feminista é uma entidade de abrangência nacional e eu faço parte do UBM do Paraná”. (LOANA, 2021)

A União Brasileira de Mulheres - UBM³⁶, fundada em Curitiba 1983, sendo uma entidade que se destacou no Paraná, com o objetivo de organizar mulheres em sua luta por igualdade de direitos com ampla mobilização. Também promove e participa de campanhas pela conquista da igualdade da mulher, dos direitos da trabalhadora e contra todo tipo de opressão.

Na variável 2.2, referente a participação dos sujeitos em Partidos Políticos o resultado da pesquisa demonstra que 86%, ou seja, a maioria absoluta está vinculada (o) em Partidos Políticos, sendo que destes 43% no Partido Comunista do Brasil - PCdoB e na mesma proporção no Partido dos Trabalhadores - PT. Porém, no processo histórico do SINDASP neste período, a atuação do PCdoB estava representada pelos sujeitos que estavam em cargos de liderança da entidade, como presidente e vice-presidente do SINDASP.

Esta influência Partidária estava fortemente presente nas representações do SINDASP conforme o relato da assistente social Bruna (2021) era um grupo ligado ao PCdoB e elas tinham muita formação política. Fez referência que era iniciante e eu lembra que participava dos encontros em Curitiba do Paraná exercendo deste modo, maior influência no direcionamento e apoio ao SINDASP, a partir dos fundamentos de base partidária.

Quanto à variável 2.3, sobre a participação da direção do sindicato na organização Sindical mais ampla da classe trabalhadora, 94% afirmam participar, ou seja, sua maioria. As entrevistas também mostraram que esta participação em outros sindicatos, já fazia parte de alguns sindicatos antes mesmo de fazer parte da direção do SINDASP, a exemplo dos sujeitos que participavam do Sindicato de Trabalhadores Rurais - STRs, Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Ferroviárias no Paraná - SINDFER, vinculados os seus espaços de trabalho.

Com base na análise documental, uma observação interessante é de que a diretoria do SINDASP também tinha uma aproximação importante com outros sindicatos de categorias profissional como enfermeiros, economistas, sociólogos, agrônomos, enfermeiros, psicólogos entre outros, no sentido de discutir e unificar pautas de lutas com interesses em comum, como piso salarial, jornada de trabalho, condições de trabalho, acordos coletivos nos locais de trabalho e a defesa da atuação técnica de cada área de formação, sem perder de vista sua condição assalariada como classe trabalhadora que nem sempre estava presente em algumas categorias profissionais.

No contexto conjuntural ainda da ditadura militar, já em um momento de desgaste de sua proposta de governo repressor, sendo somente possível compreender a organização político-sindical mais geral

³⁶ História da União Brasileira de Mulheres- UBM: Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2018/consepir/ColetaneaIRvol2web.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

dos trabalhadores, articulada à luta de classes em todo o país e a ação política se coloca com uma condição possível de mudança da realidade. Porém Erundina (2009) argumenta que o movimento sindical, embora importante, é um espaço de luta insuficiente para mudança dessa forma de sociabilidade baseado na exploração do capital sobre o trabalho.

Neste sentido a tabela 2, na variável 2.2 sobre a participação da categoria no movimento sindical, destaca-se o resultado 34% que afirmaram participar de centrais sindicais em comparação com a análise documental é perceptível a organização de base crescente no Estado, em um movimento que levou a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, oficializada em 1983 com ampla participação dos trabalhadores e dos/as assistentes sociais da base no Estado do Paraná.

O SINDASP veio oficialmente filiar-se à CUT somente em 1990, conforme (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 54, p. 67 de 28/05/1990 linha 22 a 24), isso porque havia uma preocupação quanto a inserção no movimento sindical mais amplo, não interferindo na dinâmica e direção de organização do SINDASP. Porém fica evidente que ao longo da história do sindicato da categoria profissional que não tinha e não ficaram alheios a efervescência do movimento sindical e partidário que eclodiu e tomou força a partir do final da década de 1970 e durante 1980.

O SINDASP também esteve presente em atos de greve no interior do estado “[...] apoiando o movimento de greve dos previdenciários, que vem sendo desencadeada com a paralisação de 100% dos postos de Cascavel. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 14, p. 18 de 16/09/1986; linhas 32 a 36). Outra moção de apoio foi identificada nas atas, [...] de apoio à greve dos funcionários do IBGE, bancários e funcionários da Copel. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 26, p. 39 de 24/03/1987; linhas 71 a 74).

Fica evidente que a organização sindical dos/as assistentes sociais no Estado do Paraná desde a criação da APASP, vivencia e participa das transformações societárias que ao longo dos anos 1980, se fortalece junto com outros segmentos da classe trabalhadora, mas também é impactada pelas mudanças nos processos de trabalho ao longo da década de 1980.

4.3 DE 1986 A 1994 - A ARTICULAÇÃO NACIONAL E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DA CATEGORIA NO PARANÁ

A partir das deliberações do II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores- CUT (1986) e depois nas assembleias nacionais da categoria profissional, respectivamente III, IV, V e VI Encontro Nacional da Associação Nacional dos Assistentes Sociais- ANAS³⁷, com a participação de

³⁷ 1987 em Belo Horizonte (MG); 1989, Campinas (SP); 1991 em Belo Horizonte (MG) e 1994 em Brasília (DF). (ABRAMIDES, 2019, p.98)

representantes da APASP/SINDASP³⁸, trouxe uma nova perspectiva de organização sindical, onde as entidades sindicais de categoria profissional fossem desativadas e os trabalhadores e trabalhadoras passassem a incorporar os sindicatos por ramo de atividade econômica, mudando totalmente o perfil de organização sindical direcionado para o fortalecimento da luta em âmbito nacional.

Porém, esta direção se refletiu de forma gradual no Estado do Paraná, considerando que em 1986, foi formalizado junto ao MTE- Ministério do Trabalho e Emprego, construindo junto com a categoria da capital e do interior o novo estatuto de funcionamento da entidade, estava organizado no desempenho de suas atribuições em responder às demandas da categoria por melhores condições de trabalho e salários.

Também organizando e fortalecendo pautas de luta específicas como também de movimentos sociais e políticos diversos e o rompimento com a organização sindical por categorias profissionais até então defendida, ainda precisaria ser amadurecida e amplamente, pois no contexto nacional do novo sindicalismo, esta tarefa cabia aos trabalhadores, desde suas bases até as instâncias superiores e não foi uma tarefa fácil.

Assim, este movimento de rompimento com a organização sindical corporativo, caracterizado pelo movimento de transição de uma antiga estrutura sindical de categoria profissional, para uma nova estrutura sindical ampla e independente, ocorre de forma diferenciada em cada região do país, como também pelas categorias profissionais, psicólogos, sociólogos, contadores, médicos, enfermeiros, entre outros.

Os e as assistentes sociais, conforme Abramides e Cabral (1995), representam uma das poucas categorias profissionais que tiveram por definição em seus congressos sindicais, assumir a direção de novos rumos na organização sindical e este movimento exigiu a estabelecer novas patamares de reflexão e compreensão deste novo momento de luta história na sociedade brasileira e ter a percepção quanto a importância do fortalecimento e organização da classe trabalhadora frente as novas contradições postas pelo contexto social, político e econômico que se apresentava neste momento histórico.

Na especificidade do Estado do Paraná, como já mencionado, este movimento de transição ocorreu de forma gradual, a partir de 1986, ano que assume a 3ª gestão (1986-1989) do SINDASP, o qual vivenciou um intenso movimento em suas atividades, pois com a formalização oficial no MTE- Ministério do Trabalho e Emprego em 31/10/1985, ainda seria necessário propor um novo estatuto e conforme análise documental, a gestão construiu de forma coletiva com ampla participação da categoria profissional, ocorrendo reuniões descentralizadas e com sua aprovação em assembleia estadual com a aprovação em 06//06/1987.

Conforme registro, o SINDASP participou do III Encontro Nacional de representantes do Sindicato na Associação Nacional das Assistentes Sociais - ANAS, o qual ocorreu nos dias 2, 3 e 4 de

³⁸ Ver em Abramides e Cabral (1995).

outubro de 1987. [...] uma vez que a situação financeira do sindicato não permite o custeio da viagem; Fátima, Presidente do CFAS, informou que dispõe de condições para participar, pois estará em Brasília, local em que se realizará o Encontro para tratar de assuntos do CFAS. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 31, p. 50 de 21/04/1987; linhas 10 a 16).

Neste período as atas expressam as várias atividades, que a diretoria estava desenvolvendo, visitas a locais de trabalho, instituições de formação profissional, destacando a organização de acordos coletivos de trabalho: [...] enumerou-se alguns locais de trabalho, como: SETA, FASPAR, Prefeitura Municipal, L.B.A, Telepar, Copel, Sanepar, SESA, Hospital de Clínicas, INPS, INAMPS, a Carpa, Juizado de Menores, SESI, SESC, PUC, Faculdade Espírita, IPE, SEJU (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 47, p. 80 a 81 de 05/03/1988; linhas 25 a 35).

Ocorriam reuniões no interior do Estado com representações da categoria profissional denominada como delegados sindicais no interior, como [...] Maringá; Ponta Grossa; Cascavel; Francisco Beltrão; Campo Mourão; Umuarama; União da Vitória; Guarapuava; Cornélio Procópio; Jacarezinho; Apucarana. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 47, p. 81 de 05/03/1988; linhas 25 a 68), com a finalidade de subsidiar melhores condições de trabalho e salários, devido a abertura cada vez maior de novos espaços de trabalho na capital como na região.

A vanguarda também buscava mobilizar a categoria profissional, através de reuniões, ampliadas, no sentido de esclarecer a natureza do sindicato, como também as atividades desenvolvidas pela entidade no sentido de trazer novos associados, pois ainda era presente a dificuldade financeira para sua manutenção. E até 1989 não aparecem registros de discussões realizadas pela diretoria ou a organização de espaços coletivos de conhecimento e debate sobre a nova estrutura sindical por ramo de atividade econômica. Debate que resultou em intensa discussão para sua materialização a nível nacional.

Em uma das entrevistas realizada com a assistente social Bruna (2021), a qual residia no Município de Cascavel/PR na década de 1980, relatou que já tinha vivenciado uma experiência de participação em entidade pré-sindical na Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Londrina/PR, antes de morar em Cascavel/PR e esclarece que nunca foi membro do SINDASP e sua militância estava vinculada representação e organização política da CUT na região oeste do Paraná, afirmou que participou da 3ª gestão da ANAS no período de 1986 a 1989³⁹, na condição de suplente, participando das discussões e posterior materialização a nível nacional da reorganização sindical por ramo de atividade econômica.

[...] fui convidada para fazer parte da Associação Nacional dos Assistentes Sociais - ANAS, [...] nós tivemos a Ana Beatriz Abramides que foi presidente da nossa associação nacional, a Socorro também que é do RJ, e [...] por conta da participação em um

³⁹ Descrição dos membros da 3ª Gestão da ANAS, ver em Abramides e Cabral, 1995, p.150.

Congresso [...] fui convidada para participar da ANAS e a direção nacional queria contemplar pessoas de todos os Estados!, [...] em Cascavel éramos poucas como também no Paraná [...] a majoritária era o PCdoB. (BRUNA, 2021).

Conforme análise das atas, considerando a efervescência das discussões a nível nacional sobre a nova forma de organização sindical, as discussões no SINDASP, se expressam com maior posicionamento a partir de 1989, onde [...] Elza e Fátima, expuseram a respeito da tese que fala a respeito da sindicalização por ramo de atividade ou não, e sobre a criação de uma entidade única. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 25, p. 31 de 09/08/1989 linhas 13 a 21).

O SINDASP recebeu as teses para a IV Assembleia Nacional da ANAS em 1989, Foram feitas considerações sobre a quarta Assembleia Nacional da ANAS, pelas companheiras que participaram em Campinas - São Paulo, no último mês de Agosto. No geral avaliaram que desta assembleia foi melhor que as anteriores, apesar do esvaziamento da categoria.

A Presidente da SINDASP informou que a atual executiva da ANAS é composta por assistentes sociais de Minas Gerais e comentou que a diretoria anterior não teve boa direção política, não encaminhando material e documentação para SINDASP, como também não apresentou proposta de luta. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 29, p. 37 de 16/09/1989 linhas 21 a 33) e a [...] representante desta diretoria questionou sobre a relação SINDASP e ANAS a fim de viabilizar o seu plano de trabalho. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 30, p. 38 de 25/09/1989 linha 27 a 31)

Observou-se que houve maior aproximação do SINDASP, com a gestão da ANAS, onde nos registros documentais, [...] discutiu-se a finalidade e a importância de nossa entidade nacional, como também a função do Conselho de delegados. Houve reflexão sobre a relação SINDASP e ANAS na gestão anterior e a necessidade de maior aproximação e reforçar a luta dos/as assistentes sociais, junto aos demais trabalhadores, a nível nacional. (Cópia de materiais históricos Volume II, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 41, p. 49 de 17/02/1990 linha 21 a 27)

A direção do SINDASP, já com maior compreensão com relação a importância de unificação da luta através da base que já está se direcionando para uma nova estrutura sindical, traz algumas considerações para melhor compreensão deste cenário de mudanças neste momento, onde a [...] Cristina coloca que trabalhar a categoria é importante para que se possa fortalecer o sindicato por ramo de atividade. Darli questionou se as assistentes sociais vêm sendo orientadas para o sindicato de categoria ou por ramo de atividade. Cristina sugere não fechar as portas, mas trabalha para crescer. (Ata de reunião da diretoria da APASP, nº 01, p. 2 de 08/12/1990; linhas 40 a 47).

Os sindicatos por ramo de atividade também são atrelados, alguns só tem discurso e muitos deles são “pelegos”. Para Fátima a transitoriedade tem problemas de cooperativismo. “É importante se fazer

discussões amplas; se fortalecermos os sindicatos fortalecemos o movimento sindical” (Ata de reunião da diretoria da APASP, nº 01, p. 2 de 08/12/1990; linhas 40 a 47).

Neste sentido, Darli também considerou importante trabalhar com os sindicatos por ramo de atividade, chamando os/as assistentes sociais a participar a fim de favorecer a formação de quadros e fortalecer o movimento sindical. (Cópia de materiais históricos Volume I, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 01, p. 2 de 08/12/1990; linhas 51 a 58)

Em uma das teses no VII CBAS que aconteceu em São Paulo no dia 26/05/1992, a assistente social, Maria de Fatima Azevedo Pereira, representante do Estado do Paraná argumentou:

[...]acabar com a corporação dos sindicatos de categoria e criar sindicatos por ramo de atividades é o grande desafio, esta é a transitoriedade do movimento sindical para todos os seus setores. Evidente que existem particularidades, mas são também no geral parecidas”. Avançando nesta linha de raciocínio, a referida profissional adverte “os problemas conjunturais [...], “...tem raízes mais profundas na necessidade de agrupamento por ramo de atividade e produção mais consequente para a luta que travam os trabalhadores por melhores condições de vida, trabalho, salário e finalmente por um governo que responda a seus anseios. (CBAS, 1988)

Encontramos também o posicionamento da assistente social Elza Maria de Campos, na tese apresentada no III Congresso dos Assistentes Sociais do Paraná (1988), destacando que,

[...] no aprofundamento da nova forma de organização dos sindicatos, podemos chegar a conclusão de que o melhor seria (e isto seria uma grande contribuição para dar um fim ao corporativismo conservador existente e muito no momento sindical), dissolver os sindicatos de categoria profissional. Isso é um assunto polêmico que será fruto de grandes debates na categoria a nível nacional. (CBAS, 1988).

As discussões da categoria profissional do Estado do Paraná sobre a reorganização dos sindicatos por ramo de atividade econômica expressou inicialmente uma divisão de opiniões no interior da própria direção, daqueles que eram contrários devido ao sindicato ter sido recentemente formalizado junto ao Ministério do Trabalho e estava no auge de suas atividades, como também uma certa incompreensão de alguns membros da direção e da própria categoria em todo o Estado, sobre o que este novo movimento significava para o futuro do SINDASP. Porém, a decisão tomada pela direção foi aguardar e ter maior apropriação do movimento nacional das entidades sindicais da categoria como da ampla classe trabalhadora e oportunizar novos espaços coletivos junto a categoria no Estado para definir os rumos futuros do SINDASP.

Em relação ao movimento nacional de reorganização sindical, já no final dos anos 1980, a categoria profissional do Estado do Paraná se preocupa por começar a perceber um certo

[...] recuo da CUT - Os movimentos sindicais e populares não conseguiram no momento avançar. A própria CUT não estava conseguindo levar o discurso do povo. A CUT em

vez de apresentar novas propostas, está faltando compreensão; se a mesma não mudar sua postura perderá espaço. O fortalecimento da CUT é básico para mudança. (Cópia de materiais históricos Volume I, SINDASP. Ata de reunião da diretoria, nº 01, p. 3 de 08/12/1990; linhas 68 a 73)

Assim, o processo de transitoriedade adentra a gestão do SINDASP no período de 1993 a 1996, trazendo com maior profundidade limites como a dificuldade financeira e de manutenção da entidade, necessidade de dedicação exclusiva nas atividades do sindicato que era representado por membros trabalhadores e trabalhadoras em outros espaços sócio-ocupacionais, participação e envolvimento cada vez menor da categoria profissional no sindicato que se expressa na fala do membro Luiz (2021) da diretoria na gestão de 1993 a 1996.

[...] falta de estrutura do sindicato e a participação da categoria são dois lados da mesma moeda, porque você não sabe se você teria mais recursos se mobilizasse a categoria, se ela não viria né! Então são dois pólos né, o sindicato não tinha capacidade de mobilização e [...] a própria categoria não se mobilizava na luta sindical e aí veio o incentivo da CUT para encerrar, então acho que estas três coisas pesaram: a não disponibilidade da categoria para a luta sindical, ausência de recursos no sindicato e a indicação da CUT que foi determinante porque ela fez o movimento acontecer. Não fosse isso, não seria formada uma nova chapa e o sindicato morreria por inanição. (LUIZ, 2021).

Os problemas financeiros, de estrutura e de participação da categoria profissional esteve presente em vários momentos históricos da organização da entidade no Estado e se aprofundou na última gestão, somada a direção da CUT e ANAS de repensar e reorganizar a forma de organização sindical em todo o país, trouxe a tarefa para esta gestão de organizar espaços de discussão no interior e depois no âmbito do Estado no sentido de estabelecer uma decisão conjunta que segundo os documentos analisados também teve pouca participação dos/as assistentes sociais, considerando o contingente de profissionais em todo o Estado. Na opinião de Kalliane (2021), a qual participou como membro da diretoria no período de 1993 a 1996.

Fácil a decisão não foi! Afinal de contas estávamos fechando um sindicato [...] mas, também tinha um reflexo de um momento de maturidade da organização dos trabalhadores, essa possibilidade do coletivo ser muito maior, havia um peso nessa responsabilidade, havia uma frustração tremenda da não participação da categoria nas discussões, [...] mas havia uma consciência de que naquele contexto a gente reforçava uma luta maior. (KALLIANE, 2021).

[...] esse processo de decisão para [...] aderir aos ramos de atividade porque de certa forma, já estavam vinculados aos sindicatos da própria prefeitura e a maior parte dos assistentes sociais eram concursados, [...] a ideia é nos juntar com aqueles que já estavam organizados, garantia para gente mais conquistas lá na hora de fazer a negociação grupo de trabalhadores, este contexto favoreceu! (KALLIANE, 2021).

Contudo é importante considerar que as entidades sindicais nos Estados, especialmente o SINDASP no Paraná que mesmo com as dificuldades em sua organização compreendem e se alinham as discussões de âmbito nacional e decidem por suspender suas atividades sindicais em 1994, ao mesmo tempo em que ocorre a extinção da ANAS e tem assim um papel decisivo na articulação fortalecimento da reorganização sindical, passando a unir suas lutas junto com classe trabalhadora geral por meio dos sindicatos de classe.

A recuperação dessas experiências organizativas socioprofissionais é de alcance indiscutível, tornando acessível às novas gerações de assistentes sociais a apropriação de momentos que marcará, em escala apreciável, o ingresso da categoria num horizonte de visibilidade sociopolítica até então inédito; de outro convoca todos os profissionais a uma reflexão crítica acerca dos caminhos e descaminhos até agora explorados no sentido de dotar o Serviço Social de uma legitimidade societal mais substantiva. (NETTO, 1996, p. 12).

Neste processo de transição, permaneceram abertos cinco sindicatos de assistentes sociais que, no ano de 2000, conforme aponta Santos (2007), desconsiderando qualquer orientação coletiva e levando a considerar que existiam direções e algumas entidades sindicais com base na visão ultrapassada de manutenção da organização corporativista, os cinco sindicatos remanescentes fundam a Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS⁴⁰, apresentando contradições em sua forma de organização até a contemporaneidade.

Esta ofensiva neoliberal na década de 1990, como aponta Cardoso (2016), ataca e destrói direitos sociais, políticos e econômicos conquistados de forma árdua pelo conjunto dos trabalhadores e o processo de flexibilização das relações de trabalho, contribuiu significativamente para mudança de postura das organizações sindicais e a negociação passa a ser sua principal forma de expressão. Constituindo-se assim, uma outra organização Cutista, que até então, tinha um caráter de oposição e combatividade, passa a defender posturas de passividade e de negociação, contrárias ao que fundamentou sua constituição a partir dos interesses classistas e de oposição ao Estado.

Sendo assim, a estrutura sindical defendida na década de 1980 pela CUT, pouco avançou em sua materialidade no que diz respeito ao rompimento da organização sindical corporativista. De fato, “poucos avanços ocorreram no sentido de unificar as bases de sindicatos para tornar mais ampla a sua representação sindical” (CUT, 1991, p. 6) e o processo de rompimento da organização sindical corporativa dos assistentes sociais a década de 1990 foi inconcluso, pois está relacionado com a crise do

⁴⁰ FENAS – Federação Nacional dos Assistentes Sociais. Disponível em: <http://www.fenas.org.br/>. Acesso em 27 jul. 2021.

próprio sindicalismo no Brasil devido às alterações no mundo do trabalho, levando ao processo de conciliação de classes, conhecido como “sindicalismo propositivo”.

Porém no contexto da década de 1990 a organização sindical se depara com as mudanças na condução da CUT, que passa a assumir uma lógica de conciliação de classes de caráter propositivo, fragilizando a condução de reorganização sindical em todo o país, sob um contexto de acirramento das políticas neoliberais, houve uma intensificação da flexibilização e corte de direitos, precarização das condições e relações de trabalho e uma busca desenfreada pelas terceirizações, estabelecendo novos desafios a organização da classe trabalhadora o que tornou este momento histórico inconcluso até a atualidade.

Desta forma é possível afirmar que o processo de transitoriedade dos sindicatos de assistentes sociais foi um movimento inconcluso, pois não estava descolado do movimento e organização da própria sociedade na década de 1990, na qual o neoliberalismo por meio da reestruturação produtiva, operacionaliza o desmonte do Estado. A partir da rápida inserção da política de privatização e descentralização das políticas institucionais, o mercado de trabalho sofre impactos diretos destas transformações operadas nas esferas produtivas e estatais, alterando as relações entre Estado e sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de produção e reprodução das relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre o capital e o trabalho na sociedade capitalista, as e os assistentes sociais estabeleceram um protagonismo que se destaca na organização político-sindical no Estado do Paraná na década de 1980 e 1990. Como coletivo profissional, a pesquisa evidenciou que as e os assistentes sociais no Paraná estavam inseridos no movimento de luta e resistência da classe trabalhadora, fruto da crise mundial, especialmente na América Latina, contribuindo para a redemocratização e abertura política no país. Este período marcou o rompimento da profissão com suas bases conservadoras, estabelecendo seu compromisso ético-político, com a classe trabalhadora e com as lutas emancipatórias.

Deste modo, esta pesquisa de mestrado partiu da problemática construída frente ao objeto de estudo: **no contexto do novo sindicalismo brasileiro, quais fatores influenciaram a tomada de decisão pela criação e posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Paraná nos anos 1983 e 1994?**

O percurso investigativo e a exposição do trabalho tiveram como fonte a vivência e a memória documental, dos sujeitos sociais que aqui consideramos vanguarda, profissionais que vivenciaram e construíram a trajetória de organização político-sindical no Estado. Profissionais que participaram da organização da categoria profissional no Paraná e a nível nacional como classe trabalhadora no movimento da história.

As linhas traçadas nesta dissertação tiveram como objetivo, expor e analisar os fatores que influenciaram a criação e a posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Paraná nas décadas de 1983 e 1994.

Na pesquisa proposta, foi possível identificar que a categoria profissional do Estado do Paraná construiu seu próprio caminho histórico de militância, luta e organização ao criar a APASP em 1977, para inicialmente responder às demandas de ordem econômica (jornada de trabalho, salário, condições de trabalho) da categoria profissional, também contava com representantes do Paraná nas atividades em âmbito nacional dos espaços de discussão das atividades de categorias profissionais como também da classe trabalhadora de modo geral, fortalecendo sua organização, chegando a criação do SINDASP em 1983.

Em 1994, após 11 (onze) anos de atividade, a categoria tomou a decisão coletiva de desativar suas atividades sindicais, após a deliberação da CONCUR em 1986, junto ao movimento nacional de reorganização sindical por ramo de atividade econômica. Como apresentado no estudo, esta decisão foi deliberada e aprovada por unanimidade em âmbito nacional da III Assembléia Nacional Sindical de Assistentes Sociais – ANAS em 1989, em Belo Horizonte, sendo reafirmada na IV Assembléia Nacional Sindical de Assistentes Sociais – ANAS em 1991, em Campinas/SP.

Esse processo de reorganização sindical foi marcado por diversos entraves de ordem conjuntural, pois vivia-se em um contexto de ditadura empresarial militar e cerceamento de direitos, que afetava especialmente os direitos políticos da classe que vivia do trabalho. Porém esta realidade não fez calar um grupo de mulheres no Estado do Paraná, que eram jovens na profissão de Serviço Social. Lutaram incansavelmente para conquistar seu espaço em uma sociedade conservadora e reacionária. Vislumbrando outro modelo de sociedade escolhem se organizar e fortalecer, passando a ocupar espaços junto com outros espaços coletivos como partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais também ascendentes na luta em todo o país.

Deste modo, a suspensão das atividades do SINDASP/PR, não significou um retrocesso político organizativo, pelo contrário, significou a defesa e compreensão da necessidade histórica de um sindicato classista e que supere a fragmentação da classe trabalhadora em categorias profissionais.

Neste movimento de organização político-sindical das/dos assistentes sociais no Estado do Paraná, observou-se por meio da análise documental, que após um ano de oficialização do SINDASP junto ao Ministério do Trabalho, ou seja, em 1985, inicia-se em 1986 as primeiras discussões coletivas como também a nível nacional da categoria sobre a nova direção de reorganização sindical, onde todos os sindicatos por categoria profissional extinguissem seus sindicatos e se organizassem através de sindicatos por ramo de atividade econômica ou local de trabalho.

Os e as assistentes sociais no Estado do Paraná tiveram a difícil tarefa de buscar compreender a nova lógica de organização sindical, como em outros espaços de norte a sul do país. Buscando um amplo debate coletivo que perdurou de 1986 até a deliberação no em 1994 pela suspensão das atividade sindical por categoria profissional.

Assim em 1994 organiza espaços coletivos através de encontros descentralizados no interior do Estado, os quais foram extremamente importantes para discussão sobre o futuro do SINDASP até chegar à deliberação em assembleia geral do IV Congresso Estadual dos Assistentes Sociais do Paraná - CONEAS em 27/08/1994, pela suspensão de suas atividades sindicais em 1994, mesmo ano em que ocorreu a extinção da ANAS e outros sindicatos da categoria profissional em demais Estados.

Mesmo que a decisão em suspender as atividades do sindicato no Paraná em 1994 tenha levado em consideração as dificuldades e inanição da própria organização da categoria profissional é fato que a decisão coletiva acompanhou a articulação nacional em avançar para uma nova direção de organização junto a classe trabalhadora majoritária. Esse movimento alcança um outro patamar de consciência de classe, quando a organização corporativa passou a ser substituída pela de luta e resistência junto com outros trabalhadores, a partir de seus espaços de trabalho, que neste momento histórico, em sua maioria estavam vinculadas ao serviço público de âmbito municipal, estadual e federal.

Marx (2007) esclarece que é necessário avançar de uma “classe em si”, de uma massa que se constitui a partir de interesses em comum frente ao capital e que visam apenas respostas para seus

interesses imediatos, tendo apenas uma consciência psicológica de sua situação de exploração e pobreza, para a consciência de “classe para si”. Nesta condição, os trabalhadores se unem a partir de interesses em comum e/ou de classe, tendo a capacidade de realizar mudanças significativas na sociedade, pois realizam uma ação consciente de seus objetivos enquanto classe, compreendendo as relações e contradições em que estão inseridos.

O caminho escolhido para compreender e responder a pergunta central da pesquisa, buscou-se resgatar alguns elementos para reflexão acerca do movimento histórico e teórico de organização político-sindical do Serviço Social no contexto do novo sindicalismo no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, significando um movimento legítimo de organização e resistência dos trabalhadores. Em meio a suas limitações e potencialidades deve ser ocupado e fortalecido em detrimento aos interesses imediatos e políticos da classe trabalhadora.

Neste sentido, é necessário estabelecer um caminho de superação de interesses imediatos e compreender as determinações mais profundas da ordem social existente, reconhecendo a necessidade de superá-la a partir das condições dadas em cada momento histórico da sociedade.

Sendo possível compreender o caminho teórico-histórico fundamentado na Teoria Social de Marx, apreendemos que a redemocratização do país, teve seus desdobramentos políticos, sociais e econômicos de luta contra este modelo de sociedade baseada na exploração de uma classe em detrimento da acumulação do capital, também influenciaram de forma significativa a profissão, que toma a direção de romper com o conservadorismo na sociedade como no interior da própria profissão ao expressar sua indignação e contrariedade, por meio de suas entidades representativas no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS.

Este movimento de âmbito nacional influenciou diretamente os assistentes sociais como categoria profissional no Estado do Paraná. Esta afirmação foi pela autora desta dissertação através dos dados coletados na análise documental, como nas entrevistas com os protagonistas que vivenciaram este momento histórico.

Os e as assistentes sociais, avançam para um novo patamar ao tomarem consciência do projeto coletivo ao reconhecerem-se como parte da classe trabalhadora, na condição de profissionais especializados, inseridos na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2014), decidiram retomar sua organização, ativando suas entidades pré e sindicais, a partir de 1977.

Depois vivencia um intenso e efervescente movimento de transição de sua organização sindical e são impactados pelo refluxo da direção negocial que toma a CUT a partir do início dos anos 1990. Até chegar em 1994 quando em meio a um movimento de transição da organização sindical nacional inconclusa, deliberou por unificar a luta junto a classe trabalhadora, expressando seu amadurecimento, que se materializou no movimento de organização da categoria tanto no campo do exercício profissional quanto no campo da organização político-sindical.

Ao buscar elementos históricos do desenvolvimento econômico, político e social, lutas e organização da classe trabalhadora e sua relação com a organização político-sindical dos Assistentes Sociais no Estado do Paraná foi possível constatar que as determinações sócio-históricas no Paraná como reflexo nacional se desenvolveram sob bases do conservadorismo. Porém, a luta e a resistência contra a realidade posta, sempre estiveram presentes na história da profissão com uma vanguarda fortalecida em construir outro modelo de sociedade.

Este movimento de resistência histórica, é possível afirmar que foi através da abertura de novas escolas de Serviço Social no Estado, como espaços de formação profissional, expressou as primeiras manifestações de organização política da categoria profissional, envolvendo professores e alunos, permitindo assim avançar no movimento de consciência crítica de que, pela via da organização é possível avançar em pautas de interesse coletivo e na própria gênese de organização político-sindical naquele momento histórico.

Neste contexto de lutas é importante considerar a importante participação dos membros do SINDASP no movimento estudantil, conforme tabela 2 desta dissertação 45%, dos pesquisados participaram de direções ou militante de base no Diretório Central dos Estudantes - DCE, fortalecendo e contribuindo para ampliação do debate e luta de ensino de qualidade.

Ao transpor os resultados da pesquisa, a partir do protagonismo da categoria, constatou-se que o processo de criação e posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Paraná nos anos 1980 e 1990, teve como fator determinante os próprios limites e avanços históricos impostos no seu tempo histórico e, que se configurou em particularidades no que diz respeito às escolhas pessoais, de formação profissional e a própria militância.

Considerando que também os sujeitos da pesquisa estavam representados de forma majoritária por mulheres, com perfil de trabalhadoras e trabalhadores que ao decidirem dedicar à militância sindical da categoria profissional, também tiveram uma forte influência de participação e organização coletiva em outros espaços de luta, como movimentos sociais e partido político, conforme foi apresentado no capítulo três, caracterizando deste modo, uma direção de luta comprometida com as necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras sob ideário da emancipação humana.

A partir das considerações apresentadas no caminho da pesquisa, a autora desta dissertação, partiu da hipótese de que na perspectiva coletiva de incorporação das categorias profissionais nos espaços sindicais de luta geral da classe trabalhadora, o processo de suspensão das atividades sindicais do SINDASP, acompanhou a análise e o processo organizativo da classe trabalhadora no Brasil a partir da tese defendida pela CUT em 1986 e as deliberações da IV ANAS em 1987 naquele momento histórico, sendo confirmada.

O Serviço Social passa a estabelecer novas direções por intermédio de sua organização política no âmbito da defesa do exercício profissional e de sua organização político-sindical, que é marcado pela

virada histórica de rompimento com o conservadorismo bem como um marco no processo de politização e organização dos profissionais como também dos estudantes de Serviço Social.

Com base na análise documental e entrevistas com seus protagonistas que vivenciaram este movimento histórico, a categoria profissional no Estado do Paraná acompanhou o movimento de organização político-sindical, tanto no processo de reativação das entidades pré-sindicais, como nos demais estados do país em 1977. Principalmente o movimento de reorganização da estrutura sindical por ramo de atividade econômico, após a deliberação da CUT em 1986 e da IV ANAS em 1987, participando do processo de transição, buscando organizar espaços de discussão coletiva até chegar à deliberação coletiva no IV CONEAS em 27/08/1994 em desativar suas atividades sindicais, no mesmo ano em que a ANAS foi desativada.

A decisão de desativar as atividades sindicais no Estado do Paraná, também foi influenciada por outros fatores, como a dificuldade financeira, de estrutura física e da participação da categoria profissional na condição de associado e nas atividades do sindicato, mesmo nas atividades propostas no interior do Estado. Constatando-se que a decisão da categoria, somou-se à precária realidade de funcionamento da entidade. Situação esta que se fez presente desde sua criação.

Deste modo, é importante destacar algumas limitações encontradas no caminho da pesquisa:

a) Dificuldade de acesso a documentação do sindicato devido ao seu fechamento em fevereiro de 2020, período este de início da pesquisa, sendo possível ter acesso em parte dos documentos por meio do acervo arquivado no CRESS/PR, onde durante alguns períodos o SINDASP dividiu o mesmo espaço físico;

b) Dentre os documentos analisados, não foi possível ter acesso ao acervo que compreende um espaço de tempo que seria importante para a pesquisa, ou seja, a cópia da ata encerrou-se com a Ata nº 75 de 20/11/1990 e na sequência inicia-se somente com a ata nº 01 de 05/12/1990; e a cópia da ata encerrou-se com a ata nº 15 de 17/06/1991 e entre as datas após 17/06/1991 até 14/04/1992, as atas não foram localizadas. Levando em consideração que parte da documentação que registra a história da organização sindical da categoria profissional não foi devidamente considerada.

c) As entrevistas foram realizadas de forma virtual no ano de 2020, devido ao estado de Pandemia por COVID-19, trazendo de certa forma um distanciamento do contato com os sujeitos da pesquisa;

d) Escassez de literatura sobre a organização político-sindical do Serviço Social no Estado do Paraná, utilizando-se basicamente como referência Battini (2009, 2012), a qual trata sobre as determinações sócio-históricas do Serviço Social no Paraná, gênese e institucionalização no Paraná até o período de 1960 e Andrean (2020) em sua dissertação de mestrado na UEL, sobre o tema da Organização Política das Assistentes Sociais em Londrina/PR (1960-1984);

e) Sobre o tema desta pesquisa, foi identificado apenas o artigo de Bezerra e Mota (2020). Sendo Bezerra Presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná - SINDASP no período de 2008-2013 em co-autoria com a orientadora Anelise B. Mota - Mestre em Educação pela UFPR.

Contudo, considera-se importante o resgate desta memória documental, ainda incompleta da histórica da organização político- sindical dos e das Assistentes Sociais do Estado do Paraná, com a participação de outros atores sociais, como membros da diretoria, da base de militância, do próprio CRAS/CRESS e que também estiveram presentes e participaram deste processo.

A proposta deste estudo se limitou em um recorte temporal que permeia a organização político-sindical dos e das assistentes sociais no final da década de 1970, anos 1980 até 1994, momento da suspensão das atividades sindicais do SINDASP.

Porém é importante destacar que em 1994, são fechados 23 sindicatos corporativos da categoria profissional, no processo de transição de organização sindical por ramo. Em 2000 ainda permanecem abertos 5 sindicatos, levando-se a considerar que existiam direções como também algumas entidades sindicais com visão ultrapassada de manutenção da organização corporativista, os cinco sindicatos remanescentes fundam a Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS⁴¹, apresentando contradições em sua forma de organização até a contemporaneidade merecendo novos estudos deste processo histórico no Paraná considerando que o SINDASP reativa suas atividades em 2008.

A história permanece na memória de seus protagonistas, alguns deles ainda vivos e precisam ser resgatadas e sistematizadas para amplo conhecimento da sociedade e das novas gerações, principalmente de assistentes sociais, considerando que uma considerável fração de profissionais desconhecem o processo histórico e político de organização da profissão e os motivos que levaram a categoria a ativar e posteriormente desativar suas atividades sindicais.

Neste sentido cabe uma grandiosa tarefa aos assistentes sociais em fortalecer seus espaços coletivos de discussão, recuperar a trajetória de lutas, conquistas e desafios vivenciados pelas vanguardas da categoria profissional e compreender que o projeto profissional, tem suas raízes na vida concreta de sujeitos sociais que se organizam coletivamente nas instâncias representativas construindo a direção social da profissão comprometida com os interesses e lutas dos trabalhadores.

⁴¹ FENAS – Federação Nacional dos Assistentes Sociais. Disponível em: <http://www.fenas.org.br/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B. C. E. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.
- ABRAMIDES, M. B. C. E. **O Projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. SP: Cortez, 2019.
- ABRAMIDES, M. B. C. E.; CABRAL, M. S. R. **O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ALMEIDA, N.L.T; ALENCAR, M.M.T de. Transformações estruturais e desemprego no capitalismo contemporâneo. In: SERRA, R. (org.) **Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES-FSS/UREJ, 2001.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALVES, G. **Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a Crítica da Economia Política**. Bauru: Praxis Editorial, 2003.
- ALVES, G. **Crise do Sindicalismo e Neocorporativismo Operário no Brasil: As perspectivas dos anos 90**. p. 83-101, 1994. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/39382/24199>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- ANDREAN, R. A. de S. C. **A organização política das assistentes sociais em Londrina: 1960-1984**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, 2020.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. Mundo do trabalho e sindicatos na era da reestruturação produtiva: impasses e desafios do novo sindicalismo brasileiro. **Transformação**. Campinas, v.8, n.3, p.130-137, 1996.
- ANTUNES, R. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2ª ed. Revista Ampliada. São Paulo. Ed Pontes. 1995.
- ANTUNES, R. **O que é o Sindicalismo**, 19 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1994. Coleção Primeiros Passos.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Mundo do trabalho. 2º Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. **Classe Operária, Sindicato e Partido no Brasil**. Editora Ensaio/Cortez Editora. São Paulo, 1990.
- BATTINI, O. (Org.). **As determinações sócio-históricas do Serviço Social no Paraná: gênese e institucionalização – 1940 – 1959**. Londrina: EDUEL, 2009.
- BATTINI, O. A História do Serviço Social na História Paraná: gênese e institucionalização 1940/1959. In: CONGRESSO PARANAENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4., 2012, Curitiba. **Anais**

eletrônicos [...] Curitiba: CRESS., 2012. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/site/a-historia-do-servico-social-na-historia-do-parana/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**, 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BEZERRA, L. S. **A Trajetória da Organização Sindical dos Assistentes Sociais no Paraná**. 2012. Disponível em: <<http://www.sindaspr.com.br/uploads/artigo-sindasp.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2020.

BOITO J., Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**, 2ª ed. São Paulo: Xamã, 1999.

BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas**, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRUM, A. J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

CARDOSO, R. O. Notas sobre a Organização Político-sindical dos Assistentes Sociais na atualidade. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 16, n. 32, jul/dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14220>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COLLIER, D. (Org). **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CONGRESSO NACIONAL DA CUT. **Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT - 4º CONCURT**. São Paulo, 1991. Disponível em: <https://admin.cut.org.br/system/uploads/document/4a876924ac432c9b70b6ce7b965472fa/file/4-congresso-nacional-da-cut-4-concut-04-a-08-09-1991.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Cartilha**. – Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

COUTINHO, C.N. **Gramsci - Um estudo sobre seu pensamento político**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1989.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FALEIROS, V. P. Confrontos teóricos do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano VIII, n. 24, p. 49 – 69, ago, 1987.

FALEIROS, V. P. O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na conjuntura dos anos 70. IN: CFESS (org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, p. 43 – 54, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FELIPE; A. D. A presença negra na história do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a

lembrança. **Revista História** (UEPG). Porangatu. v.7, n. 1. 2018. p. 156-171.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica, 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, F. **A Sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

FORTES JÚNIOR, P. O. **A Emergência de Arranjos Produtivos Locais- (APLs) e o Padrão de Especialização da Indústria na Região de Pato Branco – Francisco Beltrão / PR**: uma análise a partir das fases de desenvolvimento industrial do Paraná. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba: 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/25704/DissertaFinal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 set. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOLANDA, M. A. B. O Trabalho em Sentido Ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo v. 69, n. 69, p. 5-29, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos, 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social, 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional, 5. ed. São Paulo: Cortez; Peru: CELATS, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 24 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**, 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991.

IASI, M. L. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IGRAO, P. **Crise e Terceira Via**: entrevista a Romano Ledda. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Sindicalismo no Brasil**. 2003. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnóstico social e econômico**. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_diagnostico_sumario_2003.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Estrutura e dinâmica do Emprego no Terciário Paranaense**. Curitiba, outubro de 1991. Disponível em:

https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/RP_estrut_dinamica_emprego_07_1991.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.

KUCINSKI, B; BRANFORD, S. **A ditadura da dívida: causas e consequências da dívida latino-americana**, 2 ed. São Paulo: Unesp, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LENIN, V. I. **Sobre os Sindicatos**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1961.

LOURENÇO, G. M. **Economia Brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização**. Curitiba: Ed. Do autor, 2005.

MANDEL, E. **A crise do capital**. Campinas: Ensaio/UNICAMP, 1990.

MANDEL, E. **Le Troisième âge du capitalisme**. Paris, UGE, I, 1976.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**, 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MERCADANTE, A. **Mudanças no capitalismo ampliam ainda mais a crise brasileira**. Boletim da CUT, São Paulo, número especial, dez, 1987.

MESZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILWARD, W. E. **Implantação da Indústria Automobilística e Novos Contornos da Região de Curitiba**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**, 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, p. 23-44, 1998.

MOURA, A. A classe e a não-classe em Marx. In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina - Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado? **Anais do III Simpósio**, Londrina, 2008.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**, 2 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2021/05/Dialetica-Radicaldo-Brasil-Negro.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social frente a crise contemporânea. In: **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Mod. 1. Brasília, CEAD, 1999.

- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**: questões da nossa época. São Paulo, Cortez, 1993.
- NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17ª ed. São Paulo: Cortez. 2015.
- NETTO, J. P. III CBAS algumas referências para a sua contextualização. CFESS (org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, p. 15 – 42, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.
- NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1ª ed. São Paulo, Ed. Expressão Popular. 2011.
- NETTO, J. P. La Reconceptualización continúa viva, 40 años después. In: ALAYÓN, Norberto (org). **Trabajo social latinoamericano**: a 40 años de la reconceptualización, 2 ed. Buenos Aires: Espacio Editorial, p. 72 - 84, 2007.
- NETTO, J. P. O movimento de reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 84, p.5-19, nov. 2005.
- NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição Marxista. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº 30. p.89-102, 1989.
- NETTO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da Profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº 50, p.87-121. Abril, 1996.
- NETTO, J. P; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).
- PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PEREIRA. C. A gênese dos sindicatos e história do movimento sindical. Aula realizada em 24 de março de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MCW8QH7GwJQ&t=2744s>. Acesso em: 30 mar. 2022.
- RAMOS, S. R. **A mediação da organização política na (re) construção do projeto profissional**: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Recife – PE, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9640>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- RAMOS, S. R.; SANTOS, S.M.M. Movimento estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação Profissional do(a) Assistente Social brasileiro. **Cadernos Abess**. Brasília, n.7, p. 141- 168, 1997.
- RODRIGUES, I. J. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 479-491, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/HHStLzpqDF4gs66QDnCJZ7s/?lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2022.
- RODRIGUES, L. M. **CUT**: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.
- RODRIGUES, L. M; CARDOSO, A. M. **Força sindical**: uma análise sócio-política. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1993.

RODRIGUES, L.M. (Org.). **Sindicalismo e sociedade**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SANTOS, T. R. M. Dilemas e Perspectivas da Organização Sindical dos(as) Assistentes Sociais no Brasil: da redemocratização ao contexto neoliberal. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto de 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERRA, R. (Org.) **Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES – FSS/UERJ, 2001.

SEVERINO, J. **Metodologia do Trabalho Científico**, 23. ed. São Paulo: Cortez. 2007.

SILVA M. O.; SILVA. O Serviço Social na Conjuntura Brasileira: Demandas e Respostas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 44, p. 77-113, abril, 1994.

SILVA, L. M. M.; BATTINI, O. S. R. Notas para reconstrução da história do Serviço Social na Região Sul I. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº 95, p. 109-138, março, 2008.

SILVA, R. A. São Paulo: impasses e perspectivas das lutas sindicais. *In* **CEDEC. Sindicatos em uma época de crise**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ, **Processo de extinção**, Curitiba, PR: [s. n.], [2005?]

SOUZA, L. E. O Assistente Social e a ação política. Entrevista com Maria Lúcia Martinelli, Myrian Veras Batista e Mario da Costa Barbosa. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, v.1, p.19-31, setembro de 1979.

TORRES, M. **Trabalho, Sindicalismo e Consciência de Classe**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

TROPIA, P. V. **Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**, 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. História do Brasil. São Paulo: Scipione, 1997.

VIEIRA, E. **A República Brasileira: 1951-2010: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Cortez, 2015.

WACHOWICS, R. C. **História do Paraná**. 2 ed. Ponta Grossa: UEPG Editora, 2010, p. 119-160.

WEFFORT, F. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco - 1968. Cadernos de Teses. **III ANAS**. Belo Horizonte, 1987.

YAZBEK, C. O Significado sócio-histórico da Profissão. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (org.). **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Publicação:

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Disponível em:

<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7lhGdgh1.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

YAZBEK, C. Questão Social: desigualdade, pobreza e vulnerabilidade. IEE. **Curso de Capacitação de Gestores Sociais**. São Paulo: IEE, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - GESTÃO DO SINDASP- SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO PARANÁ NO PERÍODO DE 1983 A 1996

PERÍODO DE GESTÃO	OBSERVAÇÕES
1977 - 1983	Não foram localizados documentos que descrevem a composição das diretorias da APASP.
<p>1983 - 1986 (Ata: 21/06/83)</p> <p>Diretoria Provisória</p> <p>A qual coube a tarefa de formalizar a transformação da APASP em sindicato em 1983</p> <p>Chapa única</p>	<p>Presidente: Lais de Sa Moreira Vice-presidente: Elza Maria Campos 1ª Secretária: Solange Assunção Vialle 2ª Secretária: Ednara Terezinha de Andrade 1ª Tesoureira: Maria Juraci Meneguetti 2ª Tesoureira: Mônica de Oliveira Giovanetti</p> <p>Diretora Social: Eliane Nazareth Oliveira Suplente: Doris Zacharias</p> <p>Conselho Fiscal Helena Comunello de Sa Gilsônia B da Silva Luci Madalena Daros</p> <p>Suplentes do Conselho Fiscal Maria Aparecida Paleare da Silva Maria de Lourdes San Roman Maria Helena Rigoni</p>
<p>1986 - 1989 (Ata: 20/05/2021)</p> <p>1ª Diretoria da SINDASP</p>	<p>Presidente: Elza Maria Campos</p> <p>Vice-presidente: Sandra Beranice Ferrari 1ª Secretária: Maria das Dores Tucunduta Santos 2ª Secretária: Maria de Fátima Azevedo Ferreira 1ª Tesoureira: Cleis Marques de Oliveira 2ª Tesoureira: Maria José de Andrade</p> <p>1ª Diretora Social: Marcia Terezinha Steil 2ª Diretora Social: Mayse Cleve Kuster</p> <p>Conselho Fiscal Dilmar Vera Souza Darci de Oliveira Ferreira Antonita Marcchione</p> <p>Suplentes Rosalina Bergamo Terezinha Marfurte Monica de Oliveira Giovaneti</p>
<p>1989 - 1992 (Ata: 27/07/1989)</p> <p>Chapa única</p>	<p>Presidente: Elza Maria Campos</p> <p>Diretores Efetivos Darli Bengh</p>

	<p>Rosemeri Ferreira Baptista Maria de Fátima Ferreira Sueli de Castro Preidum Maria de Fátima Pimentel Cristina C. Vilandua.</p> <p>Diretores Suplentes: Cleís Marques de Oliveira, Beatriz Regina Pualin, Ester Madalena Bento, Jucimara G. Pereira, Yolanda Aparecida Demetrio, Edite Terezinha da Rocha Marisa Goetel Nascimento</p> <p>Conselho Fiscal: Terezinha Marfurte, Rosalina Bergamo Lucilanilza A Pereira</p> <p>Suplentes do Conselho Fiscal Zelia Maria de Matos, Miriam Zampire Santos e Ronienara Rodrigues</p>
<p>De 1989 até 30/06/93 (não localizado ata)</p> <p>Fonte: "Contribuições à discussão que definirá os rumos do SINDASP a partir do IV CONEAS" - Um pouco da história do SINDASP p.05. (Marco Antonio da Rocha - Secretário Geral do SINDASP)</p>	<p>Prorrogação da gestão</p>
<p>1993 - 1996</p> <p>Chapa única</p> <p>Fonte: "Contribuições à discussão que definirá os rumos do SINDASP a partir do IV CONEAS" - Um pouco da história do SINDASP p.06. (Marco Antonio da Rocha - Secretário Geral do SINDASP) Boletim Eleitoral nº2 - Julho de 1993 - Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Paraná Rua Marechal Deodoro, 252 - 11º andar - sala 1103 - Livro V.1</p>	<p>Diretoria</p> <p>Presidente: Ariane Carvalho Secretário Geral: Marco Antonio da Rocha Tesoureira Geral: Neila Sperotto Diretora de Formação Sindical: Marilena Silva Diretora de Imprensa e Comunicação: Elinete do Rocio Domingues dos Santos Diretora de Assuntos Acadêmicos: Marly Batista de Oliveira Diretora de Assuntos Internacionais: Maria Cristina M. da Luz</p> <p>Diretoria Suplente</p> <p>Vice-presidente: Eliane M. O. P. Souza Primeira Secretária: Noêmia da Silva Carvalho Primeiro Tesoureiro: Marcos Cristovão L. de Carvalho Vice-diretora de Formação Sindical: Ayrma do R. Klein</p>

	<p>Vice-diretora de Imprensa e Comunicação: Aparecida do R. Costa</p> <p>Vice-diretora de Assuntos Acadêmicos: Maria Aparecida dos Santos</p> <p>Vice-diretora de Assuntos Internacionais: Elza Maria Campos</p> <p>Conselho Fiscal - Efetivos Joana Dárc Coladel Maria de Lurdes Capistrano Antonieta macchione</p> <p>Conselho Fiscal - Suplentes Maria José de Andrade Lizabete de F. Fracaro Maria Alice Alves</p>
1994	Suspensão das atividades do SINDASP

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



Aprovado na

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

CONEP em 04/08/2000

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A organização político-sindical das e dos assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo no Estado do Paraná (1980 - 1990)

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – “CAAE”

Pesquisador para contato: Tatiane Martins

Telefone: (45) 999255120

Endereço de contato (Institucional): Unioeste/campus Toledo

Convidamos você a participar de uma pesquisa sobre “A organização político sindical das e dos assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo no Estado do Paraná (1980 – 1990)”.

Os objetivos estabelecidos são de Apreender a conjuntura sócio histórica do novo sindicalismos no Brasil histórica e no Paraná do novo sindicalismo no Brasil nas décadas de 1980 e 1990; Analisar o processo de criação e suspensão do sindicatos dos assistentes sociais no estado do Paraná; Apreender a categoria consciência de classe no processo de organização político sindical dos assistentes sociais do Paraná e têm como propósito contribuir para reforçar a análise teórica da trajetória histórica do Serviço Social em âmbito nacional e no Estado do Paraná e incentivar futuras pesquisas considerando que os dados coletados são inéditos sobre o tema proposto, formando deste modo uma base de dados para

futuras pesquisas e maior publicização e conhecimento por parte dos profissionais assistentes sociais, os quais desconhecem o processo histórico e político de organização da profissão e os motivos que levaram a categoria a desativar suas atividades sindicais.

Para que isso, será realizado entrevista com dia e horário pré-agendado de forma virtual/remoto devido ao estado de pandemia mundial por COVID19, sendo a entrevista gravada para registro fiel das informações adquiridas.

No entanto a pesquisa poderá causar a você constrangimentos ou fazer com que você relembre situações vividas que causam sofrimento ou abalo psíquico, sentimento de invasão de sua privacidade, discriminação ou vergonha com as perguntas elaboradas e perda do tempo necessário para responder ao questionário. Ademais, mesmo que mínimo há o risco de divulgação dos dados confidenciais.

Você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados.

Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo.

A pesquisadora garante a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados.

As informações que você fornecer serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa.

Caso as informações fornecidas e obtidas com este consentimento sejam consideradas úteis para outros estudos, você será procurado para autorizar novamente o uso.

Este documento está sendo apresentado a você em duas vias, sendo que uma via é sua. Sugerimos que guarde a sua via de modo seguro.

Caso você precise informar algum fato ou decorrente da sua participação na pesquisa e se sentir desconfortável em procurar o pesquisador, você poderá procurar pessoalmente o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE (CEP), de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00 as 15h30min, na Reitoria da UNIOESTE, sala do Comitê de Ética, PRPPG, situado na rua Universitária, 1619 – Bairro Universitário, Cascavel – PR. Caso prefira, você pode entrar em contato via Internet pelo e-mail: cep.prppg@unioeste.br ou pelo telefone do CEP que é (45) 3220-3092

Declaro estar ciente e suficientemente esclarecido sobre os fatos informados neste documento.

Eu, **Tatiane Martins**, declaro que forneci todas as informações sobre este projeto de pesquisa ao participante.

Tatiane Martins

Cascavel, _____ de _____ de 2021.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS



ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL
NÍVEL DE MESTRADO/PPGSS

PROFESSORA ORIENTADORA: Prof^ª. Dra. Esther Luiza de Souza Lemos

ACADÊMICA: Tatiane Martins

OBJETIVO GERAL DA PESQUISA: Compreender e analisar o movimento de organização político-sindical dos assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo, influenciaram a criação e posterior suspensão das atividades do sindicato profissional no Estado do Paraná

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: Entrevista semi-estruturada.

DATA DA ENTREVISTA:

Nº DA ENTREVISTA:

D) IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome Completo:

1.1.1 Idade:

1.1.2 Sexo:

1.1.3 Cor:

1.1.4 Naturalidade:

1.1.5 Município de Residência:

1.1.6 Reside a quanto tempo neste Município?

1.1.7 Fone: () _____, () _____

1.1.8 E-mail: _____

1.1.9 Você já fez parte de algum movimento social: 1.1.9.1 () não 1.1.9.2 () sim.

Em caso afirmativo, qual?

1.1.9.2 () partido político

1.1.9.3 () sindicato

1.1.9.4 () outro, qual? _____

1.1.10 Est civil:

1.10.1 () solteiro(a)

1.10.2 () casado(a)

1.10.3 () desquitado(a)

1.10.4 () divorciado(a)

1.10.5 () viúvo(a)

1.10.6 () amasiado(a)

1.10.7 () outros, qual: _____

1.1.11 Possui filhos?

1.11.1 () não 1.11.2 () sim Se sim, quantos? _____

II) FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 2.1 Local de Formação: _____
- 2.1.1 Ano de formação na Graduação: _____
- 2.1.2 N° do CRESS: _____
- 2.1.3 Outra graduação: 2.1.3.1 ()sim 2.1.3.1 ()não
- 2.1.3.1.1 Se sim, qual o curso: _____
- 2.1.3.1.2 Se sim, qual o local de formação: _____
- 2.1.4 Possui alguma titulação: especialização/mestrado/doutorado:
- 2.1.4.1 ()sim 2.1.4.2 ()não
- 2.1.4.1.1 Se sim, qual? _____
- 2.1.5 Quantos anos tinha quando se formou?: _____
- 2.1.6 Quantos anos tinha quando começou a trabalhar? _____
- 2.1.7 Na graduação participou de movimento estudantil?
- 2.1.7.1 () sim 2.1.7.2 () não

III) DADOS FUNCIONAIS

- 3.1 Local de trabalho atual: _____
- 3.1.1 Município: _____
- 3.1.2 Vínculo:
- 3.1.2.1 () CLT
- 3.1.2.3 () Estatutário Municipal
- 3.1.2.4 () Estatutário Estadual
- 3.1.2.5 ()Estatutário Federal
- 3.1.2.6 ()Privado
- 3.1.2.7 () Privado Organizacional
- 3.1.2.8 ()Prestação de Serviço por tempo determinado
- 3.1.3 Local (s), vínculo (s) e tempo de trabalho ao longo de sua vida profissional:
- 3.1.4.1 Local (s) e vínculo (s) de trabalho no período que compreende a pesquisa (1983-1996):

IV) QUESTÕES NORTEADORAS

- 4.1 Na conjuntura dos anos 1980, considerando o avanço do debate sobre a organização sindical no Brasil, como foi sua militância neste período e como os assistentes sociais se organizam, pautas de discussões?
- 4.2 Considerando a deliberação e orientação da CUT em 1986 de incorporação da categoria profissional nas atividades sindicais gerais da classe trabalhadora, como foi a participação do Estado do Paraná neste Movimento Nacional?
- 4.3 Considerando o processo de decisão nacional sobre o encerramento das atividades do sindicato por categoria e organização por ramo, como foi o processo da tomada de decisão da atividade no Paraná?

ANEXOS

Página 04 de 04



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

Anexo I

Formulário de Pesquisa

Título da Pesquisa: **A organização político-sindical das e dos assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo no Estado do Paraná (1980 - 1990)**

Pesquisador Responsável: TATIANE MARTINS

Pesquisadores Assistentes:

Tipo de Pesquisa

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Iniciação Científica | <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação/Mestrado |
| <input type="checkbox"/> TCC/Graduação | <input type="checkbox"/> Tese/Doutorado |
| <input type="checkbox"/> TCC/Especialização | <input type="checkbox"/> Projeto Institucional |

Anexo II

Autorização da Instituição Coparticipante

Os pesquisadores acima identificados estão autorizados a realizarem a pesquisa e a coleta dados exclusivamente para fins científicos, assegurando a confidencialidade e o anonimato dos participantes da pesquisa segundo a Resolução 466/12 e/ou 510/16 – CNS/MS e as suas complementares.

Declaramos que a coleta de dados nessa Instituição Coparticipante será iniciada somente após a aprovação da Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste (CEP – UNIOESTE).

(Assinatura do Responsável pela Instituição Coparticipante)

Observação: Caso haja mais de uma Instituição Coparticipante, as autorizações podem ser apensadas separadamente.

CASCADEL, 22 DE FEVEREIRO DE 2021

Anexo III

Declaração de uso de Banco de Dados

SIM NÃO

Os pesquisadores do projeto assumem o compromisso de:

1. Garantir a privacidade e o anonimato das pessoas que forneceram os dados coletados;
2. Garantir que os dados sejam utilizados única e exclusivamente para a execução dessa pesquisa;
3. Detalhar no Projeto quais informações serão retiradas dos prontuários, relatórios ou demais documentos que envolvam as fontes secundárias;
4. Respeitar todas as normas das Resoluções 466/12, 510/16 CNS/MS e suas complementares.

Anexo IV

Declaração de Pesquisa não iniciada

Declaramos que essa pesquisa não foi iniciada e aguarda a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE. Ao término desse estudo, nos comprometemos a tornar público os resultados assegurando o anonimato dos participantes da pesquisa e apensar o Relatório Final na Plataforma Brasil.

Declaramos a ciência das implicações legais decorrentes das Declarações dos Anexos I a IV.

CASCADEL, 22 DE FEVEREIRO DE 2021

(Nome e assinatura do Pesquisador Responsável)



*Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP*



*Aprovado na
CONEP em 04/08/2000*

Autorização da Instituição

Título da Pesquisa: A organização político-sindical das e dos assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo no Estado do Paraná (1980 - 1990)

Pesquisador Responsável: TATIANE MARTINS

A pesquisadora acima identificada está autorizada a realizar a pesquisa e a coleta dados exclusivamente para fins científicos, assegurando a confidencialidade e o anonimato dos participantes da pesquisa segundo a Resolução 466/12 e/ou 510/16 – CNS/MS e as suas complementares.

Declaramos que a coleta de dados nessa Instituição será iniciada somente após a aprovação da Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste (CEP – UNIOESTE).

(Identificação e Assinatura do Responsável pela Instituição)

CIDADE, DATA/MÊS DE 2021



*Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP*



*Aprovado na
CONEP em 04/08/2000*

Declaração de uso de Banco de Dados

SIM

NÃO

Os pesquisadores do projeto assumem o compromisso de:

1. Garantir a privacidade e o anonimato das pessoas que forneceram os dados coletados;
2. Garantir que os dados sejam utilizados única e exclusivamente para a execução dessa pesquisa;
3. Detalhar no Projeto quais informações serão retiradas dos prontuários, relatórios ou demais documentos que envolvam as fontes secundárias;
4. Respeitar todas as normas das Resoluções 466/12, 510/16 CNS/MS e suas complementares.

Declaramos a ciência das implicações legais decorrentes das Declarações dos Anexos III a IV.

CASCADEL, 22 DE FEVEREIRO DE 2021

(Nome e assinatura do Pesquisador Responsável)



*Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP*



*Aprovado na
CONEP em 04/08/2000*

Anexo IV

Declaração de Pesquisa não iniciada

Declaramos que essa pesquisa não foi iniciada e aguarda a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIOESTE. Ao término desse estudo, nos comprometemos a tornar público os resultados assegurando o anonimato dos participantes da pesquisa e apensar o Relatório Final na Plataforma Brasil.

CASCADEL, 22 DE FEVEREIRO DE 2021

(Nome e assinatura do Pesquisador Responsável)

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa:

A organização político-sindical das e dos assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo no Estado do Paraná (1980 - 1990)

Pesquisador: TATIANE MARTINS

Área Temática:

CAAE:

44665121.7.0000.0107

Instituição Proponente:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.602.286

Apresentação do Projeto:

O tema central deste projeto de pesquisa trata da organização política dos assistentes sociais, e como delimitação do tema a organização político sindical dos assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo no Estado do Paraná e como questão central: no contexto do novo sindicalismo brasileiro quais fatores influenciaram a tomada de decisão pela criação e posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Paraná nos anos 1980 e 1990? A partir dos fundamentos teórico metodológicos da análise marxiana e da tradição marxista, o estudo se baseia em pesquisa bibliográfica de produções e autores que discutem a temática, como também em pesquisa documental e de campo tendo com a coleta de dados o recurso da entrevista semiestruturada, na qual se terá maior liberdade para responder sobre o tema proposto com os protagonistas que vivenciaram este processo. Para análise dos dados será utilizado como procedimento a análise de conteúdo. Critério de Inclusão: O universo de pesquisa apresenta como primeiro critério para este estudo o período de gestão da diretoria de 1983 a 1994, compreendendo 4 (quatro) gestões, sendo estas compostas por presidente, secretária(o), tesoureira(o), seus respectivos suplentes e conselho fiscal, com pelo menos 6 (seis) representantes da diretoria. Em tese temos um universo que compreende 24 (vinte e quatro) sujeitos da Pesquisa Critério de Exclusão: critério para chegar a amostragem dos sujeitos que serão pesquisados: 1. que participaram da diretoria do período de criação do sindicato (1983-1986) e do período de suspensão das atividades sindicais (1993-1996) 2. que participaram da APAS - Associação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.602.286

Apresentação do Projeto:

O tema central deste projeto de pesquisa trata da organização política dos assistentes sociais, e como delimitação do tema a organização político sindical dos assistentes sociais no contexto do novo sindicalismo no Estado do Paraná e como questão central: no contexto do novo sindicalismo brasileiro quais fatores influenciaram a tomada de decisão pela criação e posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Paraná nos anos 1980 e 1990? A partir dos fundamentos teórico metodológicos da análise marxiana e da tradição marxista, o estudo se baseia em pesquisa bibliográfica de produções e autores que discutem a temática, como também em pesquisa documental e de campo tendo com a coleta de dados o recurso da entrevista semiestruturada, na qual se terá maior liberdade para responder sobre o tema proposto com os protagonistas que vivenciaram este processo. Para análise dos dados será utilizado como procedimento a análise de conteúdo. Critério de Inclusão: O universo de pesquisa apresenta como primeiro critério para este estudo o período de gestão da diretoria de 1983 a 1994, compreendendo 4 (quatro) gestões, sendo estas compostas por presidente, secretária(o), tesoureira(o), seus respectivos suplentes e conselho fiscal, com pelo menos 6 (seis) representantes da diretoria. Em tese temos um universo que compreende 24 (vinte e quatro) sujeitos da Pesquisa Critério de Exclusão: critério para chegar a amostragem dos sujeitos que serão pesquisados: 1. que participaram da diretoria do período de criação do sindicato (1983-1986) e do período de suspensão das atividades sindicais (1993-1996) 2. que participaram da APAS - Associação

RUA UNIVERSITARIA 2069	
Endereço:	UNIVERSITARIO
Bairro: CEP:	85.819-110
UF: PR Município:	CASCADEL
Telefone:	(45)3220-3092 E-mail: cep.prppg@unioeste.br

Continuação do Parecer: 4.602.286

Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná; 3. que assumiram os cargos a presidência do no sindicato; 4. que permaneceram mais de uma gestão no sindicato ou longo período nas diretorias.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os fatores que influenciaram a criação e a posterior suspensão das atividades do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Paraná nas décadas de 1980 e 1990.

Objetivo Secundário:

- a) Apreender a conjuntura sócio histórica do novo sindicalismo no Brasil histórica e no Paraná do novo sindicalismo no Brasil nas décadas de 1980 e 1990;
- b) Analisar o processo de criação e suspensão do sindicatos dos assistentes sociais no estado do Paraná; c) Apreender a categoria consciência de classe no processo de organização político sindical dos assistentes sociais do Paraná.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Entrevistado poderá:

- se sentir constrangido;
- não se sentir bem durante a entrevista;
- Invasão de privacidade;
- Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado;
- Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE);
- Tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista;

Procedimentos para minimização de riscos:

- suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano à saúde do sujeito participante da pesquisa
- Chamar atendimento médico (SAMU);
- Comunicar familiares;
- Garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos;
- Minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras;
- Estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto;
- Reagendar a entrevista;

RUA UNIVERSITARIA 2069	
Endereço:	UNIVERSITARIO
Bairro: CEP:	85.819-110
UF: PR Município:	CASCADEL
Telefone:	(45)3220-3092 E-mail: cep.prppg@unioeste.br

Continuação do Parecer: 4.602.286

Benefícios:

1. Poderá contribuir com outras pesquisas futuras;
2. Dados coletados são inéditos sobre o tema proposto, formando uma base de dados também para futuras pesquisas;
3. Contribuir para reforçar a análise teórica da trajetória histórica do Serviço Social em âmbito nacional e no Estado do Paraná o qual é inédito;
4. Maior Publicização e conhecimento por parte dos profissionais assistentes sociais, os quais desconhecem o processo histórico e político de organização da profissão e os motivos que levaram

a categoria a desativar suas atividades sindicais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de relevância para a área de Ciências Sociais Aplicadas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória estão anexados e eticamente

adequados. **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Projeto em conformidade ética de acordo com as Resolução 466/12 e/ou 510/16 CNS/MS e as suas complementares.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1705974.pdf	18/03/2021 13:55:33		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	18/03/2021 13:48:58	TATIANE MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	10/03/2021 21:04:24	TATIANE MARTINS	Aceito
Outros	AUTORIZACAO.pdf	08/03/2021 18:54:50	TATIANE MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	07/03/2021 22:12:49	TATIANE MARTINS	Aceito
Outros	ANEXOIV.pdf	27/02/2021 16:52:14	TATIANE MARTINS	Aceito
Outros	DADOS.pdf	27/02/2021	TATIANE MARTINS	Aceito

RUA UNIVERSITARIA 2069
Endereço: UNIVERSITARIO
Bairro: CEP: 85.819-110
UF: PR Município: CASCAVEL
Telefone: (45)3220-3092 E-mail: cep.prppg@unioeste.br

Continuação do Parecer: 4.602.286

Outros	DADOS.pdf	16:51:26	TATIANE MARTINS	Aceito
--------	-----------	----------	-----------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CASCAVEL, 19 de Março de 2021

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a))

RUA UNIVERSITARIA 2069
Endereço: UNIVERSITARIO
Bairro: CEP: 85.819-110
UF: PR Município: CASCAVEL
Telefone: (45)3220-3092 E-mail: cep.prppg@unioeste.br